



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

YURI QUEIROZ GOMES

**Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978):
entre a memória e a história.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen

RIO DE JANEIRO

2011

G633 Gomes, Yuri Queiroz.
Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil
(1971-1978): entre a memória e a história / Yuri Queiroz Gomes, 2011.
151f.

Orientador: Icléia Thiesen.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

1. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 2. Arquivologia. 3. Campo
arquivístico – Institucionalização – 1971-1978. 4. Currículos. 5. Arqui-
vistas. 6. Técnico de arquivo. 7. Arquivologia – Regulamentação. 8. Me-
mória – Aspectos sociais. I. Thiesen, Icléia. II. Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro Ciências Humanas e Sociais.
Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD 025.1714



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

YURI QUEIROZ GOMES

**Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978):
entre a memória e a história.**

Aprovada em: 22/03/2011.

Prof^a. Dr^a. Icléia Thiesen (Orientadora - UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Anita Correia Lima de Almeida (Suplente - UNIRIO)

“Por onde eu começo a contar a história da fundação da AAB? Conto a história física e a história emocional também, a história da alma da coisa, porque não foi só assim com o corpo e a razão. Lutamos por aquilo que acreditávamos nos dedicamos com entusiasmo. Entramos de cabeça nisso.” José Pedro P. Esposel

AGRADECIMENTOS

À Diógenes Gomes, pai, Carmem Lúcia Queiroz, mãe, Yghor e Ylla, irmãos, Ian e Giulia, sobrinhos, em nome do amor que nos une e me alimenta a cada dia nesta vida.

À Profa. Helena Santiago, companheira de jornada espiritual e amorosa, que ao meu lado me apoia, motiva, inspira e nas horas mais difíceis, com sua palavra amiga e precisa, acalenta e apazigua.

À Icléia Thiesen, orientadora, que desde o início acreditou na minha intenção sobre essa pesquisa, por sua presença forte e exemplo de luta no campo acadêmico e pessoal.

À Rosane Montiel (*in memoriam*), Georgete Medleg, Renato Tarcísio e José Walter Nunes, professores que despertaram a paixão pela pesquisa científica.

Ao Prof. Esposel, Helena Correa, Astréa de Moraes e Nilza Teixeira, entrevistados, por terem doado tempo e manifestado interesse por este projeto, iluminando o passado com suas memórias.

Aos professores e alunos do Programa de Pós-graduação em Memória Social, os quais tive o prazer e a alegria de conhecer e dividir aquilo que nos é comum, o gosto pela pesquisa.

À Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Maria Odila (*in memoriam*), Ana Maria Camargo, Heloísa Esser, mulheres, arquivistas, batalhadoras, pelo exemplo e crescimento pessoal obtidos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil entre 1971 e 1978. Aponta algumas questões centrais: a configuração do espaço da institucionalidade do campo arquivístico; os projetos que resultaram na institucionalização; e o papel da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB nesses processos. O pressuposto da pesquisa é de que a institucionalização do campo arquivístico no período proposto decorre da ação direta da AAB. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa se dispôs a identificar as ações de mobilização da associação que resultaram nos projetos de institucionalização do campo. Como objetivos específicos, discorre sobre a formação do campo arquivístico; numa perspectiva diacrônica, mapeia os espaços institucionalizados do campo e as mediações estabelecidas; e busca [re]construir os objetivos pugnados pela AAB por meio dos resultados alcançados pela associação. Como estudo descritivo, os processos de institucionalização são organizados de forma independente, mas que expressam forte coesão nas relações que mantêm. O universo da pesquisa compreende a fundação da AAB, seus atores, o Congresso Brasileiro de Arquivologia, a Revista *Arquivo & Administração*, os Núcleos Regionais da AAB, o currículo mínimo do curso superior de Arquivologia e a regulamentação da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo. Os procedimentos metodológicos consistem no levantamento de informações, fontes primárias, bibliografia relacionada e a realização de entrevistas com pessoas que participaram da Direção da AAB frente aos processos de institucionalização do campo arquivístico no período. A identificação e análise dos processos de institucionalização entre 1971 e 1978 no Brasil demonstra a participação efetiva da AAB, tanto motivada pela necessidade prática de habilitação dos profissionais de arquivo [arquivistas e técnicos de arquivo] para o cumprimento das atividades técnicas e trabalhistas quanto para o desenvolvimento dos arquivos brasileiros nos seus aspectos normativos, políticos e acadêmico. A institucionalização do campo arquivístico, no período, configura as bases que nas décadas seguintes alicerça e demarca o espaço do campo.

Palavras-chave: campo arquivístico; currículo mínimo; Arquivologia; arquivista e técnico de arquivo; regulamentação da profissão; Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ABSTRACT

This research has as main object of study the processes of institutionalization of the archival field in Brazil from 1971 to 1978. It focuses on the following main aspects: the spatial configuration of the institutionalization of the field, the projects that consolidated it and the role of the Brazilian Association of Archivists (AAB) in such processes. The initial assumption of this study was that the institutionalization of the archival field during this period resulted from the ABB's direct action. The general objective was to identify the association's mobilization actions which originated the projects of institutionalization of the field. The specific objectives were: to analyse the configuration of the archival field; to identify, from a diachronic point of view, the institutionalized spaces of the field and the mediation efforts made; to [re]construct the objectives proposed by the AAB based on their performance. It is a descriptive study where the processes of institutionalization are independently organized but reflect a solid cohesion. The universe explored in this research covers the AAB foundation, the actors involved, the Brazilian Congress of Archival Science, the *Arquivo & Administração* magazine, the ABB regional groups, the minimum curriculum of the superior course of Archival Science and the professional regulation of the entities of Archivist and Archives Technician. The initial methodological procedure was to gather information, primary sources and current literature on the issue, followed by interviews with former AAB leaders that conducted the processes of institutionalization of the archival field during the period covered by this study. The identification and analyses of the processes of institutionalization from 1971 to 1978 in Brazil shows evidence of the AAB's effective participation, not only motivated by the practical need for qualified professionals in the archives to fulfil their technical and functional tasks, but also because of the normative, political and academic development of Brazilian archives. The institutionalization of the archival field during that period set the grounds for the demarcation of the field spaces that took place in the following decades.

Key words: archival field; minimum curriculum; Archival Science; archivist and archives technician; professional regulation; Society Brazilian Archivists.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto. Revista *Arquivo & Administração* v.3, n.4, 1976

Figura 2: Foto. Revista *Arquivo & Administração*, v.4, n.1, 1975.

Figura 3: Capa. Revista *Arquivo & Administração*, v.0, n.1, 1972.

Figura 4: Revista *Arquivo & Administração* p. 6, v.3, n. 3, 1975.

Figura 5: Revista *Arquivo & Administração* p.18, v.3, n.2, 1975.

Figura 6: Revista *Arquivo & Administração* p.26, n.3, v.3, 1976.

Figura 7: Foto. Revista *Arquivo & Administração* p.21, v.2, n.1, 1975.

Figura 8: Charge. Revista *Arquivo & Administração* n.3, v.6, 1978.

Figura 9: Revista *Arquivo & Administração* p.22, v.5, n.1, 1977.

Figura 10: Foto. Revista *Arquivo & Administração* p.22, v.5, n.1, 1977.

Figura 11: Foto . Revista *Arquivo & Administração* p.22, v.2, n.1, 1974.

Figura 12: Revista *Arquivo & Administração* p. 18, v.2, n.3, 1974.

Figura 13: Foto. Revista *Arquivo & Administração* v.6, n.2, 1979.

Figura 14. Charge. Revista *Arquivo & Administração* p. 4, v.6, n.2, 1978.

Figura 15: Charge. Revista *Arquivo & Administração* p. 9, v. 5, n.2, 1977.

Figura 16. Charge. Revista *Arquivo & Administração* p. 11, v.6, n.3, 1978.

Figura 17: Revista *Arquivo & Administração* p. 11, v.7, n.1, 1979.

Figura 18: Foto. Revista *Arquivo e Administração* p.19, v.6, n.3, 1978.

Figura 19: Mapa mental dos processos de institucionalização do campo arquivístico[1971-1978].

Figura 20: Mapa mental dos espaços institucionalizados do campo arquivístico [1979-2011].

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Congressos Brasileiros de Arquivologia promovidos pela AAB (1972 – 1979)

Quadro 2: Revista *Arquivo & Administração* (1972 - 1978)

Quadro 3: Sumário da Revista *Arquivo & Administração* (1972)

Quadro 4: Estrutura editorial da Revista *Arquivo & Administração* (1973)

Quadro 5: ANAIS I CBA, Programação da 2a. sessão (1972)

Quadro 6: Lista dos integrantes que colaboraram no Currículo Mínimo de Arquivologia

Quadro 7: Quantitativo de alunos formados no CPA.

Quadro 8: Lista dos Cursos de Arquivologia 1977-1979

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros

ALA – Associação Latino Americana de Arquivos

AN – Arquivo Nacional

APBAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

APHA – Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística

BN – Biblioteca Nacional

CBA – Congresso Brasileiro de Arquivologia

CFE – Conselho Federal de Educação

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CPA – Curso Permanente de Arquivos

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

ICA – Conselho Internacional de Arquivos

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OEA – Organização dos Estados Americanos

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Objetivos	19
1.1.1	Geral	19
1.1.2	Específicos	19
1.2	Pressupostos	19
1.3	Quadro teórico	20
1.4	Procedimentos metodológicos	24
1.5	Universo da pesquisa	30
2	ENLACES DE CAMPO: MEMÓRIA, ARQUIVO E HISTÓRIA	31
2.1	Processos de institucionalização do campo arquivístico: breve histórico	33
2.2	Instituições públicas e privadas: aparelhos de Estado e a memória nacional	46
2.3	Espaço institucional e o saber fazer arquivístico	54
3	REPRESENTAÇÃO SOCIAL, ASSOCIATIVISMO E MEMÓRIA	65
3.1	Movimento social: ensaio para a ação institucionalizada	67
3.2	Profissão: representação, capital e função social	73
3.3	Identidade profissional e associativismo: à guisa de memória social.	78
4	ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL NO CAMPO ARQUIVÍSTICO	84
4.1	A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB	92
4.2	Planos e projetos: da ação à formação de uma comunidade do campo arquivístico	100
4.2.1	Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA	102
4.2.2	Revista <i>Arquivo & Administração</i>	108
4.2.3	Núcleos regionais da AAB: multiplicadores da ação associativista	119
4.3	Currículo mínimo: registro civil da Arquivologia no Brasil	123
4.4	Arquivista e Técnico de Arquivo: a regulamentação das profissões	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
6	REFERENCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a história das instituições de arquivo e da produção do conhecimento no campo arquivístico começou a apresentar seus primeiros resultados a partir de meados dos anos de 1980 (BELLOTTO, BOTTINO, COSTA, FONSECA, JARDIM, RODRIGUES). Esses estudos lançaram algumas das primeiras tentativas de reunir e sistematizar análises e reflexões sobre a constituição do campo arquivístico no Brasil. Inauguraram, por assim dizer, novos espaços de discussão que corroborassem para a institucionalidade do campo, definindo lugares de fala e correntes de pensamento crítico sobre a produção do conhecimento arquivístico. Mapearam o campo, identificaram trajetórias. Na análise de seus pesquisadores, as tendências estiveram voltadas para a história das instituições de arquivo, para as políticas públicas de arquivo e para o programa de formação acadêmica, o curso superior de Arquivologia. À medida que pesquisadores e pesquisas consolidaram suas discursividades científicas, o espaço que define o campo arquivístico acabou por acentuar suas características conceituais e estruturais, demarcando limites e estabelecendo maior nitidez de suas interações.

Lodolini (1990), Duranti (1995), Silva (1999), Rousseau & Couture (1994) e Cook (2001) observam que a história dos arquivos e da disciplina arquivística devem ser analisadas sempre levando em consideração os processos que acompanharam a complexificação das relações entre povos e Estados. O espaço do campo arquivístico é produzido e organizado em função dos modelos das sociedades em construção e dos seus ciclos de desenvolvimento. A institucionalização do campo arquivístico, vista sob a perspectiva de processos, se tornou possível ora em função das práticas de governo e das instituições de arquivo, ora em função do estatuto científico e tecnológico e ora em função da ação dos profissionais de arquivo.

“a gestão dos arquivos permanece intrinsecamente ligado às estruturas jurídicas e administrativas de um país, ao desenvolvimento das tecnologias e sua rápida evolução, às tradições intelectuais e também – vamos mais além – às mentalidades próprias de cada sociedade, em um determinado momento.”
(DUCHEIN, 1993:3, tradução nossa)

Pano de fundo recorrentemente presente nas pesquisas de Bottino (1994), Fonseca (1997), Jardim (1998), Britto (1999), Rodrigues (2002), Cunha (2003), Santos (2008), a ação dos profissionais de arquivo nos anos de 1970 contribuiu para a definição da institucionalidade do

campo arquivístico no Brasil. A mobilização dos profissionais de arquivo em torno de uma associação corporativista – Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) – embora considerada por esses pesquisadores como decisiva para a demarcação do campo, ainda carece de aprofundamento teórico e empírico naquilo que se refere à pesquisa acadêmica sobre o papel que exerceu entre 1971 e 1978 nos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

“Assim é que, em 1971, foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros, que exerceu indiscutível liderança nas conquistas posteriores. Tais conquistas podem ser enumeradas: (1) Os congressos brasileiros de arquivologia...; (2) O primeiro periódico brasileiro especializado na área, a revista *Arquivo & Administração*...; (3) Os cursos de arquivologia em nível superior...; (4) A regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo...” (FONSECA, 2005:67).

As ações desempenhadas pela AAB, como observa Fonseca (2005), foram possíveis em razão de haver níveis tácitos e normativos de institucionalidade do campo arquivístico no Brasil. Identificados nas instituições de Estado, de modo específico nos atos de Governo, estabeleciam as normas e determinavam as rotinas de organização arquivística de documentos e informações. A partir da segunda metade do século XX, o campo passou por mudanças significativas buscando sua atualização técnica, científica, tecnológica e, porque não dizer, política. Essas mudanças foram desencadeadas por processos de institucionalização, alguns desses, resultantes da ação política e técnica da AAB que contou com o apoio de diferentes setores da sociedade, profissionais e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, organismos multilaterais e entidades estrangeiras, como também, do Governo.

Impulsionados pela nova ordem geopolítica que se estabeleceu após a Segunda Guerra Mundial, diversos países (reservadas suas respectivas especificidades: histórica, política, social, econômica) formularam projetos de desenvolvimento nacional com forte conotação ideológica. Foi nesse contexto mundial de redefinição da geopolítica global (Guerra Fria), de reformulação de políticas econômicas, sociais, culturais, educacionais e tecnológicas que profissionais de arquivo, pela via do associativismo, promoveram entre 1971 e 1978 alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

“O pensamento arquivístico neste século [XX] deve considerar-se como algo em constante evolução, algo que se transforma continuamente para adaptar-se às transformações radicais que se vão produzindo na natureza dos documentos, nos

organismos que os produzem, nos sistemas de gestão e tratamento de arquivos, na utilização dos arquivos e nas tendências culturais, jurídicas, tecnológicas, sociais, filosóficas e da sociedade.” (COOK, 1996 *apud* JARDIM, FONSECA, 1999:93)

Da política que resultou nos processos de aprimoramento e capacitação técnica dos profissionais de arquivo nas décadas de 50 e 60 do século XX, pode-se destacar a ação tanto de Governos (federal, estaduais e municipais) como dos próprios profissionais que trabalhavam ou manifestavam interesse pelos arquivos brasileiros. Alguns desses profissionais tiveram relevância destacada no protagonismo e nas proposições que foram organizadas de maneira efetiva a partir da institucionalização do movimento associativista com a fundação, em 1971, da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O incipiente associativismo entre os profissionais de arquivo promoveu o debate de questões ligadas desde as políticas públicas das instituições de arquivo, a produção do conhecimento técnico-científico do campo até as atividades de formação acadêmica e técnica para o devido exercício das atividades laborais nos arquivos.

Reservadas as especificidades dos modos de atuação do Estado e do associativismo, há um consenso na literatura de que ambos desempenharam papéis fundamentais para a institucionalização do campo arquivístico no Brasil – cada qual com sua função. Nesse sentido, a ação corporativista promovida pelos profissionais de arquivo se diferenciou da ação do Estado por conta daquilo que lhe é inerente naquele momento: legitimar e regulamentar a função social da profissão de Arquivista. Essa iniciativa emancipatória dos profissionais que atuavam em arquivos, por meio do associativismo profissional (base materialista do processo de organização trabalhista), pode ser pensada conforme aponta Gohn (2004:15), sob a perspectiva de que

“o paradigma dos novos movimentos sociais parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criados são: identidade coletiva, representações coletivas (...).”

Quer dizer, o estudo e análise dos processos de institucionalização do campo arquivístico que ocorreram no período proposto por nossa pesquisa (1971-1978) podem ser perpassados pela

compreensão dessas categorias apresentadas por Gohn, pois a definição das representações sociais e políticas favorecem a formação e o fortalecimento de identidades baseadas na forma de reconhecimento social. A regulamentação da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo, projeto que se apresentava como meio de auto-afirmação dos profissionais de arquivo, alavancou tanto a constituição do associativismo, agente de mobilização e formação de uma comunidade arquivística, como também o reconhecimento de sua identidade técnica, trabalhista e científica.

No campo das ciências sociais, quando tratamos de institucionalização temos que exercitar a condição de que não seja suficiente a sua efetiva autonomização para que estejam garantidos aspectos tais como legitimidade e representatividade. A institucionalização *per se* é virtual e, por isso, passa a assumir relevância seus processos. O exercício de análise da institucionalização imprime uma condição, a de reconstitui-la por meio de seus processos, identificando os momentos nos quais se forja a racionalidade, revelando a dimensão das relações mútuas de articulação entre elementos intrínsecos e extrínsecos ao campo, território, espaço que ocupa. Relação que é, ademais, complexificada pela interface dos elementos que constituem não apenas o campo arquivístico, de modo que, por exemplo, demandas de profissionais dirigidas às políticas públicas (educativas, científicas, institucionais) coexistam dentro e fora com seus interesses corporativos afetando tendencialmente seus processos.

Para Mattelart (1999:28), “toda institucionalização é um combate cujo destino depende também de quem o realiza”. De maneira geral (no Brasil), o campo arquivístico possuía aspectos institucionais que lhe garantiam existência – sentido prático e coletivo. Cabe ressaltar que nos processos de institucionalização do campo arquivístico há uma relação mútua de articulação entre elementos internos ao campo e os elementos sociais, digamos, externos. Relação intrincada pela interface de fazeres e campos. Quando o nível de institucionalidade é baixo, de modo que tendências e demandas diversas (profissionais, políticas, educativas) afetam o desenvolvimento dos processos de institucionalização, são os processos que possibilitam o mapeamento do campo.

Os elementos que constituíram esses processos podem ter gradativamente seus sentidos aprimorados como forma de estabelecer limites e criar novas condições para compreensão do desenvolvimento da formação profissional, acadêmica, trabalhista e científica do campo arquivístico. Descrever e analisar os processos de institucionalização – quando possível amparada por uma diacronia do campo, do contexto latino-americano e/ou mundial – possibilita

traçar um “quadro contextual” sobre o campo arquivístico entre 1971 e 1978 e as ações de institucionalização. A memória é o amálgama que o presente necessita para reter o passado.

O impacto das ações associativas configurou um novo quadro no qual, por meio de projetos e através de sua mobilização política de conotação corporativista, elementos constituintes do campo arquivístico se institucionalizaram de forma legítima na década de 1970. A AAB ao cumprir com suas finalidades estatutárias promovia ações (cursos de capacitação, publicações técnico-científicas, traduções de bibliografia especializada, participação em congressos, simpósios, conferências e reuniões nacionais e internacionais) que davam início a processos que por sua vez se transformavam e desenvolviam enquanto argumentos causando uma impressão temporal do conteúdo político na medida em que se sucedem nos espaços que se seguem aderindo às formas institucionais. Os Congressos Brasileiros de Arquivologia, a Revista *Arquivo & Administração*, a proposta de currículo mínimo para o curso superior de Arquivologia, a proposta do anteprojeto de lei que regulamenta a profissão de Arquivista e Técnico de arquivo foram argumentos que se institucionalizaram por meio de consensos alcançados entre a AAB, profissionais, instituições, Estado e sociedade.

É importante observar que a sociedade civil organizada, desde a Revolução Francesa, participa da formulação e adoção do espaço público como lugar de criação dos procedimentos pelos quais todos os indivíduos e instituições são afetados por normas sociais gerais e decisões políticas coletivas. Nesse processo de construção das representações sociais (individuais e coletivas) e de constituição simbólica da ação política, se forjam as bases da institucionalização. Processo democrático quando envolve a participação da sociedade civil na esfera pública¹.

A pesquisa que apresentamos sugere dois marcos limite dentre alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: (1) a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 20 de outubro de 1971; e, (2) a sanção da Lei 6.546, de 4 de julho de 1978, que regulamenta o exercício da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo. Período que

¹ “A esfera pública é o local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade. Os movimentos sociais constituem os atores que reagem à reificação, à burocratização, propondo a defesa das formas de solidariedade ameaçadas pela racionalização sistêmica. Eles disputam com o Estado e com o mercado a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade” (HABERMAS *apud* VIEIRA, 2001:63). O conceito de esfera pública ocupa posição central na obra de Habermas como arena de formação da vontade coletiva. É o espaço do debate público, do embate dos diversos atores da sociedade.

representa para o campo dois momentos distintos, o que favoreceu intenso debate entre o associativismo dos profissionais de arquivo e o Estado prenunciando alguns encaminhamentos programáticos, em termos de políticas públicas, para as décadas seguintes.

A forma encontrada por nossa pesquisa para melhor compreender alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil entre 1971 e 1978 foi [re]construir² essa história a partir de memórias e documentos. Decisão tomada porque o objeto da pesquisa coexistiu com a ação individual, coletiva e institucional traduzida pela articulação de interesses comuns entre profissionais que atuavam em arquivos (bibliotecários, historiadores, sociólogos, advogados etc.), entidades, instituições, Estado e sociedade.

“A memória tem uma dimensão individual, mas muitos dos seus referentes são sociais, e são eles que permitem que, além da memória individual, que é por definição única, tenhamos também uma memória intersubjetiva, uma memória compartilhada, uma memória coletiva. Um conjunto de lembranças construídas socialmente, sob a forma de representações conscientes e inconscientes, assentadas tanto na percepção de outros indivíduos ou grupos, no que se imagina ter acontecido, como na internalização de representações de uma experiência, digamos, histórica” (HALBWACHS, 2006:23).

O exercício de [re]construção dessa história por meio de memórias contribuiu para identificarmos a formação da identidade profissional do arquivista, por meio de lembranças de experiências, de projetos técnicos e de mobilização e organização associativista da classe. A memória favorece um encontro com o passado no presente. Um meio que possibilita distinguir, no tempo presente, as ações empreendidas pelo Estado das ações dos sujeitos (AAB) que promoveram, divulgaram e reivindicaram seu estatuto social, trabalhista e técnico-científico.

Historicamente, no Brasil bem como nos demais países, a institucionalização do campo arquivístico resulta dos interesses da sociedade política encastelada nos Aparelhos de Estado. Isto é, a constituição e formação do campo – das Ordenações Manuelinas até os anos de 1970 – decorreram da ação e do interesse do Estado conforme seu tipo de Governo. Entretanto, pode-se

² No processo de [re]construção do passado, que se dá em instâncias do presente, segundo Icleia Thiesen Costa (1997:131) “somos impelidos a lançar mão dos mecanismos que dão suporte à memória e vamos buscar as lembranças onde quer que estejam registradas: seja na consciência, no inconsciente, nos materiais da memória – os documentos, arquivos, relatos de outras pessoas que tenham partilhado experiências comuns.”

dizer que a partir de 1971 o campo arquivístico no Brasil modifica-se definitivamente. Emerge o associativismo profissional que ocupa o espaço público e passa a refletir sobre a atividade arquivística juntamente com as instituições e o Estado. Processo dialético que resultou, dentre outros, na institucionalização do ensino superior de Arquivologia no Brasil e na regulamentação da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo.

Nossa pesquisa coloca em foco a institucionalização do campo arquivístico no Brasil de 1971 a 1978, vista sob a perspectiva da memória social tendo o espaço como lugar de possibilidade de encontro com os materiais que compõem a memória coletiva. A [re]construção desses processos, por meio de indivíduos que participaram das ações de institucionalização³, favorece a enunciação de vozes, consciências históricas e memórias. Uma abordagem que se organiza a partir de vestígios intangíveis⁴ (documentos vivos⁵, narrativas subjetivas) e baliza seu percurso por vestígios tangíveis (questões tradicionais suscitadas pelo uso de arquivos e fontes documentais).

No Capítulo I abordamos alguns dos desdobramentos históricos que impulsionaram os processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Numa breve descrição histórica, corroborada por trechos de depoimentos orais extraídos de entrevistas, buscamos apresentar alguns dos enlaces de campo recorrentes entre memória, arquivo e história naquilo que se refere à institucionalização do campo arquivístico. O capítulo não pretendeu traçar uma análise historiográfica (conceitos e métodos) de alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico. Entretanto, busca destacar momentos e movimentos significativos dessa história como elementos essenciais para compreensão dos processos de institucionalização do campo – especialmente no Brasil, mas sem perder de vista a dimensão internacional – e de que

³ Podemos constatar que durante os anos de 1980, a multiplicação de balanços – não raro desencantados – sobre a pujante literatura dos movimentos sociais e as expectativas que ela depositou naqueles atores como protagonistas da transformação social, evidenciavam o processo de institucionalização e normalização de formas de ação coletiva altamente visíveis no contexto da transição democrática. Ver mais em: GURZA LAVALLE, CASTELLO e BICHIR. “Quando novos atores saem de cena - Continuidades e mudanças na centralidade dos Movimentos Sociais”. *Cultura e Política, Revista de Sociologia Política*, no 5, UFSC, Santa Catarina, outubro de 2004, pp. 35-53.

⁴ Expressão utilizada por Henry Rousso no artigo: *O Arquivo ou o indício de uma falta*. *Revista Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

⁵ Encontramos esse conceito “documentos vivos” na obra de Emili Ferrando Puig “*Fuentes orales e investigación histórica: orientaciones metodológicas para crear fuentes orales de calidad en el contexto de un proyecto de investigación histórica*.” Barcelona: Ediciones del Serbal, 2006.

forma esses (momentos e movimentos) podem ser pensados e [re]significados diante das ações que se desenrolaram nos anos de 1970.

A práxis arquivística adquiriu relevância estratégica na geopolítica que se definiu após a Segunda Guerra Mundial. No âmbito dos processos de institucionalização do campo arquivístico, nada mais natural que o surgimento das reflexões vinculadas ao exercício da profissão (condições de trabalho, valorização social) e à formação técnica e científica. O Capítulo II procurou desenvolver alguns conceitos, tais como identidade, representação social, movimento social, caros ao entendimento das ações de institucionalização do campo promovidas pela AAB, uma associação de profissionais. Percebemos então a necessidade, nesse capítulo, de conhecer noções que definissem sociedade civil e ação coletiva como processos dinâmicos de organização sistemática do associativismo.

Por fim, o Capítulo III foi o encontro propriamente dito com a AAB e as ações de institucionalização pugnadas pela associação. Identificamos que o associativismo entre arquivistas e técnicos de arquivo datava do século XX e que a experiência brasileira cumpria alguns ritos realizados anteriormente por outras associações profissionais no mundo. Ao tratar especificamente das ações e projetos idealizados e desenvolvidos pela AAB, buscamos compreender cada qual como processo impregnado de particularidades e vetores de interesse e poder. A institucionalização é o espaço que abriga a sedimentação do intersocial, do interpessoal.

Durante quase uma década, a ação dos profissionais de arquivo, na figura da AAB, contribuiu para a institucionalização do campo arquivístico. Ciclo de desenvolvimento no qual surgiu o curso superior de Arquivologia, as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, uma comunidade técnica e científica com os Congressos Brasileiros de Arquivologia e a Revista *Arquivo & Administração*, os Núcleos Regionais da AAB, cursos de formação técnica, publicações etc. Esses elementos revelam o papel do associativismo junto ao Estado e evidenciam a importância do associativismo da AAB frente a institucionalização do campo. O objetivo da pesquisa foi construído a partir da necessidade de identificar como se organizam e iniciam as ações da AAB determinadas a processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Compreender os processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil entre 1971 e 1978.

1.1.2 Específicos

- (a) Mapear, por meio do uso da História Oral e de fontes documentais, as ações da AAB que resultaram na institucionalização de elementos do campo arquivístico no período; e
- (b) Descrever algumas das ações promovidas pela AAB para a institucionalização do campo arquivístico no período.

1.2 Pressupostos

Tomando como pressuposto geral que a formação do campo arquivístico no Brasil (como em outros países) é herdeira da ação do Estado e que, no período de 1971 a 1978, a emergência do associativismo corporativista entre os profissionais de arquivo contribuiu para patrocinar alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil, tomam-se como pressupostos da nossa pesquisa:

- (a) os projetos de institucionalização do campo arquivístico, na esfera acadêmica e profissional, encontram pela ação do associativismo de classe seu veículo de interlocução e proposição; e
- (b) em consequência disso, a delimitação do campo arquivístico, no Brasil, ganhou entre 1971 e 1978 contornos próprios à sua especificidade técnica, profissional e científica. Para nossa pesquisa, campo arquivístico busca alcançar os seguintes entendimentos: que a gestão, serviços e técnicas de arquivo entendemos por práxis arquivística; que profissionais de arquivo entendemos como o arquivista e o técnico de arquivo; que a organização profissional corporativista entendemos como associativismo; e que, a produção do conhecimento técnico-científico entendemos como a Arquivologia.

1.3 Quadro teórico

Para organizarmos (no campo da Memória Social) o quadro teórico da pesquisa, partimos da premissa de que a lembrança, diante das diferenças e semelhanças entre indivíduo e grupo, nada mais evidencia que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas abstrações e sínteses conceituais que se fazem acerca do passado. Em cada indivíduo o processo de lembrar é diferente dos outros, mesmo tendo este indivíduo muitas coisas em comum com eles. Encontrada tanto na própria semelhança como na própria diferença a lembrança é uma representação do real que alcança o reconhecimento da subjetividade de cada indivíduo, mas, também, compreende parte significativa na realidade objetiva dos fatos.

A lembrança caracteriza a descontinuidade existente entre passado e presente. Ao trabalharmos nossa pesquisa no campo da Memória Social adotamos *a priori* a noção de planos da memória e tempos sociais de Halbwachs (2006). Para o autor, de matiz *durkheimiana*, no primeiro plano da memória de um grupo destacam-se as lembranças dos acontecimentos, experiências e representações simbólicas que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos. No segundo plano, encontram-se as memórias relacionadas a um número muito pequeno de eventos, particulares ao indivíduo, “e por mais paradoxal que isto possa parecer, essas lembranças que nos são as mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios” (HALBWACHS, 2006:45).

Quando tratamos da noção de tempos sociais de Halbwachs, deparamo-nos com uma notável distinção entre a memória histórica, de um lado, pressupondo [re]construção dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sob o passado [re]inventado e, por outro lado, a memória coletiva, que [re]compõe o passado. Entre essas duas direções desenvolvem-se as diversas formas de memória, que se alteram conforme as intenções. Corroborado por Benjamin, (*apud* NUNES *et al.*, 1998:201), essa perspectiva da manutenção da memória histórica em detrimento da memória coletiva busca demonstrar

“(…) que os grupos dominantes monopolizam a memória como continuidade, como unidimensional, reduzindo-a a uma única identidade, de lugar fixo, como versão verdadeira, única e totalizante. Na sua concepção histórica, memória e

experiência são elementos fundamentais, por isso propôs ao historiador a tarefa de uma escritura a contrapelo da história, para se desviar da cultura como barbárie, despojos dos dominados carregados pelos vencedores do momento.”

É dessa relação entre memória e história que poderemos compreender, com o devido cuidado e atenção, o objeto da pesquisa, preservando a experiência apreensível dos relatos orais (aquilo que há de exclusivo e peculiar em um espaço-tempo concreto, social) e estabelecendo a análise criteriosa e sistemática das fontes documentais da pesquisa. A memória é possibilidade de apresentação, de enunciação cujo funcionamento não é viável sem as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente. Se encontra em processo permanente de [re]elaboração das formas que criou. Nesse sentido, tanto a memória quanto a história se [co]relacionam com a noção própria de Modernidade⁶. Segundo Nora (1989:8)

“Memória e História, longe de serem sinônimos, parecem agora estar na oposição fundamental. A memória é vida, carregada pelas sociedades que vivem fundadas em seu nome. Remanesce da evolução permanente, aberta à dialética de recordar e de esquecer-se, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável à manipulação e à apropriação, suscetível de ser dominada e periodicamente revisitada. A história, numa só perspectiva, é [re]construção, sempre problematizada e incompleta do que já não o é. A memória é um fenômeno de perpetuação do real, uma ligação que nos amarra ao presente eternamente; a história é uma representação do passado.” (tradução nossa)

Ferreira (1996:4-5) apropria-se da relação história-memória desenvolvida por Halbwachs e avalia que a memória apóia-se na história apreendida, na história vivida. De acordo com a pesquisadora, a memória coletiva não se confunde com a história, uma vez que a história resulta de uma construção cristalizada por um grupo estabelecido para se defender da erosão permanente da mudança e a memória postula a mudança das perspectivas e seu relativismo recíproco. A memória é um vigoroso, complexo e tenso campo de disputa de sentidos no qual a mobilização e a circulação dos discursos e representações são utilizadas com intensidade e possibilidades diferentes.

⁶ Adotamos como entendimento base, a noção *habermasiana* de Modernidade na qual há a difusão de uma racionalidade Ocidental inaugurada com o Iluminismo e com as formas institucionais associadas à vida moderna e à emergência do Estado-Nação. A emergência de processos que deflagram o capitalismo, o industrialismo e a coordenação administrativa, a vigilância e o controle, acompanhados do deslocamento, desorganização e desestruturação de comunidades tradicionais e de formas de vida, abalando as estruturas do mundo pré-moderno.

“A memória coletiva é, deste modo, um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder. Poder, por exemplo, de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos. O ato da memória é um ato de poder e o campo da memória, o espaço onde atuam seus lugares, é um campo de conflitos” (GUARINELLO, 1995:189).

Nota-se que por meio desta perspectiva teórica a memória não se organiza como uma sucessão linear, cronológica de eventos e datas, mas por narrativas que apresentam apenas um quadro de remiscência. Para Halbwachs (2006:101), a memória individual é construída a partir das referências e lembranças próprias da relação indivíduo-grupo e refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. O tempo é uma categoria bastante ampla para oferecer um contexto de respaldo suficiente no qual a consciência individual e coletiva disponha de mecanismos para reencontrar suas lembranças.

“Através de testemunhos orais e visuais podemos observar transformações por que passam as memórias dos sujeitos ao longo do tempo; as relações destas transformações com as experiências vividas em diferentes contextos culturais; a dependência da memória em relação ao presente e ao passado e que as recordações de experiências revelam um constante refazer de identidades pessoais e coletivas” (NUNES *et al.*, 1998:200).

Para além da noção de lembrança, utilizada como forma de auxiliar na construção do quadro teórico da pesquisa, recorreremos à idéia de experiência. Isso porque a consciência do eu (sob a forma de narrativa) evoca de *per si* o depoimento da testemunha, tendo sentido em relação ao grupo do qual faz parte já que pressupõe um evento real vivido outrora e que depende do contexto de referência no qual transitam o grupo e o indivíduo que o atesta no presente.

“Ao lembrar e rememorar, o sujeito reconstrói e elabora hoje as experiências vividas, e quando se volta para o passado, pensa a sua atualidade. Assim, a memória é entendida como ação e trabalho. Há uma interação entre o vivido e o aprendido; entre o passado e o presente. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irredutíveis” (POLLAK, 1989:9).

A memória individual não está isolada, ela é racional e se articula com a memória coletiva já que depende da experiência apreendida da hermenêutica do cotidiano; trata-se assim de uma operação de inteligência. Essa articulação localiza uma lembrança e a liga a um lugar, material ou sensível. Como afirmou Milton Santos (1994:36), “o lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto, (...) o lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo”. Portanto, a memória só é possível porque há um espaço, lugar que se representa objetiva e subjetivamente a existência sensível do mundo.

“Não há memória coletiva que não aconteça sem um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retornar ao passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço, que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça” (HALBWACHS, 2006:107).

A memória social é um processo coletivo, onde o grupo social desempenha um papel importante no processo de lembrar e de conservar a memória. Nas situações em que há a dispersão do grupo social, e a falta de comunicação entre as gerações, torna-se difícil a socialização das lembranças e a fixação da memória porque há uma descontinuidade dos acontecimentos. Isso em razão de que o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência no espaço. Como diz Poulet (1992:28)

“são os lugares que oferecem precisão às imagens; que nos fornecem o suporte necessário, graças ao qual podemos atribuir-lhes um lugar em nosso espaço mental e deles nos lembrarmos. (...) graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado.”

Nossa pesquisa organiza seu quadro teórico por meio de categorias da Memória Social – lembrança, experiência, memória (individual e coletiva), história, espaço e tempo – porque são essas que fundamentalmente podem possibilitar ancoragem objetiva necessária à [re]construção dos processos de institucionalização do campo arquivístico que ocorreram entre 1971 e 1978. O recorte temporal que propomos tem sido objeto recorrente de estudos no campo de investigação que se presta a analisar a institucionalização do campo arquivístico no Brasil. A memória se

apresenta como possibilidade de compreender aspectos do passado no presente, um ferramental de investigação científica, com especificidades metodológicas que contribuem para superar o paradigma daquilo que Pierre Nora denominou de “síndrome arquivística” - os métodos da pesquisa restritos à recuperação das formas materiais herdadas pelas instituições.

1.4 Procedimentos metodológicos

A abordagem e o procedimento da pesquisa são descritivos sob a perspectiva da História, caminho trilhado à procura de alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico. Um exercício de reconhecimento do campo para que fossem definidos os momentos nos quais a ação de institucionalização foi empreendida pelo Estado e ou pelo associativismo de da AAB. Uma análise diacrônica que, ao mesmo tempo, preserva a pesquisa do compromisso de realizar um estudo sobre a história de uma ou de outra instituição⁷ e favorece a identificação de alguns dos processos de institucionalização do campo.

A proposta metodológica da pesquisa se organizou de forma a favorecer o mapeamento de ações que resultaram nos processos de institucionalização do campo arquivístico ocorridos no Brasil entre 1971 e 1978. Nosso compromisso foi a identificação de elementos constituintes da dialética estabelecida entre Estado e sociedade civil organizada (AAB) que resultaram em alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978). O exercício de [re]construção desses processos fez com que recorrêssemos: (a) em relação ao Estado, às fontes documentais (Poder Executivo e Legislativo); e (b) em relação ao associativismo de classe dos profissionais de arquivo, tanto fontes documentais (documentos produzidos pela Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, Atas e publicações) como entrevistas, relatos orais, de alguns dos indivíduos que participaram das ações de institucionalização do campo no período proposto por nossa pesquisa.

Portanto, as fontes de nossa pesquisa são referências bibliográficas, documentos, publicações e entrevistas e, constituíram-se como os meios de acesso a novos conhecimentos

⁷ Entendemos por instituição (CASTORIADIS, 1982 e 1992) um determinado sistema simbólico sancionado pelo imaginário social por meio de linguagens e costumes que resultam da capacidade criadora do anônimo coletivo e se efetiva no campo social como conjunto de saberes e práticas com efeitos de estruturação singular das relações sociais.

sobre alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil. É bem verdade que as fontes de pesquisa nas ciências sociais vêm se transformando, chegando a serem denominadas por alguns teóricos de “novas fontes”. Foi a partir desse entendimento metodológico que nos dispomos, de modo organizado e sistematizado, reunir e compreender as fontes da pesquisa, tal como sugerido por Rousso (1996:86)

“A utilização de um arquivo pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de fonte. Chamaremos de fontes todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservam, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstruídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais documentais.”

Desde a *École des Annales*, a diversificação de fontes de informação para as pesquisas científicas pode ser entendida como consequência do alargamento do conceito de documento que, segundo Bellotto (2006:14), “é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”. Em nossa pesquisa, as entrevistas constituíram parte do procedimento metodológico de coleta e produção de fontes orais. O objetivo da entrevista é registrar uma narrativa de sujeitos que atenderam a um perfil representativo e que tenham a possibilidade de documentar, por meio do relato oral, lembranças e experiências. O registro oral obtido de sujeitos que protagonizaram ações que corroboraram para a institucionalização do campo arquivístico no Brasil entre 1971 e 1978, é fundamental para a análise e compreensão de seus processos, de suas fases, de suas negociações. De acordo com Thompson (2002:137)

“(...) a evidência oral pode conseguir um encontro mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma história erudita de ficção. A evidência oral, transformando os objetos de estudo em sujeitos, contribui para uma história que não só é mais rica, mas mais viva e mais comovente.”

Da preparação da ida a campo à autorização do uso das entrevistas, o procedimento metodológico da pesquisa para a realização das entrevistas se constrói num cotidiano dinâmico – elaboração do roteiro, negociação com a fonte depoente, marcação das entrevistas, recursos materiais, técnicos, audição e transcrição das entrevistas, submissão do material transcrito e das

fitas à fonte para autorização, em cartório, do uso do material da pesquisa, etc. Essas etapas instrumentalizam o pesquisador tanto na produção das fontes da pesquisa quanto na manutenção e garantia de sua autenticidade.

“O testemunho colhido *a posteriori*, por sua natureza, é uma das características da história do tempo presente. Ele leva à criação de uma fonte singular na medida em que destinada desde o início seja a formar um arquivo, no sentido de conservar – eis aqui a memória de tal indivíduo ou de tal grupo –, seja a alimentar uma pesquisa específica. Nos dois casos, essa fonte está intinsecamente ligada ao questionamento preciso do arquivista ou do historiador, voltada para um acontecimento, um indivíduo, um determinado processo histórico, e entra em sinergia ou em oposição com o discurso do ator assim erigido em testemunha.” (ROUSSO, 1996:87)

As necessidades decorrentes de determinado tipo de pesquisa é que tornam essencial o planejamento antecipado das perguntas da entrevista (THOMPSON, 2002:259). Assim, para a elaboração das perguntas do roteiro de entrevistas foram preservados alguns princípios básicos de maneira simples e direta, mas que estruturado (o roteiro) promovesse uma interação dialógica constante entre entrevistado e entrevistador. Isso porque a entrevista não é um diálogo espontâneo ou uma conversa desarticulada de certa objetividade; é sempre mediada por um roteiro, preparado a partir de informações básicas, que busca mapear um campo do conhecimento, relatar a experiência do entrevistado e colher idéias e informações com o objetivo de atender às questões formuladas pela pesquisa (COUTINHO, 1997:56-74).

O depoimento – elaborações, hesitações e re-elaborações – é um ato no qual o sujeito de uma narrativa sistematiza conteúdos verbais provocados pelo roteiro, pelo instrumento de registro (meio de gravação) e mediado pelo pesquisador. Esse encontro entre pesquisador e entrevistado possibilita uma situação específica. Há uma alteração dos processos de lembrar e de esquecer do entrevistado e, a ação documentarista sobre aquele instante leva a uma situação nova, única, criada em função da entrevista e sem a qual ela não existiria. Para Rousso (1996:89), “escrito, oral ou filmado, o depoimento (fonte) é sempre o produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares.”

“Todo depoimento ou todo documento exige, para ser significativo, uma recontextualização – especialmente no caso do arquivo escrito – que implica que

sejam examinadas séries mais ou menos completas para se compreender a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu este ou aquele documento” (ROUSSO, 1996:89).

Para definirmos o meio de registro das entrevistas foi necessário um procedimento de revisão bibliográfica e avaliação de como as pesquisas no campo das ciências sociais, desde o final do século XIX e durante todo o século XX, dispuseram de recursos para documentar o relato oral. Notamos que o uso das fontes orais registradas é encarado como recurso fundamental de pesquisas do campo, tal como observa Queiroz (1988:16): “a palavra deve ser entendida como uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal, senão a primeira, pois antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber.”

O advento de novas tecnologias e a transformação dos meios de comunicação propiciou novas formas de registrar o ato da fala. Dos meios e instrumentos de captura e fixação em suporte material do relato oral o documento audiovisual (intrinsecamente condicionado pelo artefato tecnológico) pode ser pensado enquanto meio capaz de conservar a narração e a vivacidade que o simples registro escrito ou fonográfico despojava⁸. Um processo no qual os próprios sujeitos, narrando suas impressões e experiências, podem ser analisados, uma vez que, a voz e a imagem do entrevistado, suas entonações, suas pausas, seu vaivém no que contava, constituem outros tantos dados preciosos para estudo. O documento produzido no ato do relato oral é por assim dizer uma tipologia documental aderente à fixação da vivacidade do instante em que se revelam as memórias dos entrevistados.

“O entrevistador vai a uma entrevista para aprender; ele se coloca diante de um outro diferente que sabe mais sobre o tema que está sendo investigado. Saber mais sobre o tema não significa tê-lo elaborado. Às vezes este saber se constitui como experiência e precisa ser decodificado, renomeado, interpretado” (THOMPSON, 2002:81).

O registro do relato oral no suporte audiovisual constrói de *per si* um documento. O estatuto de documento, sob a luz dos princípios de imparcialidade e autenticidade, só lhe pode ser atribuído se, segundo Duranti (1994), Jenkinson (1965) e Cook (1997), evidencia os atos do

⁸ Maíra Carlos no trabalho “A problemática da entrevista e do depoimento no documentário brasileiro contemporâneo” faz uma abordagem das técnicas utilizadas por Eduardo Coutinho na filmagem de documentários. Disponível em: <http://lakh.unm.edu/handle/10229/82928>

seu criador, sendo o documento a prova desses atos, sejam eles de uma entidade coletiva, pública ou privada, sejam de uma pessoa. Le Goff (1990:103) observa que

“o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira.”

Portanto, sobre a oralidade das fontes depoentes, de acordo com Portelli (1997:27), devemos compreender que o documento real é o “teipe” gravado e que sua transcrição deve transformar objetos auditivos em visuais – a escrita. Como em outros processos dialógicos, as narrativas têm por objetivo reconstruir o mundo da experiência individual e social desses sujeitos tomando seus depoimentos como lugar de revelação e de acesso a determinado fato, lugar ou pessoa. O ato de registrarmos no presente a narrativa desses sujeitos, seja qual for o suporte que documenta essa memória, é sempre vestígio de um acontecimento que teve existência no passado, que revela não só um recorte de realidade. Um ato no mínimo bilateral, em que a palavra é determinada por quem a emite, e também por aquele a quem é destinada; um território compartilhado tanto pelo locutor quanto por seu destinatário; um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias, no qual ambos os indivíduos (entrevistador e entrevistado) se orientam de modo diferente em relação a essas. Segundo Rousso (1996:5),

“O testemunho assim como o arquivo dito escrito revelam por sua própria existência uma falta. O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou sinal de sua passagem; de outro, esse vestígio que chega até nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu.”

Para subsidiar a análise desse encontro compartilhado de lembranças e esquecimentos dos entrevistados com as fontes documentais que amparam o escopo empírico e teórico da

pesquisa, recorreremos às reflexões do filósofo Paul Ricoeur (2002) acerca dos três elementos constitutivos do universo dos sentidos e dos significados, associados à identidade e cultura: (a) a simbolização do existir se efetiva por meio da linguagem; (b) a experiência do mundo ocorre por meio da ação; e (c) a historicidade é adquirida através do tempo como função ou resultado das possibilidades do espaço.

Na pesquisa em Memória Social torna-se importante observar a existência de pressupostos de ordens variadas e que cada um desses pressupostos contribui para a análise e compreensão de eventos e narrativas de cada uma das fontes depoentes. Cabe ressaltar também que os usos da fonte oral devem levar em consideração uma característica particular, o processo individual de lembrar e de esquecer, como evidência de sua própria experiência de vida.

“a palavra-chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela [re]construção da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável. (...) É o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.” (PORTELLI, 1997:7-8).

Essa reflexão nos interessa porque nosso objeto da pesquisa – processos de institucionalização do campo arquivístico – se inscreve de maneira racional no espaço social, como resultado da ação que objetiva materializar os efeitos de reivindicação (que profissional e categoria buscavam para o reconhecimento social da profissão de arquivista e de técnico de arquivo) e o desenvolvimento do campo naquilo que se refere aos aspectos trabalhista (direitos e deveres), técnico e científico.

Quer dizer, os atores sociais desses processos, das ações organizadas que se destinaram à consolidação da atividade trabalhista, técnica e acadêmica do campo arquivístico participam não apenas com suas memórias para o mapeamento e compreensão da institucionalização do campo, mas também para documentarem enquanto fontes de registro uma noção particular, uma demarcação individualizada e amparada pela experiência de vida. O período compreendido entre 1971 e 1978 possibilitou identificar os espaços institucionalizados por meio da ação desses atores reunidos na Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB.

1.5 Universo da pesquisa

Atas da AAB, Revista *Arquivo & Administração*, Anais dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, referências bibliográficas, documentos e entrevistas formaram o universo empírico da pesquisa. Para a realização das entrevistas, procuramos pessoas que exerceram a representação política da classe dos profissionais de arquivo por meio de mandato eletivo na Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) entre 1971 e 1978. Assim, da fundação (da AAB) até o ano de 1978 houve quatro processos eletivos para constituição representativa da associação. Foram eleitos três presidentes: José Pedro Pinto Esposel, Helena Corrêa Machado e Marilena Leite Paes. Destes, foram entrevistados os dois primeiros, além da representante da AAB em Brasília-DF, Astréa de Moraes e Castro. Outra entrevistada foi a sra. Nilza Teixeira Soares que, apesar de não ter integrado os cargos diretivos da AAB, atuou em diversos momentos junto à Diretoria da AAB (1971-1978) tendo colaborado nas questões que envolviam conhecimento técnico do campo.

Entrevista	Data	Local	Duração da entrevista
José Pedro Pinto Esposel	06/11/2007	Niterói - RJ	01:11:34"
Helena Corrêa Machado	30/01/2008	Rio de Janeiro - RJ	00:59:04"
Astréa de Moraes e Castro	29/03/2008	Brasília - DF	00:44:04"
Nilza Teixeira Soares	29/03/2008	Brasília - DF	01:00:26"

O roteiro de entrevistas foi elaborado a partir do mapeamento dos principais eventos ocorridos no campo arquivístico (1971-1978): fundação da AAB, Congresso Brasileiro de Arquivologia, Revista *Arquivo & Administração*, Currículo Mínimo, Núcleos Regionais da AAB, criação do Curso Superior de Arquivologia e o projeto de lei que regulamentou a profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo. As perguntas acompanharam esses eventos de modo cronológico desde a concepção da AAB à formulação, articulação, apresentação e divulgação das ações da AAB. O roteiro procurou ainda compreender de que forma cada um desses sujeitos, a partir de suas formações profissionais, estabeleceu o primeiro contato com o campo arquivístico.

2 ENLACES DE CAMPO: MEMÓRIA, ARQUIVO E HISTÓRIA.

“Não há mais quem conte estórias, também porque não há mais quem esteja disposto a ouvi-las. Daí a necessidade de pensarmos as estratégias empregadas pelos atores sociais quando se celebra um passado, se cultua uma tradição, se saúda uma lembrança, enfim, quando se elabora um vínculo simbólico entre passado e presente, quando se tecem os fios e as tramas do sentido social.” Hannah Arendt, 1990.

A dinâmica existente entre memória, história e arquivo imprimiu à pesquisa um *a priori*: a necessidade de se considerar o espaço social, lugar⁹ das práticas simbólicas, como categoria fundamental para debate da idéia de processos de institucionalização. O espaço assume lugar central nos debates e estudos quando trabalhamos com processos de institucionalização, já que estes representam sua expansão sobre a vida cotidiana das formas organizativas das categorias atendidas pelas instituições, muitas vezes resultantes da mobilização por reivindicações que se tornam expressas justamente pela feição institucional que assumem.

No Brasil, a idéia de espaço requer cuidado e atenção tanto para a sistematização das concepções da história do pensamento sobre essa categoria (espaço) quanto para a distinção dessas concepções, isso porque seu próprio processo de configuração territorial, social e institucional está recorrentemente em transformação. Considera-se então que os enlaces de campo entre história, memória e arquivo ganham a nitidez necessária na medida em que essas categorias se organizam no espaço. Como aponta Simmel *apud* Maldonado (1977:22)

“... es precisamente la relación entre los objetos y los sujetos, definiendo una serie de parámetros de relación que van a servir de base para poder establecer no sólo las características de las sociedades concretas sino también su evolución temporal. Las formas de relación que se dan, en función de esos atributos espaciales, cambian en el tiempo, y pueden considerarse como algo más que meros indicadores de ese cambio, al constituirse como parte de la esencia de esa transformación experimentada.”

⁹ “As lutas a respeito das identidades estão ligadas à origem através do lugar de origem. Os princípios de divisão do mundo social, essa realidade que é o lugar de uma luta permanente para definir a realidade, são representações, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam” (BOURDIEU, 2003:118).

Como observado no quadro teórico, é no espaço que a experiência se efetiva. Lembranças e esquecimentos resultam de experiências e constituem-se memórias. A memória é fenômeno social complexo que, de acordo com Bosi (2003:54)

“na própria formulação do objeto a ser apreendido, Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os quadros sociais da memória. Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse convívio.”

Importa discutir no primeiro capítulo de nossa pesquisa a relação existente entre espaço social e memória. Isso porque quando analisamos o campo arquivístico, no que se refere ao aspecto prático de seu domínio, percebemos que elementos do campo se inscrevem na tradição¹⁰ a partir do surgimento da escrita. Pode-se chegar a dizer que a atividade arquivística, elemento definidor do seu campo, resulta das mudanças ocorridas nas relações entre homem, espaço (social e geográfico) e tempo, principalmente com o aparecimento da escrita como aponta Le Goff (1988:115):

“Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva parece ordenar-se em redor de três grandes interesses: a identidade coletiva do grupo que se baseia em mitos, e mais particularmente dos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente penetradas de magia religiosa. O aparecimento da escrita é ligado a uma profunda transformação da memória coletiva.”

A atividade arquivística enquanto práxis resulta das mudanças nas instituições, em especial, do Estado (instituição e aparelho). Essa transformação é provocada antes de tudo pela atividade intelectual (simbólica), individual e coletiva, que acaba sendo expressa por meio do

¹⁰ Tradição seria, para Foucault, o que permite formar, a partir de fenômenos dispersos, um conjunto homogêneo de acontecimentos que, seguindo seu rastro, conduziria a pesquisa até o ponto originário daqueles fenômenos. Nos seus próprios dizeres, a tradição "autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos". Ver FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. São Paulo: Ed. Forense, 2004. 7ed.

Direito. Pode-se dizer que Vernant *apud* Le Goff (1988:123) encontra na Grécia antiga elementos que fundamentam essa proposta:

“A memória, como ela distingue-se do hábito, representa uma difícil invenção, uma conquista progressiva pelo homem do seu passado individual, como a história foi sendo constituída pelo grupo social para a conquista do seu passado coletivo. (...) As instituições é que nos permitiram observar o advento do Direito como função social da memória.” (tradução nossa)

Esse é o nosso ponto de partida que busca ir ao encontro de um mapeamento, tentativa de identificação de alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico. Pois, como poderemos ver, a organização da ação de institucionalização do campo se origina ora por meio de indivíduos e entidades ora pelo Estado. E, na ausência de uma compreensão histórica, talvez fôssemos impelidos a afirmar que a institucionalização do campo é herdeira exclusivamente da ação deste ou daquele agente. Nosso desafio é tentar evidenciar em quais momentos esta ação se origina e migra do Estado para a sociedade civil e desta para aquele. Essa iniciativa favorecerá uma apreensão adequada do processo de formação da identidade e dos elementos que passaram a constituir o campo arquivístico no Brasil.

2.1 Processos de institucionalização do campo arquivístico: breve histórico.

A constituição dos primeiros arquivos resulta da necessidade de preservar transações (no sentido contábil, econômico) e a memória e tradição dos povos. Por meio de registros, sob as mais variadas formas e nos mais diversos suportes, os arquivos foram encarados como bases e instrumentos de informação, conhecimento e poder. A afirmação do conceito e a fixação do termo **Arquivo** representam a tomada de consciência de sua especificidade e estabelecem diferença em relação a outros sistemas de informação, organização e produção do conhecimento.

Para auxiliar na compreensão de como a prática arquivística se sistematizou no âmbito das instituições e das sociedades, podemos recorrer aos estudos de Rousseau e Couture (1994) e Silva (1999) que abrangem o período da Alta Antiguidade à Idade Contemporânea. Como observa Silva (1999), a fase mais significativa para nossa pesquisa é meados da Idade Média, quando do surgimento dos Estados Nacionais e das administrações públicas modernas. Nessa

época de formação das Côrtes europeias foi possível assistir à estruturação, no incipiente aparelho do Estado, dos arquivos (unidades administrativas), com designação de pessoal para manutenção da boa ordem e incumbência de organização e garantia da autenticidade dos documentos.

A formação dos Estados nacionais “coincide” com a própria questão da Modernidade, de forma geral, e sob a perspectiva da arquivística, diga-se, da práxis arquivística, esta se assenta com maior rigor nesse período. Normas escritas do Direito (Germânico e Romano) contribuíram para suprir algumas demandas no nível da práxis arquivística (guarda e preservação). No século XVII, apareceram os primeiros manuais arquivísticos que traduzem a realidade dos arquivos naquele momento caracterizando-se essencialmente por uma concepção jurídica. Assiste-se, portanto, ao desenvolvimento da prática arquivística, a qual se torna mais estruturada à medida que a ação humana e social (principalmente as funções do Estado e das instituições) se torna mais complexa. A atividade arquivística passou a refletir sobre uma nova realidade e converte-se em objeto de trabalho (capital social) e figurar na base para a determinação do campo. Mais tarde (século XVIII), alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico favoreceram o estudo epistêmico de sua práxis. Esse movimento decorre do processo de pensar a prática para sistematizar o saber, pode-se dizer que são os primeiros sinais para a afirmação do campo, conforme Silva (1999).

O surgimento dos Estados nacionais provocou uma mudança na relação existente entre história, memória e arquivos. Os Estados nacionais tinham como elemento norteador unificar uma identidade nacional em torno da língua oficial delimitado por um território e constituído por “seu” povo. Para tanto, alguns Estados, dentre outras ações políticas necessárias a tal projeto, buscaram centralizar a guarda dos acervos documentais que se encontravam dispersos nos arquivos públicos e privados de seus territórios. Uma estratégia que passou a considerar os arquivos, de certo modo, a serviço da política e já não apenas uma necessidade de uso para fins meramente administrativos ou da memória coletiva.

Atos e práticas políticas e de poder que envolvem documentos e arquivos são fenômenos comuns observáveis desde a Antiguidade como apontam Foucault (2002), Duranti (1995), MacNeil (2000) e Rabikauskas (2000). A relação entre documento, memória, arquivo, história e poder é antiga e reflete sua importância ao longo dos tempos e das civilizações. Na Europa

moderna, a redefinição territorial está marcada pela disputa de títulos, escrituras e registros notariais. O episódio das guerras diplomáticas possibilitara o aparecimento do trabalho do monge beneditino Jean Mabillon. A inovação de sua técnica e metodologia imprimiu a crítica da autenticidade dos documentos e consistiu na análise dos elementos extrínsecos e intrínsecos dos documentos¹¹ o que, como aponta MacNeil *apud* Rodrigues (2008:136): “transformou fatos escritos em fontes históricas, e norteou a crença de que o conhecimento sobre o passado, que não era de direto acesso, podia, apesar de tudo, ser atingido ao serem examinadas as partes do documento”.

Com a Revolução Francesa tem-se um novo marco na história do campo arquivístico, determinado por reformas sociais e políticas, sendo relevante para a pesquisa a política de liberalização do acesso aos arquivos e o estabelecimento de um órgão central e nacional. A nacionalização dos bens da nobreza, em específico, a apropriação de cartórios de registros de títulos de posses das propriedades, fez com que o Estado francês incorporasse uma massa de arquivos privados, os quais juntamente com os arquivos do Estado, passaram a ter uma designação geral. Os *Archives Nationales* foram criados para exercer as funções de “Arquivos da Nação” tendo por objetivo preservar a pluralidade, a conservação e a manutenção dos documentos oficiais, devendo promover a organização e a custódia dos documentos do Estado e da sociedade. Essas ações políticas tiveram reflexos em diversos países da Europa e América o que marcou uma nova fase para o campo arquivístico.

Ainda sobre os aspectos inovadores, a formulação de algumas instruções para ordenação e classificação dos arquivos na França, promulgadas pelo Ministério do Interior, em 1841, trouxe consigo o princípio teórico norteador do campo arquivístico. O historiador Natalis de Wailly¹²

¹¹ Segundo Ribeiro (1998), atribui-se já no século VI, com a introdução no Código Justiniano de sanções para assegurar autenticidade aos documentos, as primeiras regras para distinguir documentos autênticos dos falsos. Observa a autora e os pesquisadores Galende Díaz e Garcia Ruipérez (2003) que, Inocêncio III foi o iniciador dos primeiros estudos de crítica diplomática eminentemente jurídica. Outra referência vem da Renascença quando dois estudiosos italianos, Francesco Petrarca e Lorenzo Valla, iniciaram estudos no campo da avaliação aplicando uma crítica rigorosa aos documentos políticos e religiosos com fundamento na Filologia. Nos séculos XVII, o jesuíta Daniel Van Papenbroeck, ao escrever a introdução do segundo volume “Acta Sanctorum” se envolve no episódio conhecido como “guerras diplomáticas” sendo esse o germe para o desenvolvimento de disciplinas com técnicas modernas ligadas à autenticidade dos documentos, notadamente a Diplomática, a Paleografia e a Sigilografia.

¹² Sobre os arquivos modernos e o desenvolvimento da Arquivística, ver: BAUTIER, Robert-Henri. (1968) *La phase cruciale de l'histoire des archives: La constitution des dépôts d'archives et La naissance de l'archivistique*. Archivum, Paris, p. 139-150.

foi quem inspirou tal resolução, vindo a se tornar conhecida como o Princípio do Respeito aos Fundos¹³. Tratou-se de uma medida de caráter essencialmente prática, embora tenha sido aperfeiçoada, mais tarde, designadamente pela associação do Princípio da Ordem Original, defendido em 1867 por Francesco Bonaini com o nome de método histórico e regulamentado entre 1874-1875, nos arquivos da Toscana (RIBEIRO, 1998).

A segunda metade do século XIX, época caracterizada pelo historicismo, se define como um período de renovação da historiografia e das ciências sociais tendo uma forte valorização das fontes documentais históricas e da pesquisa nos arquivos. Os arquivos passaram a se constituir autênticos laboratórios do conhecimento histórico e os documentos, por sua vez, fontes. Neste contexto, assim como ocorreu com a Filologia, a Paleografia, a Diplomática (em ascensão desde o século XVII), a Arquivística ganhou caráter de disciplina auxiliar da História. A partir desse novo patamar alcançado pela práxis arquivística, uma série de serviços, instrumentos e produtos representaram manifestações técnicas que denotam o tipo de relação que passa a existir entre a Arquivística, a História e as Ciências Sociais.

Para que houvesse um procedimento comum ao exercício da prática arquivística nas instituições e no Estado tornava-se condição necessária sua padronização. Como resultado dos ensaios dessa padronização, é publicado, em 1898, o manual¹⁴ de Muller, Feith e Fruin, intitulado *Handleing voor het ordenen em beschrijven van archieven*¹⁵, “Manual dos Arquivistas Holandeses”. Esse manual é considerado como outro marco fundamental para o campo, pois, a partir dele, abriu-se um caminho para a afirmação dos elementos conceituais, técnicos e científicos do campo arquivístico. No Brasil, a publicação da obra Manual dos Arquivistas Holandeses auxiliou durante anos profissionais de arquivos, como afirma Marilena (SANTOS, 2008:110). “Eu me lembro de a gente estudando alguns poucos livros que eram: o Manual dos

¹³ A aplicação do princípio dos Respeito aos Fundos foi rapidamente feita em vários países da Europa, tendo-se consagrado o conceito através do termo fundo. Sobre a origem e disseminação do princípio de Respeito aos Fundos, ver: MARTÍN-POZZUELO CAMPILLO, M. Paz. (1996) *La construcción teórica em Archivística: El principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III, Boletín Oficial Del Estado.

¹⁴ Pode-se encontrar nessa obra um grande avanço na teorização arquivística justamente pela sistematização e método que apresenta para tratamento e organização de documentos e arquivos e elaboração de fontes, inventários e guias.

¹⁵ MULLER, S. FEITH, J. A. FRUIN, R. *Handleing voor ordenen en berschrijven van archieven Groningen*. Erven B. van der Kamp, 1898. (tradução brasileira de Manoel Adolpho Wanderley sob o título: Manual de Arranjo e descrição de arquivos. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

Holandeses, tudo era o Manual Holandês que era o básico”. Sobre o período em que foi traduzida a obra, relata a arquivista e bibliotecária Nilza Teixeira¹⁶.

“Em 1967, houve o processo de seleção para capacitação nos Estados Unidos. A Câmara dos Deputados abriu o processo seletivo. Então eu já vinha mais preparada porque tive a oportunidade de, em momento anterior, ter sido selecionada com outros bibliotecários, como por exemplo, Adolpho Wanderlei, para fazer parte do grupo de bibliotecários que viajou para os Estados Unidos. Quando voltamos dos Estados Unidos, o Wanderlei pegou a tradução do Manual dos Holandeses, era um bibliotecário de nível cultural muito bom. Foi o Wanderlei quem traduziu pela primeira vez para a Língua Portuguesa o Manual dos Holandeses. Outros bibliotecários da Câmara passaram para a seleção do curso de arquivos nos Estados Unidos, um deles foi o Sr. Washington Moura.”

Na transição do século XIX até os anos 30 do século XX, vários aspectos favoreceram a consolidação do campo e da práxis arquivística. A propagação do modelo herdado da Revolução Francesa passou a assentar-se em diversas medidas regulamentadoras. Em 1912, Waldo Leland, nos Estados Unidos, formaliza alguns princípios arquivísticos fundamentais para a aplicação em serviços de arquivo do Estado Americano. Essa medida foi fortemente influenciada pelos contatos com arquivistas europeus no âmbito do Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, realizado em Bruxelas em 1910.

Já no Leste Europeu¹⁷, ocorreram grandes alterações na organização da política arquivística, a partir da Revolução Russa de 1917 (Legislação Soviética de Arquivos 1918-1941). Na Grã-Bretanha, o aparecimento de manuais especializados como o de Hilary Jenkinson “*A Manual of Archive Administration*” (1922), torna-se naquele momento a obra de referência mais importante para os arquivistas britânicos e americanos. Na Itália, é publicado o manual de Eugenio Casanova, com o título *Archivistica* (1928). Esses são exemplos evidentes de afirmação do campo como também é a criação dos Arquivos Nacionais de Washington no ano de 1934.

¹⁶ Entrevista concedida no dia 29/03/2008.

¹⁷ Esposel (1994:30) “... foi uma contribuição inestimável da Revolução Francesa e somente a legislação soviética de 1918, concebida racionalmente à luz de tal experiência pode lhe ser comparada. Foi em 1789 proclamando um princípio fundamental, revolucionário: os arquivos pertenciam à nação, devendo ser colocados à disposição de todos os cidadãos. Assim, o princípio da publicidade dos arquivos substituiu aquele do segredo de Estado.”

Apesar de neste exercício historiográfico encontrarmos alguns fatores que contribuíram para a consolidação do campo (ordenações administrativas, legislativas e formulações teóricas) é possível constarmos algumas incorporações técnicas ao fazer arquivístico, principalmente no final do século XIX e início do XX, advindas de outros campos¹⁸, por exemplo: a *Dewey Decimal Classification*¹⁹. Os novos conhecimentos que passam a emergir no campo da documentação acabaram por acirrar a demarcação de conhecimentos²⁰ e fazeres, no momento em que os princípios arquivísticos ganhavam expressão, sobretudo, a escola italiana (SILVA, 1999).

O estímulo e a produção de estudos e pesquisas para sistematizar e desenvolver técnicas de organização de documentos e informações arquivísticas foi ensaiado por diferentes países a partir do início da segunda metade do século XX. O que contribuiu para a diversidade de escolas e perspectivas técnicas e teóricas para o campo arquivístico que mantiveram no horizonte comum estudos sobre preservação, avaliação, classificação e acesso. O período pós-guerra trouxe consigo o aumento considerável da produção de documentos. Estados, instituições e profissionais de arquivo foram obrigados a encarar esses temas determinados a solucionar a questões ligadas à guarda e ao tratamento técnico que deveriam ser aplicados às massas documentais que se acumulavam nas instituições.

De acordo com Ribeiro (1998), em diferentes países definiram-se tendências, nem sempre integradas, naquilo que diz respeito aos critérios comuns a serem aplicados para a determinação do valor dos documentos. Na Grã-Bretanha, por exemplo, considerava-se que a tarefa de eliminação devia ser deixada a cargo das próprias administrações não havendo intervenção por parte dos arquivistas. Na Alemanha, defendia-se que as administrações não poderiam arbitrar

18 Para Bourdieu (1992) as condições necessárias para a edificação do “campo científico” em padrões de maior autonomia ocorre na medida em que a situação de disputa pelos agentes que se inserem no campo a respeito do discurso dominante e legítimo favorece a autonomia e construção de conhecimento interno à área. São essas disputas que propiciam o acúmulo de capital científico.

19 “O sistema Dewey Decimal Classificação tem sua origem na proposta de Francis Bacon para a divisão do conhecimento, sendo considerado um parâmetro estável para organizar o universo bibliográfico. Essa proposta foi apresentada por Melvil Dewey, membro-fundador da American Library Association.” In DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002, p. 27.

20 Sobre a utilização de classificações bibliográficas nos arquivos, ver: LASSO DE LA VEGA, Javier. *Necessidad de aplicar un sistema organico a la ordenación de los archivos administrativos*. Arquivo de Bibliografia Portuguesa, Coimbra: 1956.

exclusivamente em matéria de seleção documental e achavam que os profissionais de arquivo deviam ter aí uma influência decisiva. No Brasil, sobre a atuação dos arquivistas na atividade de avaliação documental relata Helena Corrêa Machado²¹.

“Eu fui diretora da Superintendência de Documentação do Estado do Rio de Janeiro, e eu precisava muito de conhecimentos ligados à área de administração. Então fui fazer mestrado em Administração. Pouco tempo depois, eu também fiz Direito que tinha sido meu sonho primeiro. Cursei o curso Direito, que me ajudou muito. Justamente nessa época, quando começamos a implantar uma tarefa no Estado do Rio de Janeiro, a atividade de avaliação de documentos de arquivo. Uma atividade arquivística que é complexa e depende muito do arquivista. Para uma boa avaliação, a gente deve observar a validade do documento. O que a parte de Direito pode ajudar em muito ao arquivista. Eu fiz o que eu queria, eu sempre gostei de Direito e não pude estudar quando era mais jovem. É também na avaliação de documentos que eu pude aproveitar bastante o que eu aprendi. Exercer a atividade de arquivo amparado pelo pensamento jurídico na avaliação de documentos. Essa foi uma boa aprendizagem, pois acabei sendo diretora de vários departamentos de órgãos de governo: na prefeitura do Distrito Federal, depois no Estado da Guanabara”.

Nos Estados Unidos, também foram estabelecidos critérios para a avaliação²², consoantes com as idéias da Europa, em especial as britânicas, dando, por isso, às entidades produtoras dos arquivos papel discricionário nesta atividade. Ampliando-se essa perspectiva da avaliação documental, restrita até então ao valor primário dos documentos, alguns anos mais tarde, outras teorias surgiram, as quais davam também importância ao valor secundário dos documentos, à semelhança das posições alemãs. O estudo de T. R. Schellenberg é particularmente importante nesta matéria. Intitulado *Modern archives: principles and techniques*²³, o autor defendia a

²¹ Entrevista concedida em 30/01/2008. Helena Corrêa Machado é autora do artigo “Avaliação de documentos: principais critérios.” Arquivo Rio Claro, Rio Claro (SP), v.5, n.2, p.33-41, jul.1986. (AARSP).

²² Sobre a problemática da avaliação documental em diversos países, ver: KOLSRUD, Ofe. (1992) *The evolution of basic appraisal principles: some comparative observations*. The American Archivist. Chicago.

²³ SCHELLENBERG, T. R. *Modern archives: principles and techniques*. Chicago: University of Chicago Press, 1956, 2ª. ed.

existência de diferentes tipos de valor. A obra²⁴ foi traduzida pela primeira vez para a língua portuguesa por Nilza Teixeira Soares²⁵.

“Eu ia ficar só três meses na Inglaterra, mas depois pedi mais um mês para tirar dúvida da minha tradução, eu havia levado a tradução da obra do Schellenberg comigo, e eu tinha ainda muitas dúvidas sobre os termos técnicos. O Governo Brasileiro me concedeu mais um mês, prorrogando minha permanência em Londres para eu rever, tirar as dúvidas de tradução que eu ainda tivesse e eu fiquei fazendo isso na Inglaterra, depois é que eu fui pra França. Eu trabalhava na Câmara, e nos Estados Unidos lemos os originais do Schellenberg. Eu só publiquei o Schellenberg depois que eu estava ocupando um cargo de arquivista, depois que eu fiz toda uma revisão com a Maria de Lourdes Costa e Souza. Foi quando eu considerei pronta para entregar. Eu tinha sido procurada inicialmente por uma editora. Foi essa editora que tinha me pedido para eu traduzir, mas eu demorei tanto, que entrou em cena o processo do Arquivo Nacional e o Raul Lima pediu para eu editar pela Fundação Getúlio Vargas. Entreguei os originais, vendi os direitos da tradução à Fundação Getúlio Vargas. O José Honório não gostou muito não, disse que deveria ter sido pelo Arquivo Nacional, mas o Raul Lima tinha sido da área de publicações da Fundação Getúlio Vargas e puxou para a Fundação. Fiquei satisfeita que recentemente eles fizeram nova edição. Ficou durante muito tempo esgotado”.

É inegável que o problema central dos profissionais de arquivo, Estados e instituições no século XX foi o aumento da produção documental que se tornou especialmente significativo a partir de meados dos anos de 1950. A evolução tecnológica acarretou também efeitos importantes sobre os arquivos, já que o fenômeno da chamada “explosão documental” não se limitou à informação técnico-científica, mas abrangeu igualmente a informação produzida por estruturas administrativas de todo o gênero e seus novos suportes. Em razão do crescente volume de documentação produzida devido à saturação dos arquivos ditos históricos, o problema da avaliação e das eliminações ganhou naquele momento particular importância.

²⁴ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. BR: Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

²⁵ Entrevista concedida em 29/03/2008.

O conceito de valor documental tanto nos países capitalistas como nos socialistas, pois havia o imperativo da Guerra Fria²⁶, passava pelo crivo ideológico no seu processo de produção e avaliação. Neste contexto, surge uma estrutura artificial destinada a receber os documentos considerados desnecessários para as entidades produtoras e que deveriam ser sujeitos a uma avaliação e posterior triagem, com vista ao futuro recolhimento nos arquivos históricos ou mesmo à eliminação. Essa estrutura recebeu o nome de Arquivo Intermediário.

O surgimento nos Estados Unidos, em 1941, do conceito de *Records Group* – Princípio de Respeito aos Fundos – diretamente aplicado à documentação ligada à área administrativa favoreceu o aparecimento do chamado *records management*, entendido como a aplicação de métodos da economia e eficácia na gestão dos documentos. Canadenses, franceses, espanhóis e outros países acabaram aderindo aos pressupostos do *records management*, vindo a incorporar tal noção na sua prática e a traduzi-la através do termo “gestão de documentos” (SILVA, 1999).

Na década de 1960, ao retornarem dos Estados Unidos, Nilza Teixeira Soares²⁷ e outros bibliotecários são convidados pelo então Diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, para conversar sobre a política de Gestão de Documentos na instituição.

“Quando nós voltamos dos Estados Unidos, o José Honório tinha tomado posse como Diretor do Arquivo Nacional. Ele ficou sabendo do nosso regresso e nos convidou, quis fazer um encontro com os bibliotecários que tinham se especializado na American University e no Arquivo Estadual da Virginia. Nós fomos e eu me lembro bem que o [Adolpho] Wanderlei perguntou a ele: - Mas o senhor quer cuidar do arquivo que o senhor já recolheu, o arquivo histórico do Arquivo Nacional, ou o senhor quer entrar pelo campo da gestão de documentos? Ele disse: - *Não, eu quero entrar pelo campo mais moderno*. Aí o próprio José Honório viajou depois e foi ao Canadá, e concluiu que o Canadá é que tinha o melhor sistema de gestão documental. Os Estados Unidos tinham começado, mas o Canadá tinha desenvolvido um sistema com arquivos

²⁶ Segundo Icléia Thiesen Costa (2006:16), “a emergência da Ciência da Informação, no período que sucedeu as guerras mundiais, tornou-se inevitável, não apenas devido à chamada explosão de informações geradas nas guerras bélicas, que precisavam ser organizadas e recuperadas, mas especificamente por razões institucionais e estratégicas, apontadas pelos rumos tomados pela ciência e tecnologia, cujo marco teórico foi a constatação de que conhecer é dominar. A informação ganha importância no contexto da Guerra Fria e torna-se objeto de maior atenção dos governos, que dão início às suas políticas de ciência e tecnologia.”

²⁷ Entrevista concedida no dia 29/03/2008.

intermediários e o processo de eliminação. Nessa época entrou a teoria das três idades, que até então não se falava nessa teoria, só falava em documento, depósito de arquivo, arquivo antigo, arquivo morto. Falava em arquivo morto. Mas a partir desse momento, se começou no Brasil a desenvolver a teoria das três idades e os órgãos começaram a se conscientizar que o arquivo, que os documentos, têm idade.”

A partir dos anos de 1950, é possível notar a emergência de uma nova ordem global (a cultura de direitos humanos) sobre a necessidade de mediação por organismos representativos multilaterais de Nações e Instituições. Dentre esses organismos é criado, no âmbito da UNESCO²⁸ (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura), o Conselho Internacional de Arquivos – ICA²⁹. Este organismo teve, desde logo, um papel fundamental na busca de consensos quanto aos conceitos e aos métodos de trabalho arquivístico. Outro papel desempenhado foi a aproximação dos arquivistas de todo o mundo, por meio da organização de congressos internacionais, de reuniões técnicas dedicadas a temas específicos, da publicação da

²⁸ A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) desde a sua criação tem se envolvido no desenvolvimento do campo arquivístico em nível internacional. Foi responsável pela convocatória da reunião de 1948, da qual resultou o estabelecimento formal do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), em 1950. Assim como a comunidade internacional arquivística cresceu e se desenvolveu para além da Europa e da América do Norte, também o interesse pela referida comunidade e o apoio à mesma se acentuou, por parte do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e da UNESCO. Foi prestado apoio a países ou a grupos de países vizinhos, tanto através de diversos programas da UNESCO, como de outras agências das Nações Unidas.

²⁹ O Conselho Internacional de Arquivos (ICA), sendo uma organização profissional internacional, preocupa-se com todas as questões relativas à gestão de registros e de arquivos durante o seu ciclo de vida. Enquanto a UNESCO concede fundos para o desenvolvimento internacional, o ICA fornece o conhecimento técnico e os recursos humanos. Tem como objetivos prioritários encorajar e apoiar o desenvolvimento dos arquivos em todos os países, bem como preservar o patrimônio arquivístico da humanidade; promover, organizar e coordenar, a nível internacional, actividades no campo da gestão de registros e de arquivos; estabelecer, manter e fortalecer relações entre arquivistas de todos os países e entre todas as instituições, associações profissionais e outras organizações, bem como facilitar a interpretação e utilização de documentos de arquivo, tornando o seu conteúdo amplamente conhecido, e estimulando um maior acesso a estes documentos. Para facilitar o seu trabalho por todo o mundo, o ICA criou agências regionais nas regiões não-europeias. Cada uma das dez agências regionais existentes gere os seus próprios assuntos e publica a sua própria revista. A primeira agência a ser criada foi a SARBICA (1968), a agência regional do ICA para o Sudeste Asiático. As questões mais gerais de carácter profissional são discutidas nos congressos internacionais de arquivos, realizados de quatro em quatro anos, que incorporam tanto reuniões abertas das secções e dos comités do ICA, como sessões plenárias e encontros de trabalho. Em 1975, na sequência de uma conferência realizada em Dakar (Senegal), o ICA criou o *International Archival Development Fund* – FIDA para conceder apoio aos arquivos de países em vias de desenvolvimento.

revista *Archivum* (1951) e da produção de documentos de caráter educativo e até mesmo normativo.

A criação do ICA acaba por promover o debate e a formulação de uma “política global” para os arquivos, o que favoreceu a institucionalização do campo arquivístico em muitos países. Uma institucionalização ainda que marcada por uma questão de ordem pragmática (estratégica e política), embora a componente teórica não tenha estado ausente por completo. Como aponta Ribeiro (1998), os estudos de Adolf Brenneke (1953), Theodore Schellenberg (1956), Leopoldo Cassere, esse último intitulado *Introduzione allo studio dell’archivistica* (1959), são exemplos da procura de sistematização teórica que envolveu o campo arquivístico a partir desse período. Um período em que a acentuada evolução tecnológica criou e potencializou problemas práticos, imprimindo forte tendência tecnicista na forma de encarar a atividade arquivística.

Delimitar o campo da disciplina, definir o que deveria ser considerado “material de arquivo” e fortalecer o exercício da atividade e a formação profissional são os elementos recorrentes nos debates durante a década de 1960, observados por Silva (1999). A 7ª. Conferência Internacional da *Table Ronde des Archives*³⁰ (Madrid, 1962) que teve como tema “O conceito de arquivo e as fronteiras da Arquivística”, evidencia o tipo de questões com que a comunidade arquivística internacional tratava naquele momento. Surge assim, em diferentes lugares, uma nova ordem quanto às posições de caráter teórico e técnico envolvendo o campo arquivístico. Para exemplificar, podem ser citados os trabalhos de Aurelio Tanodi³¹, “*Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*” (1961), e de Oliver Holmes³², este último, sobre os níveis a serem considerados para a organização (arranjo) e descrição dos documentos arquivísticos.

³⁰ CONFÉRENCE INTERNATIONALE DE LA TABLE RONDE DES ARCHIVES – CITRA, Madrid, 1962. *Le concept d’archives et les frontières de l’archivistique*. Paris: Imprimerie Nationale, 1963.

³¹ TANODI, Aurelio. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías e principios*. Córdoba (Argentina): Universidad Nacional, 1961. Pode-se considerar obra clássica e de referência: preocupações inovadoras em torno do objeto e do método da Arquivologia, considerados como elementos fundamentais de qualquer ciência.

³² HOLMES, Oliver W. *Archival arrangement: five different operations at five different levels*. The American Archivist (Janeiro, p. 21-41). Chicago, 1964. Em sua obra encontram-se os fundamentos da norma ISAD(g), adotada pelo ICA – INTERPARES.

Aponta Ribeiro (1998) que, na Austrália, Peter Scott formula em 1966 críticas ao conceito americano de *Record Group*³³. Questiona em seu estudo a sua validade devido a contradições entre a formulação e o princípio do respeito pela ordem original. A defesa da série documental como unidade arquivística fundamental veio dar corpo a uma teoria que, ainda hoje, constitui a referência de base para os arquivistas australianos. E, em finais da década de 1960, identificam-se, no Canadá, questões que passam a problematizar os fundamentos da Arquivística, sendo significativo o artigo de Louis Garon publicado no primeiro número da revista *Archives* (1969) sobre o princípio da proveniência³⁴. Este trabalho, segundo Silva (1999), representa um marco na teorização do campo arquivístico naquele país, numa época em que as questões de ordem prática dominavam as atenções de governos e arquivistas.

Ainda sobre o aprofundamento das questões teóricas do campo, observa Silva (1999) não podem ser ignorados dois trabalhos que nesse período foram publicados na França³⁵ por Carlo Laroche e Michel Duchein³⁶. Embora defendendo perspectivas muito diferenciadas, ambos problematizam o chamado “princípio de respeito aos fundos”, procurando formular teorias consistentes para a sua aplicação. Laroche apresenta-nos uma visão estruturalista, que entende a Arquivística como uma verdadeira ciência, enquanto Duchein, essencialmente, procura definir questões para então orientar os arquivistas na aplicação do princípio, considerado este como o fundamento essencial da disciplina arquivística.

A propagação das revistas especializadas em arquivo nos anos de 1970, ainda que na sua maioria, voltadas para questões de ordem prática, foram impulsionadas pelas associações profissionais de arquivistas e pesquisadores do campo. Essas publicações de síntese (artigos científicos e comunicações), largamente difundidas na França, Canadá e Estados Unidos, tiveram

³³ SCOTT, Peter J. *The Record Group concept: a case for abandonment*. The American Archivist (Outubro, p. 493-503). Chicago, 1966.

³⁴ Ver ainda BEARMAN, David; LYTLE, Richard . *The power of the pincipili of provenance*. *Archivaria*. Ottawa. ISSN 0318-6954, 21 (winter 1985-1986) p. 14-27.

³⁵ Ribeiro (1998) salienta a publicação do *Manuel d'Archivistique*, obra que marcou a sua época e teve larga influência externa, nomeadamente em Portugal. Durante anos, este manual foi a referência básica para os alunos do Curso de Bibliotecário-Arquivista.

³⁶ DUCHEIN, Michel. *Le respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques*. La Gazette des Archives. Paris 2:97 1977 71-96.

grande influência em países como Portugal, Espanha e Brasil. A Associação dos Arquivistas Brasileiros publica no Brasil (1972) a Revista *Arquivo & Administração*, primeira do gênero.

Para Santos (2002), os anos de 1970 foram marcados pelas preocupações com a informática e os novos suportes documentais resultantes do processo de transformação das tecnologias de processamento, armazenamento de transmissão de dados e informações. O advento dessa tecnologia onde dados, informações e documentos eram armazenados em fitas magnéticas passou a ser um novo desafio e objeto de análise e preocupação dos arquivistas. Autores americanos como Charles Dollar³⁷ e Richard Lytle podem ser considerados os precursores de uma linha de pensamento e ação que marcou o final dos anos 70 e influenciou toda a década de 80 do século passado.

Nesse recorte histórico que empreendemos até meados dos anos de 1970, observamos no contexto internacional os ensaios de institucionalização de uma prática empírica milenar – a arquivística. Constatamos que a formulação dos seus princípios permaneceram subjacentes a essa mesma prática buscando definir o campo e auxiliando a sistematização teórica. Passa a emergir então, nesse momento, no espaço social e institucional, uma oportunidade mais integradora para o campo arquivístico. Essa nova concepção vai se respaldando na medida em que o campo se institucionaliza e integra, ao mesmo tempo, posturas diversas o que o faz coexistir entre as fronteiras ora tecnicistas e pragmáticas, ora epistemológica e teórica.

O debate e a reflexão sobre o campo e seu objeto de estudo são imprescindíveis e emergem pouco a pouco por todos os lados dessa tensão. Podemos citar como exemplos dessa tensão no Brasil e que trataremos no decorrer da pesquisa: a criação das instituições de arquivo, o surgimento dos primeiros cursos de formação técnica, a constituição de uma classe profissional (impulsionada pelo associativismo entre os profissionais de arquivo), a organização de congressos científicos, a publicação de revista científica, a instituição da formação do ensino superior para o exercício da profissão, a criação de cursos de Arquivologia nas universidades federais, a regulamentação do exercício da profissão (1978).

³⁷ Ver DOLLAR, Charles M. *Appraising machine-readable records*. The American Archivist. Chicago. ISSN 0360-9081-41 (Oct. 1978).

2.2 Instituições públicas e privadas: os aparelhos de Estado e a memória nacional.

Como vimos anteriormente, a institucionalização do campo arquivístico na Modernidade se deveu, basicamente, ao surgimento dos Arquivos Nacionais. Essas instituições passaram a desempenhar um lugar de informação, conhecimento, cultura e poder. O processo político, econômico e social que desencadeou o surgimento dos Estados Modernos favoreceu a instituição desse espaço, lugar de memória, que lança mão de acervos e documentos para a manutenção do poder estatal, o exercício da cidadania e fornece fontes e registros para as pesquisas.

Como se dá a criação desse espaço institucional no Brasil? Para compreendermos os arquivos e instituições arquivísticas no Brasil faz-se necessário um retorno à **tradição Ibérica**³⁸ como exemplo paradigmático de transição da Idade Média para a Idade Moderna. A reforma dos arquivos do Estado Português, patrocinado por Filipe II, no Arquivo Geral de Simancas³⁹, é o marco definidor dessa política de Estado, estabelecido no século XVI, no qual se promulga o primeiro regulamento arquivístico, de uma série de procedimentos que instituiu o sistema de arquivos da Coroa e que serviria como modelo de base à organização dos arquivos das colônias portuguesas (SILVA, 1999).

Questão fundamental para a compreensão da idéia de processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil, os Arquivos (instituição) representam de forma material e simbólica aspectos políticos e administrativos da tradição Ibérica que cruzam todo período do Brasil-Colônia e que de certa forma chega até os dias de hoje (principalmente nos Cartórios e na esfera Civil do Direito). Daí a importância de uma história dos arquivos, aponta Carvalhêdo:

“em primeiro lugar, a história dos arquivos permite aos arquivistas colocarem em perspectiva a sua situação, seus problemas e seu futuro. Em segundo lugar, o fato de conhecer a origem dos documentos ajuda a compreender o que se deve conservar e como se deve proceder. Em terceiro lugar, a história dos arquivos aumenta o nosso conhecimento dos documentos e, sendo feita, também possibilita o aumento do interesse por estes, o que pode influir positivamente

³⁸ Sobre a tradição ibérica no Brasil, ver FREYRE, Gilberto. Sobre o conceito Ibérico de tempo. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/Sobre%20o%20conceito%20iberico%20do%20tempo.pdf

³⁹ Ver RODRIGUES DE DIEGO, José Luis. *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1989.

sobre os serviços oferecidos aos usuários. Em quarto, este campo de pesquisa permite que se estabeleçam as relações bastante fortes entre as práticas do passado e aquelas do presente, o que tem por efeito a desmistificação das práticas futuras da profissão. Em quinto, a história dos arquivos permite estimular o espírito crítico em relação ao nosso trabalho. Em sexto e último, este campo possibilita que se tenha um efeito positivo sobre a definição dos princípios arquivísticos, assim como sobre a aplicação dos mesmos pelos arquivistas” (2003:39).

Para organizar a noção de arquivos (instituição e prática arquivística) no Brasil a frase dita por Bellotto⁴⁰ “somos todos herdeiros das ordenações filipinas” se aplica corretamente. Isso porque nas Ordenações Filipinas, dentre os temas que legislavam encontravam-se os arquivos da Coroa e os documentos (práticas institucionais e procedimentos técnicos). Nesse ordenamento jurídico definiu-se, por parte do Estado, em pleno século XVI, a relevância do espaço institucional e suas práticas na Administração. Essa diretriz se justifica em razão do valor jurídico que os documentos de arquivo assumem para a Coroa Portuguesa, por sua materialidade histórica e simbolismo. Os arquivos passam a representar o lugar das práticas arquivísticas. Essa noção se fundamenta, pois o documento arquivístico deve ocupar um único lugar, onde construa relações rígidas e sedimentadas.

A partir desse entendimento do papel das Ordenações Filipinas para o campo arquivístico é que poderemos pensar e significar arquivo e documento no Brasil. O arquivo não é formado por uma acumulação natural de documentos. Deter-se ao aspecto da cumulatividade de documentos nos arquivos é desconsiderar o processo de escolha e legitimação de alguns documentos em detrimento de outros. Smit (1998:8) define essa escolha como processo de institucionalização da informação.

“Pode-se, portanto, estabelecer que a informação estocada em arquivos e bibliotecas é registrada e após avaliação considerada útil. O fruto deste processo é a institucionalização da informação uma vez que decorre de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Independentemente de suportes ou códigos, a informação é institucionalizada por arquivos e bibliotecas: este é certamente um produto da área que confere ‘status’ a certas informações e nega a

⁴⁰ Revista *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, (8) 2:78, maio-agosto. 1980. p.18.

outras [...] a institucionalização da informação encontra sua justificativa cultural, social e econômica à medida que esta informação é disponibilizada para a sociedade, ou comunidade, que financia a manutenção do estoque.”

A questão que se apresenta sobre a institucionalização da informação e o desenvolvimento dos Estados Modernos reside, no Brasil-colônia, na centralização contábil e fiscal. Esta centralização constitui uma característica geral da evolução do Estado nacional e da sua racionalidade econômica, política e administrativa, situando-se no centro da definição da modernidade as finanças tanto em Portugal⁴¹ como nos outros Estados europeus. Compreender a legislação colonial significa, portanto, lembrar que ela é resultado de tensões e conflitos existentes entre senhores, autoridades coloniais e o próprio soberano. E, no que tange o cumprimento das leis em relação a documentos e a prática de políticas em relação à memória diz Mendonça (1995:78)

“os agentes encastelados nos órgãos públicos na qualidade de personificação do Estado, se tornam juízes supremos do poder simbólico, operando estratégias que permanentemente constroem ou reconstroem a realidade social mediante a conservação ou rejeição de esquemas classificatórios, tornados velhos ou modernos, segundo suas posições ou interesses.”

As reformas administrativas e financeiras no período pombalino, já no século XVIII, possibilitaram e garantiram, até a Proclamação da Independência, a produção, manutenção e guarda de documentos e arquivos mais representativos para a história do Brasil daquele período. O processo de construção do Estado nacional brasileiro iniciou-se oficialmente a partir de 1808, tendo como base legal, as concepções de Direito Romano herdadas de Portugal.

Com a chegada da Côrte Real Portuguesa ao Brasil, foram expedidos atos administrativos com o fim de organizar uma estrutura institucional capaz de atender os requisitos para instalação do poder público central na até então Colônia portuguesa. Instituições foram criadas para a organização do Estado (política, economia, justiça e administração) e formação de intelectuais que atuaram na direção da nação já a partir da segunda metade do século XIX.

⁴¹ Ver MOREIRA, Alzira Teixeira Leite. *Inventário do Fundo Geral do Erário Régio*. Arquivo do Tribunal de Contas. Lisboa: edição do autor, 1977.

Embora curto, o período regencial (1831-1840) foi responsável na História brasileira por transformações significativas na estrutura do Estado. Primeira experiência parlamentarista no país imprimiu tendências nacionalistas em diversos setores da sociedade, o que favoreceu o desenvolvimento do ideário de memória nacional.

“no interior do projeto de Estado Nacional, desenham-se concepções de memória e inventam-se tradições para uma nação que reserve um passado comum aos seus integrantes. A noção de patrimônio histórico/cultural insere-se neste processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria. A construção desse patrimônio pressupõe valores, norteadores de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais.” (JARDIM, 1995:6)

Para constituir uma centralização político-administrativa⁴² de um território continental, como é caso do Brasil, era necessário que se empreendesse uma série de reestruturações nos aparelhos do Estado, que ampliassem suas funções e que se apresentasse não como estratégia para impor a dominação simplesmente, mas se transmutasse como um "projeto civilizatório" da nação. Na formulação de tal projeto pondera-se sob determinada perspectiva teórico-ideológica que, o conteúdo de classes e interesses de grupos dirigentes deveria se diluir, tornando-o um projeto universal, ou melhor, nacional, que transcenderia a estrutura social e os confrontos étnicos, nacionais e históricos; mas perpetua-se a lógica das “oligarquias provinciais”.

No período imperial foram implementadas medidas que visavam contornar as crises resultantes das forças separatistas provinciais e da participação crescente de grupos populares, através da criação de aparelhos do Estado destinados a impor a ordem pela coerção, tais como a Guarda Nacional (1831) e o Código Criminal (1832). Os aparelhos de difusão ideológica no campo da educação e da cultura começam também a ser institucionalizados: os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, a Imperial Academia de Belas Artes em 1827, as faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro em 1823, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Arquivo Público do Império, o Imperial Colégio Pedro II e o funcionamento das

⁴² Para I.Thiesen (2006:4), “nenhum saber se constitui sem que antes circule na sociedade enquanto produto do pensamento político e social. Isso porque é importante precisar quais as condições de existência de um discurso, que tem suas regras de formação. Pois a identidade de um enunciado depende de sua localização no campo institucional. A instituição formaliza/materializa o que é dito e o que é visto. O poder – outro tipo de dispositivo – é produtor; faz ver e faz falar.”

primeiras escolas normais e os primeiros liceus, como o Ateneu do Rio Grande do Norte (1825), as escolas normais de Niterói e da Bahia (1835), os liceus da Paraíba (1836).

Neste contexto de urbanização, ocorria a complexificação das relações sociais e a formação de uma opinião pública. Presenciava-se a constituição de muitas agências⁴³, aparelhos privados de hegemonia cujos intelectuais organizam também sua atuação e participação nos aparelhos do Estado, nas três instâncias políticas de poderes, participando da disputa pela direção das instituições com vias a manter e aperfeiçoar a dominação econômica de algumas classes fundamentais – a *classe senhorial*⁴⁴.

Lilia Schwarcz (1998), em seu livro *"As Barbas do Imperador"*, retrata a fundação de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, o Colégio Pedro II, a Academia de Belas Artes, o Arquivo Público, dentre outros, não apenas como iniciativa de um imperador profundamente interessado em ciências e letras e ativo na criação de uma imagem de ilustração e civilidade para o seu governo e para a Nação. Mas instituições resultantes do interesse de indivíduos que passam a compor o aparelho do Estado⁴⁵. Trata-se da formação de grupos políticos organizados. O período representa o surgimento da sociedade civil organizada no Brasil. A formação e trajetória dos aparelhos privados de hegemonia, a combinação e intervenção de verbas estatais e da tutela imperial na constituição e funcionamento de organismos não oficiais, evidenciavam a solidariedade de interesses dos grupos e dos intelectuais participantes nestes organismos e que também transitavam pelas agências da máquina estatal.

⁴³ Sobre a criação dos aparelhos do Estado no período imperial ver: *Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro*. I.Thiesen. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006.

⁴⁴ De acordo com Ilmar R. Mattos em *O Tempo Saquarema* (pp.87-88) no que diz respeito ao período imperial há uma diferença entre classe dominante – dos plantadores escravistas – e a classe senhorial. A classe senhorial, assim como a classe dominante de plantadores escravistas, tem como característica a relação antagônica mantida com os escravos, em outras palavras, a posse da propriedade escravista, mas pressupõe a atuação política, a utilização do Estado imperial (que superava a desconfiança inicial) para construir a sua unidade e proporcionar sua expansão e integração ao Estado e à sua burocracia. A função deste Estado é assim de efetivar os interesses desta classe de conservação da propriedade e fornecer garantias e subsídios aos investidores nacionais e estrangeiros. Portanto a classe senhorial também seria composta por frações de outras classes, como comerciantes e negociantes, e sua coesão se constituiria pela identidade de interesses, resultados de experiências vividas por determinados homens que os leva a contrapor-se a interesses de homens que são diferentes e antagônicos aos seus.

⁴⁵ Para melhor compreensão do controle político dos Aparelhos de Estado no período Imperial, ver: MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. 3ª edição. RJ, Acess, 1994. p.88.

Foi no período regencial que as elites políticas e intelectuais atentaram para a utilidade de instrução pública atrelada ao Estado, instrução esta que estava desde o período colonial até a abdicação nas mãos de congregações religiosas, pertencendo a classes que perderam cada vez mais sua significação ao longo do século XIX. Seriam capturadas, nesse período, pela classe dirigente em constituição, as instituições de ensino destinadas à habilitação para o trabalho⁴⁶, como por exemplo, a escola de instrução militar da Guarda Nacional "que tinha por objetivo formar indivíduos para a preservação da ordem pública".

Em 1837, quando Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, era regente, coube a seu ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos fundar o Imperial Colégio de Pedro II, cujo modelo era conforme os liceus franceses da época e que se localizava na Rua Larga São Joaquim. Sua função social era ser o primeiro colégio oficial e público de instrução secundária, ministrando "o ensino integrado e seriado das humanidades" com o objetivo de preparar os alunos para os cursos superiores com um saber enciclopédico e bacharelesco. De acordo com o discurso de fundação proferido pelo Ministro Vasconcellos na Sessão Solene de inauguração das aulas em 1838, que contava com a presença do Imperador, enfatizava o desejo do governo pela boa educação da mocidade "utilizando-se de regras importadas de países esclarecidos". Afirmava a filiação teórica, pedagógica com o liberalismo europeu e a função ideológica que esta escola secundária oficial teria na formação e organização da classe dirigente do país.

O sentido da fundação dessa escola de ensino e regulação era formar funcionários, agentes do Estado para o exercício da direção e que fossem pertencentes por formação ou origem à classe dominante. Esses cidadãos deveriam estar empenhados na busca do progresso científico, se engajando nos princípios do liberalismo econômico, tão consolidados nos países centrais do capitalismo europeu, como a França e Inglaterra. Atuariam também na sociedade civil como escritores, políticos, membros da burocracia estatal, professores e artistas e promoveriam a divulgação de ideais de civilização e nacionalismo, importantes em um momento em que o separatismo e a alternativa republicana eram ameaças presentes para a classe dirigente, alicerçada na grande propriedade exportadora e escravista do sudeste.

⁴⁶ Ver ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. "O paradigma civilizatório do Império". In: *Colégio Pedro II : um lugar de memória*. RJ, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1999.

Esse panorama apresentado contribui para que nossa pesquisa destaque uma questão importante e fundamental para estimular a compreensão da institucionalização do campo arquivístico no Brasil – o processo de constituição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em 1838 é fundado o IHGB, desta vez não pelo Estado, mas por membros de um importante “aparelho privado de hegemonia”: a SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional⁴⁷, fundada em 1827. O Instituto tem o caráter de agremiação, patrocinado pela Sociedade Auxiliadora e criado por iniciativa do cônego Januário da Cunha Barbosa⁴⁸ e do militar, coronel Raimundo José da Cunha Mattos (1º secretário da SAIN) sendo aprovada em assembléia geral em agosto de 1838 e passando a funcionar nas dependências da SAIN.

Como retrata Geraldo Beauclair de Oliveira, a SAIN gerou "novas sociedades e assumia novos papéis", como o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, e tinha cunho quase oficial, pois recebia dotações do orçamento geral e "contava como membros boa parte dos políticos mais importantes de então, como o marquês de Olinda, Abrantes, e Rio Branco que presidiram a instituição, fundada pelo negociante Pinto de Almeida". Januário da Cunha Barbosa já participara anteriormente do estabelecimento de outro aparelho de difusão de conhecimento científico, cultural e estatístico – a Academia Fluminense de Ciências e Artes ainda no 1º Reinado. Os recursos que patrocinavam as atividades da SAIN originaram-se de verbas estatais para implementar o programa de difusão de atividades produtivas para “algumas províncias e culturas”. O que caracterizava ainda a relação patrimonialista do Estado e a indistinção do público do privado.

A partir de então se alargam as funções do IHGB. Nos primeiros estatutos os trabalhos visam a coletar e publicar documentos relevantes para a História do Brasil e incentivar o ensino desta História em instituições de ensino público, mantendo relações com instituições similares nacionais e internacionais e objetivando também a criação de institutos históricos provinciais. A penetração cada vez maior de investimento estatal, que em 1843 já chegava a 75% do seu orçamento (fora as verbas extras frequentemente pedidas), favorece que o IHGB dedique-se a

⁴⁷ A expressão "Indústria Nacional" não diz respeito à atividade fabril mas à atividade produtiva em geral, de acordo com OLIVEIRA, Geraldo Beauclair M. de. *Construção inacabada, a economia brasileira 1828-1860*. RJ, Vício de Leitura, 2001.p.107.

⁴⁸ Januário da Cunha Barbosa foi primeiro-secretário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB.

outras tarefas, a saber: escrever a História nacional; coletar e adquirir documentos pertinentes; realizar expedições etnográficas; investir em regiões longínquas à Corte do Rio de Janeiro, de grande população indígena, cujo território em disputa ou naqueles em que as rebeliões recentes deixaram sua marca; fazer estudos arqueológicos, lingüísticos, e produzir textos que expressassem esta diversidade nacional⁴⁹.

Para atingir tais objetivos programáticos, deveriam estar presentes investimentos estatais e particulares, como do próprio Imperador, que passou a freqüentar as reuniões, a propor temas para ensaios e oferecer prêmios para trabalhos científicos. Esta dependência dos investimentos públicos revela que apesar do seu caráter não oficial, diferentemente do *Institut Historique* de Paris (1834), o IHGB tornava-se um aparelho atrelado ao Estado em formação. “O IHGB foi criado aos moldes do *Institut Historique*” (GUIMARÃES, 1988:8).

A semelhança pretendida por esses intelectuais que tiveram a vivência do Instituto francês e que integraram mais tarde o IHGB esbarrava na sua organização interna diversa. Não havia restrições acadêmicas para os sócios, nem comprovação de uma produção intelectual e saber específico; o ingresso dava-se pelas relações sociais e pessoais. Os sócios do IHGB não recebiam qualquer remuneração pelo exercício de suas funções; pertencer a tal instituição era marca de distinção, prestígio e honraria enquanto que a atuação no *Institut Historique* era tal qual uma profissão remunerada. Debates acalorados foram travados na Revista do Instituto Histórico a respeito de como se escrever a História do Brasil, sobre que raças deveriam compor a nacionalidade brasileira (como, por exemplo, a disputa de Varnhagen com o grupo indianista dos intelectuais românticos do IHGB). O Instituto Histórico destinava-se, por assim dizer, a ser um organismo de formulação de valores e ideologias de produção de informações e conhecimentos que contribuiriam, antes de tudo, como valor de inteligência⁵⁰ para a formulação de uma identidade nacional, para os ensaios de uma memória nacional.

⁴⁹ Ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o Projeto de uma História Nacional." In: *Estudos Históricos: Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.8-9.

⁵⁰ Segundo THIESEN, I. (2006:18), “a informação é um elemento do poder instituído. É, ainda, um dispositivo de controle social em favor de uma nova razão de Estado que visava proteger as riquezas produzidas na cidade do Rio de Janeiro e alcançar objetivos econômicos e políticos, numa época marcada pela conturbação social.”

2.3 Espaço institucional e o saber fazer arquivístico

Não seria incorreto ou mesmo impreciso afirmar que os processos de institucionalização do campo arquivístico, na Modernidade, são desencadeados por instituições sendo seu maior espólio herdado da ação do Estado. Como aponta Célia Costa (1997), o conceito moderno de nação surgiu com a Revolução Francesa e, desde então, esteve associado à constituição de uma comunidade organizada e identificada com a estrutura política e jurídica vigente nesse território. Construir uma nação moderna implicava a formação de uma identidade nacional, forjada dentro de fronteiras geográficas, étnicas e culturais.

Mas, como o papel dos Arquivos se inscreve nessa nova realidade? De acordo com Célia Costa, pensar o papel do Arquivo Público do Império no processo de construção da nova nação implica remontar às concepções de documento e de arquivo que o grupo de intelectuais e políticos responsável pelo projeto nacional possuía naquele período. A partir de uma concepção positivista e do espírito de cientificidade da época, o documento assume o significado e a dimensão da prova empírica (parâmetro jurídico-normativo), tornando-se fundamental para a construção da história nacional e para a legitimação do Estado enquanto espaço territorial definido e coeso. O aparato legal e simbólico que se desenvolvem naquele momento para dar sustentação legal ao Estado deveriam ser preservados nos Arquivos Nacionais.

Discutir as teses sobre a relação entre Estado e memória nacional pode levar a descaminhos se faltarem elementos definidores de um projeto sobre esta iniciativa. No entanto, como ressalta Carvalhêdo, quando se fala em Arquivo (instituição e repositório), está-se remetendo naturalmente à questão da memória. E, a esse respeito Carvalhêdo, (2003:22) nos apresenta duas vertentes: “uma considera a memória abrigada nos arquivos públicos como uma memória forjada pelo e para o Estado e a outra, que acredita que se encontra nos arquivos é uma memória de possibilidades, que pode ser usada para abrir ou para esconder as verdades do Estado”.

As vertentes propostas ajudam a definir o tipo de análise que se pode traçar sobre a conjuntura histórica do espaço (social e institucional) dos Arquivos. Essas possibilidades, ao mesmo tempo e sucessivamente, estão interrelacionadas com o conceito de memória coletiva de Halbwachs. Justamente pelo caráter social da história das instituições, dos grupos e dos

indivíduos, história esta inscrita nesse espaço institucional representada material e simbolicamente. A construção dos quadros sociais da memória, como define Halbwachs, se apresenta em razão dos interesses manifestos no presente, do momento dessa construção, dessa intenção em [re]construir o passado, determinada *a priori* pelo presente: momento singular no qual a memória ocorre, uma forma de captura naquela realidade, naquele momento, de uma informação. Conforme Icléia Thiesen Costa,

“a informação é um conjunto de elementos selecionados pelos indivíduos, dentre uma imensa variedade de itens existentes no mundo exterior. Como um embrião, a informação forma e contém (informação). A repetição dessas impressões (conservadas), ao longo do tempo, encarrega-se de transformar itens selecionados de informações em marcas, traços que constituem o que, convencionalmente, chamamos de memória. A memória então conserva as informações que vão sendo retidas num processo de seleção. As informações retidas, que passaram pelo filtro individual-coletivo são organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico.” (1997:124)

Essa perspectiva dos grupos e memórias coletivamente relacionadas pelo espaço – e suas possibilidades de negociações e reconstruções – interessa à institucionalização do campo arquivístico já que esse processo (de institucionalização dos arquivos) é deflagrado, antes de tudo, pelos investimentos feitos por grupos hegemônicos para criarem instituições e consolidarem o Estado nacional. Em relação a essa questão, Jardim (1995:40) afirma que

“A institucionalização dos arquivos públicos nesse país inicia-se com a criação do Arquivo Público do Império, em 1838, previsto na Constituição de 1824, e que, tal como ocorreu nos países europeus e latino-americanos no século XIX, o Arquivo Público do Império foi criado num momento de afirmação da nacionalidade e de construção do Estado moderno, processo que teria sido detonado após a Revolução Francesa quando surge com o estabelecimento dos Arquivos Nacionais, em 1791, o sentido público dos arquivos.”

Sobre o ideário de um projeto de nação (língua, povo e território) os trabalhos de Célia Costa⁵¹ e Tonia Wolff⁵² corroboram a questão da implantação do Arquivo Público no Brasil, em

⁵¹ Ver COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. Disponível em: www2.cpdoc.fgv.br/revista/arq/19.pdf

1838, e suas implicações, inclusive, na construção de uma história nacional. Essa relação se efetiva em razão do que afirma Favreau (1970:16),

“os Arquivos são conservados nas diversas civilizações desde a alta antigüidade porque eles representam a documentação de uma instituição: títulos, provas, precedentes. Eles são, portanto, antes de tudo, jurídicos e de caráter autênticos, não destinados à curiosidade do público. Somente com o tempo é que se tornam fonte da História.”

Quer dizer, os arquivos além de constituírem-se memória do Estado, eles também guardam a história da Nação. Daí a relevância do processo de institucionalização dos arquivos públicos, enquanto lugares da memória nacional, “só vivem de sua aptidão para a metamorfose, na incessante ressalva de seus significados (...) lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.” (NORA, 1993:14).

Fundado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, sob a égide de um órgão governamental e criado com o fim de guardar e proteger a documentação do Governo, o Arquivo Público do Império, de certo modo, nasceu com a finalidade de servir à administração em primeiro lugar e depois à história. Contudo, o Arquivo Público do Império, apesar de ter sido instalado na Corte do Rio de Janeiro em 1838, já em outubro do mesmo ano passou a ter relação técnica e administrativa direta com o IHGB, instituição de vanguarda que, segundo Guimarães (1994:59),

“tratava-se de um empreendimento de caráter privado, contando com o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (...) destinado a fornecer à memória coletiva da nação os documentos de lembrança. Todavia, tais incumbências eram da alçada do Arquivo Público, recém-constituído e que dispunha de uma Seção de História na sua estrutura organizacional.”

O aprofundamento da relação entre IHGB e Arquivo Público resultou de sucessivas reformas pelas quais o Arquivo Público do Império passara. Em 1876, o Arquivo, por meio da ação de Joaquim Machado Portela, amplia suas atribuições cartoriais tendo manifestado um

⁵² Ver WOLFF, Tonia. “Em busca de uma memória institucional: as origens do arquivo Nacional 1838-1911”. Disponível em: www.rj.anpuh.org/resources/.../Tonia%20Catia%20Brilhante%20Wolff.doc

maior interesse pela dialética arquivo-história⁵³. Os acervos e os documentos do Arquivo passariam definitivamente a serem vistos como uma coleção de provas autênticas da Nação brasileira. A reforma foi mais do que uma reengenharia no ordenamento jurídico da instituição, foi, antes de tudo, uma reforma técnica e conceitual.

O que podemos observar, em muitas dessas mudanças ocorridas na instituição, foi uma preocupação em tornar esse grande cartório num lugar de memória, ou seja, repositório da memória nacional. De certa forma, essa idéia se cristalizou na estrutura do poder administrativo e político que, com a Proclamação da República e a implantação do regime federativo, procurou da mesma forma institucionalizar os arquivos públicos estaduais. Na citação de Góes Monteiro *apud* Carvalhêdo (2003:45),

“Coube à Constituição de 1891 estabelecer que cada província, agora transformada em estado-membro, seria regida pela Constituição e leis que adotasse, respeitados os princípios constitucionais da União, cabendo-lhe prover, as expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração. Era o momento de afirmação do regionalismo; em consequência, quase todos os estados-membros criaram seus arquivos não só para guardar os documentos do passado como para recolher os que viriam a ser produzidos e acumulados pela Administração.”

O projeto de institucionalização dos arquivos públicos (nacional e estaduais) alcançava dessa maneira seu objetivo jurídico-administrativo e histórico, mas faltava-lhe aquilo que da relação entre o IHGB⁵⁴ e o Arquivo Público do Império se evidenciara: a necessidade de mão-de-

⁵³ O IHGB é o lugar no qual se desencadeia o processo de institucionalização da História, disciplina científica e ofício, no Brasil. Sobre institucionalização dos cursos universitários de história ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. “Notas sobre a institucionalização dos cursos de história no Rio de Janeiro” *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.) Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro; Sete Letras, 2006.

⁵⁴ Sanchez (2003) analisa a produção e circulação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período de 1839 a 1889. Primeira do gênero no País atravessou o século XIX como porta-voz de um grupo de intelectuais brasileiros próximos ao poder imperial e reunido em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), localizado no Rio de Janeiro. A partir de informações a respeito de sua materialidade - tais como tiragem, locais de impressão, alcance e forma de distribuição - foi possível reconstituir o itinerário histórico desta revista. O objetivo foi analisar, através deste periódico, o mundo letrado no Brasil do século XIX, especialmente na cidade do Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado, partindo do conceito de cidade letrada proposto por Angel Rama para entender a presença dos intelectuais na sociedade latinoamericana.

obra qualificada e de procedimentos técnicos normativos para o tratamento dos documentos⁵⁵. Assim, o Arquivo Nacional, na intenção de qualificar seu quadro funcional com o fim de “proporcionar cultura prática e theorica aos que se destinarem às funções específicas dos cargos desse estabelecimento”, instituiu por meio do Decreto 9.197, de 9 de dezembro de 1911, o Curso de Diplomática⁵⁶.

Dessa política de gestão de pessoal, no âmbito do Arquivo Nacional⁵⁷, denota uma mudança, uma [re]-definição da política de gestão, da percepção do objeto (documento de arquivo) e, principalmente, dos instrumentos técnicos de trabalho – humanos e teóricos. Esse entusiasmo pela reformulação da política institucional do Arquivo Nacional é motivada muito em função da atuação de instituições, especialmente, do IHGB, como aponta Guimarães (2005:154),

“Diga-se de passagem [o IHGB], desde o princípio da década de 1910, já vinha promovendo uma série de atividades, que se destacavam como manifestações de nacionalismo. Tais iniciativas, porém, cabe de pronto esclarecer, estavam longe de configurar um programa nacionalista com sustentação de massa. Assemelhavam-se ao que Eric Hobsbawm caracterizou como a atuação de uma *minorité agissante*, formada por pioneiros e militantes da idéia nacional, que se dedicavam a campanhas com o propósito de externar e expandir este ideário.”

No início dos anos de 1920, na gestão do diretor do Arquivo Nacional Alcides Bezerra (1922-1938), foram empreendidas diversas ações no sentido de se institucionalizar o ensino, a formação e a qualificação em técnicas arquivísticas no Brasil. O Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, criou os cursos técnicos de arquivo, destinados a habilitar os candidatos aos cargos de amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional e de Oficial do Museu

⁵⁵ Com a publicação do manual *Introduction aux études historiques*, obra que, na época, era considerada a *bíblia* do método histórico, segundo Madeleine Rébérioux, o exercício da historiografia e a atividade do historiador imputaram à instituição **Arquivo** um novo tipo de tratamento para as fontes documentais. CHARLES, Seignobos e LANGLOIS, Victor. *Introduction aux études historiques*, Préface de Madeleine Rébérioux, Paris, Éditions Kimé, 1992, pp. 201-202.

⁵⁶ Ver Instruções para o Curso de Diplomática no Arquivo Nacional, s/d. E ainda: Minuta n 245, de 6 de outubro de 1912, Arquivo Público Nacional; Minuta n 276, de 9 de dezembro de 1913, Arquivo Nacional; Documento n 82, 14/01/1914, Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Minuta n 198, de 29 de agosto de 1919, Arquivo Nacional. Em 1911, a nomenclatura de designação do órgão passa a ser Arquivo Nacional – AN, permanecendo assim até os dias atuais.

⁵⁷ Ver CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoes. Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.

Histórico Nacional. O Decreto previa ainda a realização de um curso com dois anos de duração, onde seriam lecionadas as matérias: no primeiro ano, Arqueologia, Epigrafia, História da Arte, História Política e Administrativa do Brasil e Paleografia, no segundo ano, Bibliografia, Cronologia e Diplomática, Iconografia e Cartografia, Numismática e Sigilografia.

O artigo nº 71, do mesmo Decreto, definia que outras instituições, em razão da sua própria missão estatutária – Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional – abririam inscrições para capacitação e formação dos seus respectivos quadros técnicos. Como aponta Marques (2007), o denominado Curso Técnico, propiciava aos candidatos uma habilitação para o exercício de atividades técnicas em arquivos, bibliotecas e museus. O curso⁵⁸ se organizava basicamente à semelhança dos cursos técnicos europeus e “o ensino das matérias era dividido entre aqueles estabelecimentos a que era comum, cabendo ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática” (MARQUES, 2007:86).

A capacitação e formação técnica, decorrente da necessidade do exercício de atividades especializadas naquelas instituições, em especial, no Arquivo Nacional, ampliava o leque de atribuições funcionais dos auxiliares de arquivo. O exercício da atividade profissional se inscreve definitivamente no seio dos processos de institucionalização do campo. Podemos dizer que é o florescimento do reconhecimento da identidade dos profissionais de arquivo. Corrobora essa perspectiva o Projeto 141, de 1926, que cria no quadro funcional do AN o cargo de amanuense. O Curso Técnico já não mais atendia ao novo ordenamento do AN naquilo que se referia ao quadro funcional da instituição. Foi elaborada então, pelo diretor da instituição, uma Exposição de Motivos⁵⁹ que indicava a necessidade institucional de desenvolvimento e aprimoramento das técnicas arquivísticas.

“A necessidade de uma disciplina de conjunto sobre Arquivos, na qual se estude a história dos Arquivos, os métodos de sua organização, os problemas de classificação dos documentos, os cuidados para a boa conservação destes, a arte de restaura-los, de estrata-los, enfim o modo de considera-los como parte de um todo orgânico, que é o Arquivo. Essa disciplina é a Arquivística, matéria que

⁵⁸ Ver Minuta n. 222, de 22 de março de 1932, Archivo Nacional.

⁵⁹ Ver também Minuta n 222, de 22 de março de 1932, aparentemente, anexo ao documento, Exposição de Motivos, s/d.

não pôde deixar de figurar num curso técnico destinado à formação teórico-prática de funcionários de Arquivo” (MARQUES, 2007:93)

A manifestação do Diretor⁶⁰ do AN representou mais do que apenas uma prerrogativa ou discricionariedade administrativo-institucional. A formação qualificada e especializada voltada ao atendimento das necessidades do quadro funcional (cargos, competências e atribuições) da instituição resultou do compromisso e da necessidade de promover a adequada gestão do órgão. De acordo com a Minuta Archivo Nacional n. 498/34, e apontado por Marques (2007:88), “a necessidade de habilitação dos amanuenses continuava ainda sem solução prática”. A saída que por quase duas décadas fora a solução para a formação dos quadros funcionais tanto para o AN como para outras instituições públicas e privadas, estava nos cursos⁶¹ não-regulares oferecidos no Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP⁶²), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT-SP) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com relação aos Cursos avulsos oferecidos pelo DASP, nos relatou Helena Corrêa Machado⁶³:

“Eu tinha 20 e poucos anos, e o Secretário de Estado me convidou para trabalhar com os arquivos do Estado da Guanabara. Eu não tinha experiência alguma com arquivos, eu não entendia nada do assunto. Mas ele me disse: - não, mas como a

⁶⁰ Trecho do Relatório, de 15 de fevereiro de 1923, do Archivo Nacional, citado na Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1923, do Archivo Nacional (p.3). “O curso thecnico será um crivo moralizante e selecionador, só permitindo que façam carreira aqueles que realmente tenham vocação e competência para as melindrosas funções de lidar com documentos. Formará o gosto do funcionário, a ponto de torna-lo um apaixonado do emprego e não um mero orçamentivo, mas preocupado de pôr-se na rua ao término de enfadonho experimento do que do cumprimento dos seus deveres”.

⁶¹ Ver Circular 1943/2, de 20 de julho de 1943, do Ministério da Justiça e Relações Exteriores, informando sobre o Curso Avulso do DASP de Preparação de Pessoal para Organizações e Serviços; DE-FGV 433, de 10 de fevereiro de 1947, que trata dos Cursos de Administração de Documentos e Arquivologia.

⁶² Vinculado à Presidência da República, o Departamento desempenhou um conjunto de funções normativas, de controle e operativas na administração de pessoal, destacando-se nas atividades de seleção e aperfeiçoamento de pessoal. Dava-se início ao processo de profissionalização de pessoal da administração pública através de cursos, palestras e bolsas de estudo no exterior. O primeiro passo no processo da reforma administrativa ocorreu em março de 1935, quando foi criada a Comissão Mista de Reforma Econômico-financeira, cuja submissão de realistamento dos quadros do serviço público civil, realizou um minucioso trabalho de dimensionamento do funcionalismo. No final da década de 1930, todo o serviço público federal foi enquadrado sob a autoridade centralizada do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado pelo Decreto-Lei n. 579 de junho de 1938.

⁶³ Entrevista concedida no dia 19/02/2008.

senhora é uma bibliotecária, como é que não entende? Ai eu fiquei, bom, não posso ensinar ao Secretário de Estado a diferença entre arquivo e biblioteca, e também, resistir quem há de, eu ia ganhar muito mais. Então saí do gabinete muito atordoada, e como é que eu vou fazer para saber de arquivos, aprender sobre essa atividade. Saí de lá do gabinete e comecei a matar um leão a cada dia. Procurar pessoas da área, gente que pudesse me ajudar com literatura especializada a respeito. Foi quando comecei a fazer Cursos avulsos do DASP. Nesse período, me recordo bem, foi que eu encontrei o grupo liderado por José Pedro Pinto Esposel”.

O que poderia provocar naquela época uma mudança na situação em que se encontrava a formação e qualificação tanto de profissionais de arquivo das mais variadas instituições como dos servidores da principal instituição pública custodiadora de documentos arquivísticos do país: o Arquivo Nacional? Nossa hipótese é que o processo nacional desenvolvimentista e trabalhista iniciados nos anos de 1930 (e o fim da Segunda Guerra Mundial) acabou por conferir nos anos de 1950 uma valorização estratégica e institucional ao Arquivo Nacional e ao Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e a necessidade de formação qualificada para o devido exercício da atividade arquivística.

A nomeação, em 1956, de José Honório Rodrigues – professor, historiador e ensaísta – para Diretor do AN, intelectual que apresentava dentre suas qualidades o espírito político-social-econômico daquele momento, desencadeou uma série de medidas para a modernização da instituição. José Honório Rodrigues – que anos antes de assumir a direção do AN havia sido professor do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores (1946-1956) – marca seu ciclo de gestão à frente da instituição com a redação da carta⁶⁴ endereçada à Embaixada da França no Brasil. Nessa carta, como destacado por Marques (2007:88), solicita a colaboração de um arquivista daquele país para auxiliar na formação de pessoal técnico.

“O professor francês nos ajudaria a formar pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de formação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o Professor Arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o *Stage International* seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento.”

⁶⁴ Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur, adido cultural da Embaixada da França no Brasil (1958). Ver MARQUES, 2007:88.

O órgão de Governo responsável pela política de capacitação, formação e qualificação de pessoal da administração pública era o DASP então, juntamente com o AN, foi organizado o 2º Curso de Arquivos. Segundo Marques (2007:89), o curso teria a duração de quatro meses e meio e foi planejado de acordo com doutrinas, técnicas, métodos e história e organização dos arquivos na França e na Europa, conforme noticiado pela imprensa da época.

“O Arquivo Nacional com o apoio da Divisão de Cursos do D.A.S.P, inicia a 24 de agosto o 2º Curso de Arquivos, destinado a aperfeiçoar arquivistas e revelar dirigentes. O 2º Curso terá a colaboração do Prof. Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de la Sartre (França) obtida através da Embaixada da França. O Curso, que contará com a colaboração de professores brasileiros, constará da classificação de Arquivos, Organização e Administração de Arquivos, História Administrativa do Brasil, Paleografia e Diplomática, Pesquisa Histórica e noções de Historiografia⁶⁵.”

Essa política de capacitação e formação de profissionais de arquivo, intrinsecamente vinculada à idéia de modernização, impulsionou a institucionalização do Curso de Bacharelado em Arquivologia no Brasil e a regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivo. Pode-se dizer que, a pedra fundamental desse processo é lançada em 1960, quando se institui o Curso Permanente de Arquivo (CPA) e este passa a ser realizado de maneira regular (BOTTINO, 1994:14).

Daquilo que foi possível tratarmos na pesquisa até o momento, a transformação do espaço institucional dos arquivos no mundo e em específico no Brasil ocorreu, basicamente, em três dimensões: externa, subjetiva e interna. Nas seções deste capítulo, pode-se dizer que a externa esteve vinculada à Revolução Francesa e ao processo de formação dos Estados Modernos; a subjetiva ligada ao ideário de identidade e de memória nacional; e, a interna, relaciona-se com a reformulação da gestão institucional dos Arquivos, em especial, com a política de capacitação e formação de quadros humanos para execução de procedimentos técnicos arquivísticos.

Em relação à dimensão interna, a reformulação da gestão de uma instituição secular como o Arquivo Nacional – criado para preservar o patrimônio documental da nação – envolveu, para além das questões políticas, administrativas e financeiras, um projeto de formação de um corpo

⁶⁵ Documento identificado como *Notícia p/ jornal* (1959?). Ver MARQUES, 2007:89.

técnico qualificado para atuar no cotidiano do exercício das atividades e funções arquivísticas do órgão. Essa reformulação se fundamentou materialmente no relatório elaborado na administração de José Honório Rodrigues (1959) intitulado “A situação do Arquivo Nacional”. No documento consta um diagnóstico sobre a forma como se estruturava a instituição e indicava seus problemas. Para a adequação e melhoria das condições técnico-administrativas do órgão, uma das primeiras ações promovidas por José Honório foi a reelaboração do Regimento Interno do Arquivo Nacional aprovado pelo Decreto nº 44.862, de 21 de novembro de 1958. O novo ordenamento jurídico do órgão trouxe consigo questões inovadoras e que foram importantes para o preparo técnico-profissional do quadro funcional da instituição. Essas medidas ficaram dispostas no artigo nº 31, do referido Decreto, que atribuiu competência à Seção de Cursos, subordinada ao Serviço de Pesquisa Histórica, para organizar e manter os cursos de formação de pessoal especializado em arquivos e pesquisadores de história.

Para o cumprimento das medidas adotadas por José Honório Rodrigues, em específico, o aperfeiçoamento do corpo de funcionários, foi necessário trazer para o Brasil, com o objetivo de difundir os ensinamentos arquivísticos, duas personalidades de destaque no campo arquivístico: o americano T. R. Schellenberg, que apresentou sua apostila “Arquivos Modernos”, lecionada nos Estados Unidos e na Austrália, e o professor francês Henri Boullier de Branche. Este último veio especialmente para iniciar a formação de técnicos de arquivo, com a finalidade de instruir e aperfeiçoar os próprios funcionários do Arquivo Nacional.

“O pessoal científico e técnico do arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o impulso de seu Diretor na renovação dos Arquivos. Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho dos arquivistas; história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia” (BRANCHE *apud* MARQUES, 2007:90).

De fato, é evidente que a avaliação sobre as condições do patrimônio documental e da estrutura institucional de custódia e preservação, bem como dos agentes reponsáveis pela execução de atividades técnicas de arquivo alimentou um sentimento que também era fruto das

mudanças ocorridas no espaço político, econômico e social brasileiro naquele momento. Havia, por assim dizer, uma conjuntura no país que favoreceu a institucionalização da formação de quadros humanos, qualificados e especializados, para o exercício da práxis arquivística. Como destaca Marques (2007), em relação aos cursos organizados pelo AN no início dos anos de 1960 havia um planejamento para o cumprimento de duas modalidades de capacitação e formação técnica:

“uma de curso permanente e outra de curso extraordinário. O primeiro tinha por finalidade especializar pessoal na técnica de arquivo, não só os servidores públicos como auxiliares de empresas e de organizações que desejarem melhorar as suas condições e teria a duração de dois anos, com aulas semanais. Já os **cursos extraordinários** seriam ministrados de acordo com os interesses da instituição.” (MARQUES, 2007:90)

A capacitação e formação de quadros técnicos provocaram entre os profissionais de arquivo (bibliotecários, historiadores, datilógrafos, etc.) interesse tanto vocacional como econômico-financeiro para o exercício da prática arquivística. Esses profissionais de arquivo passaram a reconhecer um tipo específico de identidade social que se forjava na apreensão e no exercício da práxis arquivística. Na medida em que alguns profissionais passaram a se reconhecer naquilo que faziam e compreendiam que o trabalho arquivístico era um capital social representativo para a sociedade e o Estado, pode-se dizer que se iniciou um processo de mobilização e organização dessa categoria profissional.

O associativismo corporativo surgiu, nas palavras de Esposel⁶⁶, “como forma de organização social para os arquivistas e a salvaguarda dos arquivos brasileiros”. De 1971 a 1978 a AAB promoveu alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil. A emancipação e as condições necessárias para manutenção e perpetuação desses profissionais de arquivo se tornaram possíveis por meio do associativismo de classe. Mas como se forja a representação social e política de uma categoria profissional? Em que medida a identidade profissional contribuiu para o processo de reconhecimento e emancipação social dos profissionais de arquivo por meio da AAB? Na próxima seção, desenvolvemos alguns conceitos com o objetivo de ampliar alguns entendimentos sobre movimento social e identidade coletiva.

⁶⁶ Entrevista concedida em 06/11/2007.

3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL, ASSOCIATIVISMO E MEMÓRIA

A práxis arquivística, vista sob a perspectiva da relação do profissional de arquivo com a sociedade, isto é, do capital social da atividade arquivística e da função social que ela encarna, suscita algumas noções e categorias conceituais importantes para auxiliar a compreensão da emergência de uma esfera pública e autônoma de argumentação e debate para o campo arquivístico – a identidade profissional e o associativismo de classe. A organização da vontade coletiva dos profissionais de arquivo entre 1971 e 1978, na busca por sua emancipação, resultou das condições em que se realiza a práxis arquivística – o trabalho nos arquivos, as atividades e funções arquivísticas. Nesse período, as mediações estabelecidas entre profissionais de arquivo, sociedade e Estado criaram condições políticas subjetivas necessárias e favoráveis para articulação de projetos de institucionalização do campo.

Em grande parte, a mobilização política entre profissionais que atuam em determinado campo, carece da análise na qual se inserem instituições, grupos sociais e indivíduos que são atravessados por reivindicações e formas de organização que se alteram e transformam constantemente. Dos agentes da ação nos processos de institucionalização do campo arquivístico, o movimento associativo entre profissionais de arquivo, na década de 1970 – “período que se delinearam alguns parâmetros fundamentais, definidores, ainda hoje, das questões arquivísticas em nosso país” (SANTOS, 2008:15) –, cumpre ser destacado.

Diz respeito ao saber fazer arquivístico, às atividades de arquivo, ao ofício de arquivista, questões que diferenciaram sua participação nas ações de desenvolvimento do campo. A identidade do profissional de arquivo ganhou contornos e especificidades que foram determinadas pela mudança e relevância que função e capital social da atividade arquivística assumiram nas relações com o cotidiano.

O profissional de arquivo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se agente decisivo na busca de soluções empíricas para aquilo que se denominou “explosão documental”. Aquele profissional tido até então pelo senso comum, como nos relata Esposel⁶⁷, “um homem velho, carcomido pelos mesmos fungos e bactérias que carcomiam os arquivos”,

⁶⁷ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

tem sua função social transformada perante instituições, Estado e sociedade. Há uma diversidade de problemas técnicos que passaram a se impor sobre a vida das instituições que contribuíram para a problematização da atividade arquivística – capital e função social e a identidade técnica e científica – o que possibilitou a enunciação de projetos de institucionalização para o campo.

Repensar a prática profissional passa então pela avaliação das condições concretas em que a atividade arquivística se realizava de forma técnica, teórica e trabalhista. Historicamente, a busca pela padronização de atividades realizadas pelos profissionais de arquivo esteve diretamente ligada à ação administrativa e política empreendida pelo Estado. Algumas dessas bases possibilitaram que nos anos de 1970 fosse institucionalizada a formação acadêmica (nível superior) e regulamentado o exercício da profissão de Técnico de Arquivo e de Arquivista.

Para o Estado, a unificação de procedimentos técnicos da práxis arquivística se ancora nas formas de controle do exercício da atividade e na busca da melhoria de sua eficácia e eficiência no campo institucional. Por sua natureza, são objetivos institucionais e não objetivos profissionais. Como aponta Faleiros (2008:18), “objetivos profissionais definem-se pela melhoria das condições de vida, promoção humana, administração adequada de recursos humanos, planejamento da atividade, bem estar social etc.”

Essa diferenciação evidencia particularidades de conteúdos que Estado e associativismo entre os profissionais de arquivo mantiveram no momento em que se buscou patrocinar ações de institucionalização do campo arquivístico nos anos de 1970. Processos de institucionalização ocorrem da atuação de atores sociais – Estado, empresariado, sociedade e dos profissionais de arquivo – uma antinomia que resulta da transformação de conteúdos políticos, de demandas reprimidas, em consensos legitimadores e, por consequência, institucionalizantes.

Nesse capítulo, apresentamos conceituações que ampliam a discussão de como um tipo de ação coletiva passa a adquirir por meio do seu capital social e da sua função social legitimidade para produção de discursos emancipadores e de desenvolvimento para o campo arquivístico. Um exercício conceitual que localiza inicialmente os profissionais de arquivo – atores sociais dotados de certas especificidades que para o exercício de suas atividades necessitam da aplicação de conhecimentos e habilidades especializadas – para em seguida, focar no papel que esses agentes da “ação coletiva” de “transformação social”, assumiram nos projetos

que favoreceram a emergência de uma consciência crítica e criativa que provocou modificações na estrutura institucional do campo arquivístico no Brasil.

3.1 Movimento social: ensaio para a ação institucionalizada.

Quando o tema é a ação coletiva dos movimentos sociais cabe, preliminarmente, estabelecer uma visão mais abrangente de uma questão central: a dimensão cultural. Entre opiniões, imagens e percepções dos atores sociais, ou seja, suas representações sociais e a tradução destas nos chamados movimentos sociais – reivindicações e ação política dirigidas ao espaço institucional –, existem mediações diversas, tais como consciência e visão de mundo, o conjunto de saberes envolvidos, o sentido e o conteúdo das carências, necessidades, interesses individuais e coletivos, etc. (VIEIRA, 2001).

Diferentes tipos de enfoque teórico dedicam-se ao estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva enquanto estratégias de mobilização de determinado setor da sociedade. Para nossa pesquisa é fundamental o conceito de sociedade civil e movimento social um em relação ao outro. Os movimentos sociais funcionam como elemento dinâmico no processo que pode realizar os potenciais positivos das sociedades civis modernas. E para compreendê-los cabe estabelecer uma correlação entre o plano sincrônico (sociedade civil como organizações institucionalizadas) e o diacrônico (movimento social como processo dinâmico), quer dizer, entre estrutura e desenvolvimento.

Quais fatores são determinantes para a passagem das concepções de mundo elaboradas e difundidas pelos movimentos – demandas e reivindicações – à ação dotada de finalidades políticas concretas? Goulart (2008) propõe discutir e aprofundar essas questões (modelo e forma de atuação) bem como evidenciar as relações que se estabelecem entre os movimentos sociais e a formulação das políticas públicas. Na perspectiva da autora, devem-se tornar transparentes algumas das variáveis determinantes do projeto político dos movimentos sociais, além de tentar evidenciar como estes dão conta de perceber e enunciar uma noção de cidadania no embate com o caráter por vezes inibidor, por vezes estimulador, da ação estatal.

Os movimentos sociais não são entidades que se movem com a unidade de objetivos a eles atribuídos por ideólogos e intelectuais. Constituem-se enquanto sistemas de ações, redes

complexas estabelecidas entre diferentes níveis e significados da ação social. A distinção entre forma e representação é ponto-chave para o entendimento da enunciação de uma identidade coletiva voluntarista. Significa afirmar que a ênfase dada à organização institucional (pessoa jurídica) não a torna elemento básico e distinto que atesta a existência de um movimento legitimador dessa identidade.

“[movimentos sociais] são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas; anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdos tornarem-se claros; produzem modelos organizacionais, influenciam instituições e atores sociais públicos e privados; produzem elites políticas para corporações, serviços públicos, etc.; institucionalizam práticas sociais e mudam a linguagem cultural de uma época” (MELUCCI, 1994a:189).

A busca da fundamentação (causa e projeto) do movimento social está dentre seus objetivos. Se tomarmos como exemplo o associativismo profissional – classe de trabalhadores – este, busca transformar a ordem social na qual se encontra a atividade profissional (causa) por meio de ações de legitimação da identidade coletiva e de garantia de direitos e oportunidades trabalhistas (projeto).

Uma forma de entender a criação da ação coletiva, assim como da ação individual entre profissionais que atuam em determinada atividade, está na própria atividade que se realiza. Heranças, signos dos lugares e caminhos pelos quais essa atividade foi sendo exercida e construída caracterizam bem os processos sócio-históricos pelos quais a atividade passou ao longo do tempo. Ou seja, de que forma a atividade profissional se cristalizou nas estruturas sociais e institucionais, e como a ação de transformação da práxis (arquivística) passa a ser portadora imediata da tecitura relacional necessária existente entre sociedade, instituições e profissionais (de arquivo).

Vistos como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, os movimentos sociais se localizam na fronteira entre as referências da vida pessoal e política. A ação social é vista por Melucci (1994a) como um processo interativo dentro de um campo de múltiplas possibilidades. Os movimentos sociais são parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Isto é, transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados

das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando essas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política.

“La acción colectiva, frente al comportamiento colectivo, tiene la característica de que es acción dirigida a los otros, es más que la agregación de voluntades individuales: para que se pueda hablar de un interés colectivo y del desarrollo de unas expectativas es necesario referirse a un proceso de identificación en el cual se articula un proyecto social que da sentido a las preferencias e expectativas colectivas e individuales. (...) Para desarrollar la especificidad del movimiento social como forma de acción colectiva debemos introducirnos en el planteamiento de los procesos de identificación y de la naturaleza del movimiento social” (REVILLA BLANCO, 1996:4-5).

Numa sociedade (vista pela ótica weberiana) o sistema político e a organização social são mediações pelas quais aparecem os comportamentos coletivos, que não são genéricos, mas têm caráter de classe⁶⁸. A ação política é o instrumento de mudança nas sociedades modernas e a institucionalização é um processo de ordem metodológica que busca na esfera pública representar novas formas de poder. A mera existência de um conflito não é suficiente para qualificar uma ação enquanto movimento social. Também a quebra de regras e normas não é suficiente para identificar um movimento. O que caracteriza sua existência é o projeto comum entre dois atores ou uma coletividade.

Vieira (2001:58-65) observa que é fundamental na análise sobre os movimentos sociais colocar em relevo as ações que resgatam o lugar e o papel dos atores sociais coletivos em processos de mudança social. Para o pesquisador, na medida em que se distingue os dois modos de integração – sistêmico (campo arquivístico, sociedade e Estado) e comunicativo (ação, protagonismo, associativismo) –, é possível abrir-se espaço para discussão e conexão com o conceito de sociedade civil, tal como desenvolvido por Gramsci – conjunto de organismos

⁶⁸ “Em nossa terminologia, *classes* não são comunidades; representam simplesmente bases possíveis, e frequentes, de ação comunal. Podemos falar de uma *classe* quando: (1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que (2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda e, (3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho. Esses pontos referem-se à *situação de classe*, que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo do poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra *classe* refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma *situação de classe*” (WEBER, 1979:212).

privados, distintos do Estado e sem conotação econômica, mas socializantes e geradores de hegemonia política.

A idéia de sociedade civil é própria da modernidade. A organização sistemática da ação humana, segundo a filosofia política hegeliana, deve ser entendida como “objetivações do espírito” – estas se articulam em três níveis: família, sociedade civil⁶⁹ e Estado (RESTREPO, 1990:64). A corporação⁷⁰, sob a perspectiva do filósofo alemão, consitui-se parte da sociedade civil e representa a organização de um estamento social para a promoção e defesa de seu próprio interesse particular. Partindo do interesse individual, que caracteriza a atividade da sociedade civil, a corporação representa (no campo profissional e trabalhista) a transformação do interesse particular no geral. Os indivíduos se associam numa corporação buscando a defesa de seu próprio interesse, mas ao defendê-lo promovem o interesse de todos os membros da corporação.

“Na ordem econômica, o grupo profissional existe tanto quanto a moral profissional. Desde que, não sem razão, o século XIX suprimiu as antigas corporações, não se fizeram mais do que tentativas fragmentárias e incompletas para reconstituí-las em novas bases. Sem dúvida, os indivíduos que se consagraram a um mesmo ofício estão em relações mútuas por causa de suas ocupações similares. A própria concorrência entre eles os põe em relações. Mas essas relações nada têm de regular; elas dependem do acaso dos encontros e, na maioria das vezes, têm caráter totalmente individual” (DURKHEIM, 2004:11).

Auto-organização da sociedade e construção de vínculos sociais independentes do Estado e, até, de oposição, a sociedade civil se prenuncia por meio de estratégias baseadas na

⁶⁹ Hegel foi quem, pela primeira vez, formulou o termo sociedade civil (*bürgerliche gesellschaft*), estabelece sua diferença em relação ao Estado e atribui a cada uma das duas instâncias sua própria esfera de ação. De acordo com Bobbio, remonta a August Ludwig von Schlozer (1794) a distinção entre *societas civilis sine imperio* e *societas civilis cum imperio*, na qual a segunda expressão indica aquilo que na grande dicotomia é designado o termo Estado, num contexto em que ainda não floresceu a contraposição entre sociedade e Estado e basta um único termo para designar um e outra, embora com uma distinção interna em espécies. O uso do termo “sociedade civil” no significado de esfera das relações sociais distinta da esfera das relações políticas – recorrentemente empregado por escritores alemães (em particular a Hegel e Marx), escritores que escrevem numa língua onde *bürgerliche Gesellschaft*, significa, ao mesmo tempo, sociedade civil e sociedade burguesa (BOBBIO, 1987:34).

⁷⁰ Como a noção hegeliana de classe, também a de corporação está mais próxima da organização medieval do trabalho. Porém uma e outra podem ser transportadas, sem prejuízo teórico, à linguagem pós-marxiana. A corporação, enquanto associação de interesses privados em função de sua representação pública, equivale a uma entidade de classe: Associação Profissional, Cooperativa, etc. (BOBBIO, 2002).

possibilidade de organização autônoma de indivíduos e grupos, na [re]construção de laços sociais fora do Estado e na concepção de uma esfera pública independente e separada de toda forma de comunicação oficial, estatal ou controlada por aparelhos de hegemonia política. Será, em princípio, por meio da organização associativa que uma classe ganhará consciência política de sua identidade e se converte em ator social. O reconhecimento social e jurídico das associações de classe não tropeça em obstáculos jurídicos ou políticos nem em condicionamentos legais⁷¹. São instâncias essenciais da ordem social e, por isso, sem identidade e coesão as associações não poderiam exercer, por simples decreto da vontade, nenhuma direção social.

“A modernização do mundo da vida e da sociedade civil constitui a precondição cultural e institucional para o surgimento de identidades coletivas racionais e solidárias capazes de desenvolver a capacidade e a responsabilidade de interpretar e atribuir significado. E a identificação da sociedade civil com a parte institucionalizada do mundo da vida é uma tentativa de diferenciá-la, conferindo-lhe um caráter normativo” (ARATO & COHEN, 1994:157).

Ansara (2008:34) destaca que a identidade coletiva constitui de *per si* um incentivo seletivo para a ação. O movimento assume uma feição de especificidade que impõe a necessidade de compreendê-lo enquanto processos de produção e reprodução da vida social. Essa visão estruturada da sociedade aumenta as possibilidades de [re]construção das evidências empíricas. Trata-se de dar relevo à consolidação de espaços de expressão, criativa e comunicativa, de proposição e de ação institucionalizadora.

Nesse sentido, os movimentos sociais fazem parte do processo político normal, como ação racional, propositiva e organizada. A ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. De acordo com Melucci (1989:52), é por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado e, portanto, devem ser compreendidos (*como* se estabelecem e mantêm sua estrutura) e explicados (*porquê*, em referência aos aspectos socioestruturais). Esse posicionamento contribui para a avaliação de

⁷¹ As diferentes associações de classes dirigentes são as instituições fundamentais de sua própria identidade. Graças a elas, reconhecem seus interesses comuns e atuam como classe, consolidam os padrões éticos e culturais que lhes dão coesão interna, fazem presença pública, exercem pressão sobre os meios de comunicação e o Estado e dirigem segmentos da sociedade (WEBER, 1979).

que os agentes da ação coletiva não são motivados apenas pelo que poder-se-ia chamar de uma orientação 'econômica', calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade, que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados.

Uma possível interpretação sobre o que determina o rumo dos interesses individuais pode ser encontrada na obra de Gramsci, quando se refere à direção intelectual e moral que uma classe pode exercer. Para o autor, deve ser tomada por pressuposto uma condição fundamental: a constituição prévia e simultânea da identidade desses indivíduos. A construção da identidade coletiva, de um grupo, é um processo a um só tempo prático e teórico⁷². Detenhamo-nos ao processo prático: este se enraíza nas formas de propriedade e de trabalho de cada classe e setor de classe, se expressa no desenvolvimento de costumes compartilhados e de uma ética própria, manifesta-se através de movimentos sociais e culmina em formas de associação. Por isso, como aponta Semeraro (2001), Gramsci considera a sociedade civil⁷³ não apenas o espaço das iniciativas econômicas, mas também a manifestação das forças ideológicas e culturais.

Os agentes sociais não podem ser concebidos como pertencentes a um único nível da sociedade, a presença desses agentes em outros "níveis" também não pode mais ser concebida como uma "representação de interesses". O modelo de "representação de interesses" perde assim sua validade. Porém, pela mesma razão, o político deixa de ser um nível do social, tornando-se uma dimensão presente, em maior ou menor escala, ao longo de toda a prática social. O político é uma das formas possíveis de existência social. Os novos movimentos sociais têm sido caracterizados por uma crescente politização da vida social, mas também é precisamente esse ponto que fez ruir a visão do político como um espaço fechado e homogêneo. Esta nova interpretação abre espaço para os movimentos sociais e associações da sociedade civil na

⁷² O processo teórico, que tem raízes e ganha sentido no prático, identifica-se com a direção intelectual e moral da classe, sob embargo de seus intelectuais orgânicos (BOBBIO, 2002).

⁷³ No Brasil, um dos pioneiros na utilização do conceito de sociedade civil foi Weffort (1988). Refletindo sobre a realidade política dos anos 80 (transição democrática) e adotando um enfoque gramsciano, este autor mostrava que a sociedade civil era o lugar de construção de resistência e de construção de uma "nova hegemonia", que se formulava em resposta ao regime autoritário. Mas, no decorrer dos anos 90, será a visão habermasiana do conceito que ganha destaque, especialmente através dos trabalhos de Leonardo Avritzer e Sérgio Costa.

compreensão mesma do processo de democratização e transformação da esfera pública (VIEIRA, 2001:73).

Identidade e laços de solidariedade são irredutíveis à consecução de bens ou recursos ou a interesses individuais agregados estritamente. Torna-se, portanto, impossível falar-se do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada e homogênea. Assim, não há nenhuma posição de sujeito cujas conexões com as outras posições possam ser permanentemente asseguradas; e, por conseqüência, não há nenhuma identidade social integralmente adquirida que não esteja sujeita, em maior ou menor escala, à ação de práticas articulatórias. O ator social se veria, na concepção teórica de Melucci (1996:40), diante da tarefa de construção de um “nós” que, por sua vez, envolve a construção de orientações com relação a fins, a meios e à relação com o ambiente.

Esse conjunto de vetores em tensão traduz-se em dificuldades permanentemente colocadas no processo de construção de uma ação unitária cujo manejo implica um complexo e permanente desafio para os atores. A ação institucionalizada se apresenta então como produção social propositiva, significativa, relacional, não podendo ser simplesmente derivada dos constrangimentos institucionais (coerção), nem reduzida ao discurso de suas lideranças, resulta tanto da soma das opiniões de seus integrantes quanto da necessidade de assumir comportamento público específico. O associativismo, traduzido por sua ação, protagoniza a formação e integração de redes, convergindo diante de aspectos comuns, mas concernentes ao aprofundamento de suas temáticas próprias. Assim, uma componente importante do associativismo para condução das ações coletivas seria relativa à autoconcepção dos atores nos processos de criação e execução, cujos objetivos oscilam entre o planejamento programático das políticas públicas afetas ao campo de atuação e a aceitação e identificação (do associativismo) como setor autônomo da sociedade civil organizada.

3.2 Profissão: representação, capital e função social.

O reconhecimento de uma identidade profissional depende tanto da consciência do “eu” – forjada por seio da ação social que desempenha – quanto dos resultados e do alcance que promove. A representação social de uma identidade profissional se inscreve na cultura como

produto de sua práxis, profissional e profissão se objetivam na realidade e as formas de consciência advindas de sua práxis propiciam a base material para criação e transformação de suas condições. Na abertura do XII Congresso Internacional de Arquivos – Montreal, 1992 – Favier *apud* Jardim (1995:5) é enfático quando trata de alguns dos elementos que constituem a identidade dos arquivistas no mundo.

“Somos arquivistas, não somos homens do passado. Nós temos a responsabilidade da memória comum dos homens e uma responsabilidade na construção do futuro. Estamos a serviço da vida, somos responsáveis por uma memória ativa que é, antes de tudo, um instrumento de trabalho para as sociedades humanas. A memória é o fundamento dos direitos dos cidadãos.”

Representada por sua ação de intervenção na realidade, no espaço social e institucional, a formação e a atuação profissional resultam de uma análise das condições de um dado contexto histórico. O ponto de partida é a ação coletiva “conjunto de práticas sociais que envolvem certo número de indivíduos ou grupos e apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando no campo de relacionamentos sociais e na capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo” (GOHN, 2004:154).

Por meio de processos, atores sociais de um determinado campo constroem ações coletivas destinadas ao objetivo comum. A ação coletiva, de acordo com Melucci (1992:54), é a união de vários tipos de interesses baseados nos comportamentos dos atores em determinado sistema social. A organização da ação coletiva (forma política) é uma construção analítica que invoca aspectos como solidariedade e se vincula a uma possibilidade de transformação e ruptura nos limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar. A ação coletiva apresenta-se como categoria decorrente da atividade subjetiva de seleção, quer dizer, de escolhas disponíveis nos contextos sociais, tanto para a representação individual quanto para a coletiva.

As representações sociais constituem uma forma de pensamento social que abrange informações, experiências, conhecimentos e modelos que circulam na sociedade e que são recebidos e transmitidos pelas tradições, pela educação e pela comunicação social, o que as tornam presentes em todas as áreas da vida humana, não se restringindo aos acontecimentos culturais ou políticos. Fenômeno que envolve uma multiplicidade de setores, de práticas sociais,

de atividades e de objetos da vida humana, as representações sociais indicam a existência de um pensamento social que resultou de práticas do cotidiano.

“[representações sociais] são sistemas de valores, de noções e de práticas que, ao mesmo tempo, instauram uma ordem, através da qual os indivíduos se orientam e dominam o meio social e material, e asseguram a comunicação entres os membros de uma comunidade, propondo-lhes um código para suas trocas e para nomear e classificar, de maneira unívoca, as partes do seu mundo, de sua história individual ou coletiva. Em síntese, são uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 2003:63).

A representação social passa então por uma etapa de "formação", entendida como encadeamento de fenômenos interativos, fruto de processos sociais que ganham aderência no espaço. Essa formação ocorre de forma dinâmica e interativa produzindo e construindo significados e, por conseguinte, conteúdos subjetivos que possibilitam a constituição da ação coletiva. A etapa de “formação” da representação social tem por base dois processos interligados e profundamente articulados: a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem é a fase simbólica da representação, quando se torna o estranho familiar, através dos esquemas de referência que se dispõe. A objetivação, por seu turno, é a fase figurativa, quer dizer, é quando se materializa o abstrato, construindo um novo conceito a partir das experiências de cada sujeito ou da coletividade. Tanto no processo de ancoragem como no processo de objetivação o que se evidencia é que a formação das representações sociais – identidade coletiva – depende de indivíduos e do grupo e envolve três mecanismos para sua constituição: a definição cognitiva concernente a fins, meios e campo de ação; a rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam-se, e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões; e, finalmente, a identidade coletiva requer certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos se sintam eles próprios, parte de uma unidade em comum (GOHN, 2004:159).

Em síntese, representações sociais são gestos de consciência política de seus atores e, como tal, constituídos de intencionalidade. Evidenciam, portanto, ações, atitudes, raciocínios, conjuntamente dispostos, tendo por base uma estrutura que produz novas estruturas. Nas palavras de Bourdieu, “a mediação encontrada, conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação

que é experimentado e posto em prática, tomando como referencial o contexto, as conjunturas de um campo” (BOURDIEU, 1994:122).

Os campos sociais são universos relativamente autônomos que se formam no espaço social em torno de grandezas específicas ou, na designação de Bourdieu, do capital social⁷⁴ que consiste em objetos de disputada por aqueles que os compõem. A cada um desses universos corresponde um tipo de capital social: no econômico, é a propriedade privada dos meios de produção, bens financeiros e patrimônio; no campo das relações sociais é o “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento” (BOURDIEU, 1998:67).

Nossa pesquisa aborda a identidade do profissional de arquivo na década de 1970 – caracterizada materialmente por sua práxis (atividade arquivística), definida pelo campo de atuação (Arquivístico), onde no espaço social e institucional efetiva suas trocas simbólicas – de modo a identificar ações de afirmação enquanto profissão dotada de função e capital social. O associativismo entre os profissionais de arquivo foi o esteio – objetivo e subjetivo – para favorecer o grupamento identitário não apenas dos Arquivistas, mas também do campo.

“Os atores coletivos desenvolvem a capacidade de resolver problemas criados pelo meio que os circunda e tornam-se, progressivamente, independentes e autônomos em sua capacidade para a ação dentro da rede de relacionamentos nos quais estão situados. Portanto, o processo da identidade coletiva é também a habilidade para produzir novas definições, porque integra o passado e elementos que estão emergindo no presente, dentro da unidade e continuidade de um ator coletivo” (GOHN, 2004:161).

A identidade coletiva⁷⁵, no campo das profissões, encontra na especificidade do capital social aspectos que organizam e definem práticas, normas, códigos de ética e relações de

⁷⁴ “O capital social diz respeito à característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2002a, p. 177). O capital social tem, portanto, uma função produtiva, como, por exemplo, a associação de crédito, que consiste num grupo que ajuda outras pessoas na medida em que confia nelas. É uma ação racional de cooperação espontânea.

⁷⁵ Para uma classe, não só é necessário exercer uma direção intelectual e moral da sociedade, mas sobretudo encarná-la em formas concretas de ação e de organização. É nelas que materializa sua direção, socializa seus valores éticos, sua visão de mundo, sua identidade de classe. E, mais que o exercício da direção social, é indispensável a constituição de uma identidade de classe. (GRAMSCI, Cadernos do Cárcere vol 2, 2001)

confiança. A confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade, do comportamento estável e cooperativo, baseada em normas compartilhadas por estes mesmos membros. O capital social contribui para que os sistemas de participação e associação estimulem a cooperação. Propriedade do agente, o capital social encontra no espaço de mediação das relações estabelecidas entre indivíduo, grupo, sociedade, instituições, Estado, meios que permitem obter recursos ou reconhecimento.

Mesmo tendo forte conotação funcional, o capital social – conjunto de elementos dados de uma estrutura que possibilita aos atores satisfazerem seus objetivos – é indissociável de sua função social. Neste sentido é fundamental entender que, mesmo o espaço social hierarquizado pela desigual distribuição de diferentes capitais, a função social que cumpre é a dimensão relacional das posições sociais. Para Bourdieu, as diferentes formas de capital que permitem estruturar o espaço social e que definem as oportunidades na vida são o lugar de um processo de diferenciação progressiva. Desta interrelação entre capital e função social indivíduos e grupos tendem a fazer com que apareçam universos, áreas (campos) produzidos pela divisão social do trabalho. Assim, capital e função social não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas, totalmente autônomas, eles se articulam entre si, e a forma como se articulam compõe o universo de socialização.

A profissão pode ser entendida enquanto representação síntese entre capital e função social de processos e construções históricas e cotidianas. Tendo em vista essa perspectiva, a profissão é objetivada no espaço social, transformada e exteriorizada, criando um campo próprio para sua intervenção por meio de saberes organizados em diversas dimensões e delimitados por critérios de profissionalidade. Para exercê-la, recorre-se ao desenvolvimento de competências e assimilação de responsabilidades. Processos que possam traduzir sua ação como resultado de mudanças materiais e culturais. Entretanto, para dispor de saberes instrumentalizados e organizados, como é que o profissional aprende a profissão? E como se caracteriza o processo de aquisição de conhecimento prático e teórico de um profissional em formação?

As questões suscitam uma variável fundamental aos processos de formação identitária, de representação do capital social: a educação. Componente dos processos de institucionalização do campo, no sentido bourdiano, a formação do profissional para o exercício da profissão e sua auto-identificação com o ofício, resulta tanto da aprendizagem do indivíduo quanto do contexto

no qual se insere indivíduo e profissão. Fundados numa percepção crítica sobre a realidade social, profissão e profissional tem relação com a transformação mais ampla da sociedade e com a definição de seu campo.

A necessidade de institucionalização da formação técnica e teórica e a regulamentação do exercício profissional acabam por resultar de um tipo de consciência histórica que deriva do valor que capital e função social da profissão assumem perante Estado, sociedade e mercado. Para transformar a própria forma de objetividade da profissão (identidade, representação, capital e função social), seus agentes abandonam a posição de meros portadores do saber-fazer para ascender no campo da esfera pública como componente discursivo e político. Esse tipo de reconhecimento identário aflora entre profissionais do campo como meio de promover a busca dos objetivos sociais da profissão e depende do grau de envolvimento na sociedade, da lealdade e cumplicidade de seus membros, do consenso de diferentes agentes sociais. As lideranças são elementos-chave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo, para gerar inovações, para articular o movimento em suas conexões e redes e promover a ação institucionalizada.

3.3 Identidade profissional e associativismo: à guisa de memória social.

“Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”.

Ecléia Bosi

A memória, tal como nos assinala Jedlowski (2003), deve ser entendida como espaço de registro continuamente reconstituído, no âmbito do qual os sujeitos reconhecem e valorizam determinadas experiências. Para esse autor, o conceito de memória refere-se ao conjunto de representações sociais que têm a ver com o passado, produzidas, guardadas e transmitidas por um grupo pela interação com seus membros.

“O que constitui propriamente uma memória não é tanto o caráter comum dos seus conteúdos, mas o fato de que estes sejam produto de uma interação social, de uma comunicação que tenha a capacidade de escolher o que é importante e significativo no passado, em relação aos interesses e à identidade dos membros de um grupo” (JEDLOWSKI, 2003:225-226).

É no domínio do convívio social que se inscreve a dimensão mais concreta da vida. E, quando tratamos de identidade profissional e associativismo de classe enquanto categorias passíveis de construções de memórias sociais – justamente em razão das relações que travam entre si e das relações que estabelecem no âmbito da esfera pública, institucionalizada ou não – corroboramos a noção de que na “vida de todo dia” se encontram efetivamente postas as possibilidades de participação social baseadas tanto na cooperação multifacetada (redes sociais) como nas cadeias comunicativas de reciprocidade e antagonismo. As palavras-chave aqui são: experiência e convívio social.

A lembrança é adquirida por meio da experiência e do convívio estabelecidos no espaço social entre indivíduos e grupos. Deste processo decorre a noção de tempo social, pois ao se situar indivíduos e grupos no presente, de forma que o passado venha auxiliá-los na significação deste presente, será no presente que ao passado se poderá dar algum tipo de significado. Essa tensão dialógica (presente/passado) possibilita que as memórias subsistam porque fazem parte de um conjunto de valorações e acepções que podem ou não ser comuns a indivíduos e grupos. Mesmo que, frequentemente, a memória social seja produto de uma construção política deliberada, onde as imagens do passado são estrategicamente inventadas e manipuladas por setores dominantes da sociedade para servir às suas próprias necessidades no presente. Enfatiza-se, assim, a natureza antagônica, relacional, dialógica, negocial, conflitual e intertextual quer da identidade quer da memória (PERALTA, 2007).

Portanto, a construção da memória é um processo negociado entre diversos atores sociais – seleciona os acontecimentos que devem ser “guardados” e incorporados à memória social (POLLAK, 1989) – marcado por um campo de disputas internas e externas ao grupo e os próprios indivíduos. Um “trabalho de enquadramento da memória” no qual nem tudo pode ser dito, revelado ou lembrado. Essas práticas institucionalizantes da memória social evidenciam as “interdições”, o “indizível”, as “memórias subterrâneas”, que devem ser esquecidas e silenciadas, afastadas da constituição da memória coletiva.

As organizações sociais carregam consigo dimensões temporais que são outras tantas projeções voltadas para o passado ou para o futuro e correspondem aos dinamismos mais ou menos intensos e acentuados dos grupos que se deslocam e permanecem no espaço social. Algumas das versões do passado emanadas de discursos hegemônicos não aderem

necessariamente às representações sociais identitárias (BODNAR, 1992). E por isso, não se pode falar na verdade do conhecimento das experiências sociais num sentido absoluto, mas numa formação discursiva: um embate de idéias na esfera pública, mediante o qual certas questões, agendas e definições se estabelecem como resultados de lutas de poder.

Pode-se observar assim que essas noções que perpassam identidades e grupos reforçam a idéia de pluralidade de forças, práticas e regimes que coexistem no seio de uma mesma comunidade. Sob uma perspectiva foucaultiana, para compreensão das forças que operam no espaço social, há uma tendência à rejeição da existência de verdades absolutas emanadas e sustentadas por uma única esfera de poder. E sob essa lógica de pensamento, a ordem política e social que operam grupos e indivíduos, passa a refletir com a nitidez necessária uma dinâmica e fluida interação entre atores que travam um processo permanente de dominação e resistência, o que define o conteúdo da memória social em cada momento.

“A memória social não pode ser encarada apenas como sendo determinada, regida e coercitivamente imposta por uma constelação de poderes que emana uma versão monolítica do passado. É certo que a construção social do passado encerra, sempre, relações de poder e de dominação, mas deve-se ter em conta a pluralidade de atores e de forças que contribuem para esta construção. A pós-modernidade veio evidenciar que os indivíduos podem pertencer a uma multiplicidade de grupos e de identidades e que, portanto, as suas memórias são construídas de forma dinâmica, conflitual, seletiva e dialógica, não se limitando à modelação imposta por um grupo exclusivo” (PERALTA, 2007:12)

No campo da memória social, o espaço e o tempo são fatores determinantes da constituição e do desenvolvimento de indivíduos e grupos sociais. O processo de humanização do espaço ocorre por meio da ação do tempo, associados estreitamente o geográfico, o social e o cultural. A cultura enquanto força formadora de hábitos atua em diversos níveis da atividade humana. Na acepção simbólica, a cultura se define como a organização de padrões através dos quais a experiência individual adquire um significado coletivo e, nesse caso, a memória pode ser considerada um sistema cultural articulado de atribuição de significado (GEERTZ, 1978).

Ao relacionar eventos passados com eventos do presente, a memória é, com efeito, parte integrante dos mecanismos de atribuição de significado próprios de uma cultura. Como observado anteriormente – a esfera política e os grupos sociais utilizam o passado por motivos

instrumentais – a relação entre o passado e o presente é uma relação mais complexa que deriva do fato da memória ser um sistema cultural de atribuição de significado que se produz ao longo do tempo. “A memória é uma força intangível das motivações simbólicas que regem as ações sociais humanas, o que significa que não se pode ignorar o espaço de figurações de utopias coletivas diferenciadas” (PERALTA, 2007:15).

A força interpretativa, desse ponto de vista teórico, reconhece à memória como espaço de construção do conhecimento. Fornece referentes de significação constituídos por visões partilhadas do passado que são geradas pelo presente e orientadas para o futuro. Como aponta Benjamin (1992), a memória implica, assim, uma constante dialética entre o passado, o presente e o futuro. Este passado, que é evocado pelo presente, não é o mesmo que aquele constituído pelos eventos decorridos num tempo agora pretérito. É, antes, uma interpretação criativa e plástica que permite preencher a distância que medeia a experiência e a recordação, convertendo o passado em memória. Tal como referido por Huyssen (1995), o passado não é o mesmo que a memória, mas tem que ser articulado para ser memória.

A iminência do esquecimento cria estratégias racionais para que a memória tenha aderência a múltiplos sistemas de representação, os quais propiciam que a memória se ancore em “quadros sociais” de significação no presente. Esses quadros de referência assumem o papel de comunicar tanto o que deve ser recordado como o que deve ser esquecido. Para Vázquez *apud* Rodrigues (2005:149), “a ação mnemônica compreende um processo comunicacional. É no quadro das relações que se constroem as memórias e é nele, por meio da linguagem, que as lembranças são evocadas”.

O passado não é uma entidade fixa e rígida. O encontro com o passado por meio da lembrança e do esquecimento é um processo dinâmico, de recriação cultural, que fornece um quadro de significação mediante o qual indivíduos e grupos mantêm a estabilidade e a identidade, enquanto se adapta à mudança. Essa abordagem remete segundo Peralta (2007:16), para uma análise hermenêutica da memória, segundo a qual o que retemos do passado não só reflete o presente como também fornece um quadro de referência para interpretação das práticas cotidianas manifestas no espaço social. Trata-se, por assim dizer, de um sistema que cria esquemas que expressam memórias e identidades, organizando a forma como os indivíduos

entendem o mundo e nele atuam, ainda que conceda espaço para a improvisação, permitindo que ocorra a dinâmica social.

Permanente e mutável, o passado imprime marcas no nível pessoal, social e cultural. Por isso, a experiência social deve ser compreendida enquanto categoria indispensável à memória. Já que a memória, enquanto construção social situa – no espaço mediado pela manipulação ideológica e a experiência social de indivíduos de uma comunidade específica – determinados eventos e sugere para apreensão destes uma abordagem dinâmica e processual.

“Há linhas de sedimentação, disse Foucault, mas há linhas de ruptura, de fratura. Separar as linhas de um dispositivo [ação mnemônica], em cada caso, é desenhar um mapa, cartografar, medir a passos terras desconhecidas, e é isso que ele chama de trabalho sobre o terreno” (DELEUZE *apud* TELES, 2004:66).

A memória social é constituída pela integração de diferentes passados num passado comum aos membros de uma coletividade, referindo-se àqueles elementos da recordação individual que são partilhados em comum pelo grupo e fornecendo as bases referenciais para a construção de uma significação coletiva. Revela-se assim, uma capacidade interpretativa da memória já que uma série de atos que reconfiguram o espaço social onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se enunciam. A atividade política, hegemônica, é a atividade que desloca um “corpo de sentido” do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar para outro. “Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano” (RANCIÈRE, 1996:40).

Qualquer ato de representação do passado encerra sempre relações de poder e a seletividade da memória é inevitável e inerente ao fato de que interpretamos o mundo, tendo por base a nossa própria experiência e o contexto de quadros culturais de significação que são profundamente mediados por dispositivos de diferentes naturezas idiossincráticas. Desse modo, é indiscutível que a complexa reflexividade da memória apenas seja analisada mediante adoção de esquemas interpretativos. A forma como olhamos o passado, em cada momento, implica sempre um ato de reconhecimento dos quadros sociais de significação e os contextos culturais, visto que podem existir uma constante tensão, uma negociação e, por conseguinte, um processo de mudança.

A memória deverá, portanto, ser entendida como o resultado da intersecção de histórias pessoais, sociais e fontes documentais, concebendo indivíduo, grupo e sociedade enquanto agentes interpretativos autônomos, embora sempre sublinhado que o ato interpretativo individual está relacionado com o universo cultural no qual o indivíduo está inserido. A construção do passado, embora assentada nos quadros sociais da memória e nos contextos culturais, não deixa de estar moldada pelas experiências emocionais e pelas expectativas pessoais de cada projeto de memória.

”Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de todo tipo. Desse ponto de vista a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita deve ser tomada tal e qual ela se apresenta. [...] Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária.” (POLLAK, 1992:207).

A intenção da pesquisa no próximo capítulo é compreender como se estabelece o diálogo das fontes de memória paradigmáticas (documentos) com as entrevistas dos agentes sociais que atuaram pela via do associativismo de classe, participando da Associação dos Arquivistas Brasileiros naquilo que se refere aos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil entre 1971 e 1978. Procuramos desenvolver uma análise cronológica dos eventos que a AAB promoveu para a institucionalização do campo sempre levando em consideração como a memória se relaciona com as fontes documentais tendo em vista que o resultado desse diálogo de fontes obtenhamos uma ampliação do significado que memória e história podem dar em conjunto para os processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

4 ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL NO CAMPO ARQUIVÍSTICO

“Es innegable que ha habido avances en la archivística latinoamericana, pero pese a los esfuerzos desplegados por personas e asociaciones de archiveros” Vicenta Alonso⁷⁶

Olson (1971), Hirschman (1977), Pizzorno (1987), pesquisadores cujo enfoque dedicou-se à investigação dos movimentos sociais e da ação coletiva, acabaram por colocar em relevo concepções de sociedade e da ação social enquanto forma de resgatar o lugar dos atores coletivos em processos de transformação social. Na medida em que há um esforço para a distinção do tipo de sociedade e da forma de ação social, esta, na perspectiva dos autores, se centra em *como* se mobilizam e atuam determinados atores sociais – a origem da organização e os processos de formação. Esse tipo de enunciação teórica abre espaço para uma conexão com a idéia de autorganização da sociedade civil e construção de vínculos sociais. Indivíduo e grupo desempenham ações sociais que prenunciam um tipo de estratégia baseada na possibilidade de organização autônoma e de delimitação no espaço social de uma esfera pública independente.

A identificação da sociedade civil com a parte institucionalizada do mundo da vida é uma tentativa de diferenciá-la, conferindo-lhe um caráter normativo. A ação coletiva promovida pela sociedade civil é uma ação de organização dedicada, de modo quase que exclusivo, ao bem comum de sua coletividade, à produção de resultados e bens públicos que estejam disponíveis aos seus membros. Esse tipo de relação contribui para que o desenvolvimento da ação social ocorra em bases de expectativa coletiva, já que a existência de um interesse comum ou coletivo faz referência direta com o processo de identificação, reconhecimento, coerência e continuidade do grupo. Ao constituir uma identidade coletiva, a sociedade civil diminui a incerteza sobre seu próprio futuro, atribuindo ordem de preferências e adquirindo capacidade de desenvolver-se com estabilidade e segurança social.

O desenvolvimento do campo arquivístico (Capítulo 1) contou com participação direta do poder público a partir do fortalecimento dos Estados nacionais. Mas, desde a Segunda Guerra, com o aumento das demandas das atividades arquivísticas, profissionais de arquivo passaram a

⁷⁶ ALONSO, Vicenta Cortés. *Balace de veinte años de labor archivística en las Américas (1961-1981)*, Boletín de la ANAD, XXXI, n. 3 (Madrid, julio-).

manifestar-se de forma organizada e propositiva diante das condições que exerciam a prática arquivística, dos limitados instrumentais técnicos e teóricos que apoiavam o exercício das rotinas de arquivo e da ausência de garantias trabalhistas que legitimassem a profissão de arquivista e técnico de arquivo. Essa relação entre Estado e profissionais de arquivo estimulou o surgimento de associações cujo objetivo consistia em reunir profissionais que desempenhavam o mesmo tipo de atividade e que conviviam com problemas de mesma ordem tendo por finalidade garantir os meios necessários para troca de conhecimentos e crescimento conjunto da atividade e da profissão. As atividades iniciais destas associações tiveram, para além da questão corporativista, a ação direcionada à atuação dos Estados no que se refere às políticas públicas de arquivos. Constatamos na literatura que inicialmente as associações foram fundadas para atuarem no território nacional, mas com o passar dos anos se verificou a necessidade de associações de tipo regional e transnacional.

Quadro 1: Associações de Arquivistas (1891 - 2006).

Associação	País	Ano de fundação
<i>Vereniging van Archivarissen in Nederland</i>	Holanda	1891
<i>Association Professionnelle des Archivistes Français</i>	França	1904
<i>Archives et Bibliothèques de Belgique</i>	Bélgica	1921
<i>Association des Archivistes Suisses</i>	Suíça	1922
<i>Society of American Archivists</i>	Estados Unidos	1936
<i>Fédération Internationale des Archives du Film</i>	Bélgica	1938
<i>Society of Archivists</i>	Reino Unido	1947
<i>Society of Finnish Archivists</i>	Finlândia	1947
<i>Associazione Nazionale Archivistica Italiana</i>	Itália	1949
<i>Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas</i>	Espanha	1949
<i>Zagrebacko Arhivističko Društvo</i>	Croácia	1954
<i>Associazione Archivistica Ecclesiastica</i>	Itália	1956
<i>South African Society of Archivists</i>	África do Sul	1960
<i>Asociación Peruana de Archiveros</i>	Peru	1961
<i>Association des Archivistes du Québec</i>	Canadá	1967
<i>Association des Archivistes Françaises</i>	França	1969
<i>Associação dos Arquivistas Brasileiros</i>	Brasil	1971
<i>Associação Portuguesa de Bibliotecário, Arquivistas e Documentalistas</i>	Portugal	1973

<i>Association of Canadian Archivists</i>	Canadá	1975
<i>Australian Society of Archivists</i>	Austrália	1975
<i>Verband Österreichischer Archivarinnen un Archivare</i>	Áustria	1976
<i>Associació d'Arxivers de Catalunya</i>	Espanha	1985
<i>Czech Society Archives</i>	Nigéria	1990
<i>Southeast Asia Pacific Audio Visual Archives Association</i>	Austrália, Nova Zelândia e Ilhas do Pacífico Sul	1996
<i>Serbian Association Archivists</i>	Sérvia	2000
<i>Asociación de Archiveros del Principado de Asturias</i>	Espanha	2006

Fonte: Elaboração própria com base em Marques (2007) e nas próprias associações, páginas da *web*.

Em geral, as associações se organizaram em torno de objetivos como: fomentar as relações e a cooperação com as instituições de arquivos governamentais; promover a formação de seus membros mediante a organização de congressos, jornadas, debates, colóquios e publicações; implusionar a formação especializada; estabelecer laços de colaboração com outras associações de arquivistas; difundir o trabalho dos arquivistas e a função dos arquivos e a importância da correta preservação, organização e acesso ao patrimônio documental. As ações das associações se converteram em fatores de coesão e impulso, caracterizando-se enquanto interlocutores e representantes de sua coletividade – categoria profissional – perante Estados, Governos, sociedades e organismos multilaterais. A própria emergência do associativismo entre os profissionais de arquivo no mundo favoreceu a criação de instrumentos de coordenação associativa internacional, como por exemplo, a *Section of Professional Associations International Council on Archives – SPA/ICA*, em 1976.

No âmbito dos países da Europa e da América do Norte, os objetivos das associações de arquivistas estiveram voltados para potencializar o trabalho nos arquivos por meio da harmonização de conhecimentos técnicos e científicos, troca de experiências, desenvolvimento de técnicas arquivísticas e defesa dos interesses profissionais. No mundo, as ações políticas das associações de arquivistas guardam em comum a promoção do valor social e cultural dos arquivos, aspecto esse que teve origem na conclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, Santos (2008:15) observa que com relação ao tema associativismo entre os profissionais de arquivo ainda existem lacunas que precisam ser respondidas sobre o papel que exerceu nos processos de institucionalização do campo arquivístico.

A fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, possibilitou que profissionais de arquivo passassem a refletir, debater e propor ações para o desenvolvimento e construção de uma pauta identificada com o campo arquivístico. Esses profissionais de arquivo no Brasil, principalmente aqueles que desempenharam papel central no processo de fundação e posteriormente nas ações associativistas entre 1971 e 1978, eram servidores públicos em sua maioria. Assim, quando observamos as ações promovidas pela AAB nos anos de 1970 notamos que a entidade indissociava matérias próprias do campo da política pública com reivindicações de caráter corporativista. Protagonista dos processos de institucionalização do campo nesse período, alguns de seus membros (corpo social da AAB) nas décadas de 1950 e 1960, participaram de programas do governo federal – DASP, Ministério da Fazenda, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu Nacional – de formação e capacitação de pessoal em técnicas e procedimentos próprios do campo arquivístico.

Foram nesses programas e cursos de formação de pessoal para atuarem em arquivos que profissionais das mais diversas áreas e formações se encontravam com questões técnicas e conceituais do campo arquivístico. Na gestão de José Honório Rodrigues, no Arquivo Nacional (1958-1964), os ensaios de transformação institucional do campo e da estrutura do órgão, davam seus primeiros passos para que instituição e pessoal se dispusessem de instrumentos mais compatíveis com a moderna arquivística europeia e norte-americana. Técnicos e pesquisadores estrangeiros vieram ao Brasil e servidores públicos realizaram viagens ao exterior participando de cursos, encontros, congressos e reuniões promovidas pelas mais diversas entidades e instituições ligadas ao campo arquivístico.

“No Arquivo Nacional tinha um curso avulso chamado: Curso Permanente de Arquivo. Eu aprendi no Curso noções importantes como documentos são fonte da História. (...) Fui fazer esse curso e ainda consegui que o meu chefe fosse aprender também. Fizemos o Curso em 1964, em 1965 obtivemos o certificado de conclusão do Curso Permanente de Arquivo.”⁷⁷

No Capítulo I observamos que José Honório Rodrigues contou com a assessoria de técnicos europeus e norte-americanos na elaboração do estudo e do planejamento da gestão do Arquivo Nacional. Dentre as ações de assessoramento desenvolvidas por esses técnicos, o

⁷⁷ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

“Relatório sobre o Arquivo Nacional” elaborado por Boulier de Branche tratou de diversos aspectos voltados ao planejamento, gestão administrativa e técnica, sendo destacado por nós, a formação de pessoal. Cabe observar que nesse período iniciava-se na Fundação Getúlio Vargas (FGV) uma experiência pioneira no Brasil: a implantação do primeiro sistema de arquivos e de gestão de documentos, tornando-se referência para outras instituições.

Luiz Simões Lopes⁷⁸ era o Diretor-presidente da FGV e convidou para colaborar nesse projeto Maria de Lourdes Costa e Souza. Professora primária de formação, Maria de Lourdes ingressara no serviço público por meio de concurso para o DASP, onde participara do programa⁷⁹ de capacitação e formação de pessoal em arquivos. Obteve bolsa de estudos para ir aos Estados Unidos. Lá segundo Esposel⁸⁰, “foi aluna de um cidadão pré-Schellenberg”, mas que esboçava os primeiros contornos teóricos do que viria a se transformar na Teoria das Três Idades. Servidores como Maria de Lourdes, Nilza Teixeira, Adolpho Wanderlei, Washington Moura passaram por concursos públicos à época da política de capacitação de pessoal do DASP, obtiveram bolsas de estudos para treinamento nos Estados Unidos e Europa, e no Brasil passaram a transmitir os conhecimentos dessa experiência aos administradores de instituições públicas e de arquivo, ministrando cursos e exercendo funções técnicas e administrativas.

“Quando nós voltamos dos Estados Unidos, o José Honório tinha tomado posse como Diretor do Arquivo Nacional. Ele ficou sabendo do nosso regresso e nos convidou, quis fazer um encontro com os bibliotecários que tinham se especializado na American University e no Arquivo Estadual da Virginia. Nós fomos e eu me lembro bem que o [Adolpho] Wanderlei perguntou a ele: - Mas o senhor quer cuidar do arquivo que o senhor já recolheu, o arquivo histórico do Arquivo Nacional, ou o senhor quer entrar pelo campo da gestão de documentos? Ele disse: - Não, eu quero entrar pelo campo mais moderno. Aí o

⁷⁸ Luiz Simões Lopes recebeu amplos poderes no comando do DASP, durante o Estado Novo, para racionalizar a administração federal por meio de uma reforma do funcionalismo público, introduzindo critérios modernos de recrutamento e promoção que elogiam o mérito como a qualificação básica (BRANDI, 1983 p.134-136).

⁷⁹ Marilena Leite Paes em entrevista a Santos (2008:108) relata que a política de formação dos quadros do DASP avançou em praticamente todas as áreas da administração pública, inclusive na área de arquivo e documentação: “Ele [Luiz Simões Lopes] mandou uma pessoa do Arquivo, que era a Lourdes [Costa e Souza]... Então a Lourdes veio para o DASP para dar aula de noções de Biblioteconomia, de Arquivo. E aí foi que eu aprendi tudo que eu sei de arquivo, que eu comecei a fazer tudo com a Lourdes, e começar da estaca zero.”

⁸⁰ Entrevista concedida em 06/11/2007.

próprio José Honório viajou depois e foi ao Canadá, e concluiu que o Canadá é que tinha o melhor sistema de gestão documental.”⁸¹

No tocante à aquisição, constituição e formação do capital social – entre profissionais que atuavam em arquivos –, cursos de formação técnica em arquivos foram o local de aprendizado, encontro, troca de informações, de reflexão da prática, de problematização do trabalho e de elaboração dos primeiros esboços necessários às políticas públicas voltadas para o campo arquivístico no Brasil. As noções básicas de arquivo que eram empregadas no serviço público brasileiro e nas unidades de arquivo resumiam-se aos sistemas de controle de protocolo e de processos administrativos. Os instrumentos e as técnicas arquivísticas – bases conceituais e empíricas do trabalho de arquivo – giravam em torno do método alfabético e geográfico e as referências teóricas eram o Manual dos Holandeses, traduzido por Adolpho Wanderley, e a Teoria das Três Idades de Schellenberg, traduzido por Nilza teixaira, ambos como resultado dos cursos do DASP.

Para Jacques Mathieu (1990), a prática profissional constitui-se enquanto base de referência para analisar as transformações do campo arquivístico. No período destacado, o profissional de arquivo no Brasil carecia de formação destinada ao cumprimento de tarefas técnicas, executivas e de gestão nos arquivos. Pode-se dizer que, os Cursos de Arquivo do AN em parceria com o DASP possibilitaram o encontro reflexivo sobre a atividade profissional e técnica. Os trabalhos de conclusões dos cursos eram muitas vezes voltados para a elaboração de projetos de melhoria dos próprios ambientes de trabalho dos profissionais de arquivo que participavam do Curso.

“Fiz o concurso para a Câmara dos Deputados e passei... e comecei a trabalhar. Logo de início eu entrei para uma seção chamada Seção de Sinopse, que não era nada menos de que um fichário sistemático de arquivo para dar informação aos deputados, senadores, às pessoas que fossem procurar o andamento dos projetos, requerimentos, todas as proposições da Câmara. Fiz um pedido ao meu chefe e ele foi ao diretor-geral e pediu minha liberação para fazer o Curso no Arquivo Nacional e a Câmara me deu essa oportunidade. Eu vim para o Rio, para o Arquivo Nacional e ao final do curso fiz um relatório eu entreguei ao diretor-geral da Câmara que colocou logo abaixo o despacho: apresente o projeto. E eu

⁸¹ Nilza Teixeira Soares. Entrevista concedida em 29/03/2008.

então fiz o projeto de reorganização da Sinopse. Eu vou te contar que foi um orgulho para mim porque até bem pouco tempo eles guardavam as fichas.”⁸²

A existência de um conjunto de ações do Estado dirigidas aos profissionais de arquivo – cursos, ministração e aquisição de conteúdos técnicos arquivísticos, desenvolvimento de projetos de organização de arquivos setoriais, trocas de experiências – passou a dar ênfase e conferir particularidades ao campo arquivístico. Essas relações aos poucos constituíram forte laço entre alguns profissionais possibilitando a organização das bases da ação voluntária para cooperação no desenvolvimento do campo. Desses encontros, da emergência de uma coletividade, do compartilhamento de consensos estabeleceram-se parâmetros que orientaram questões que foram definidoras para o campo arquivístico nesse período. Nas palavras de Esposel, “foi ao acaso desses encontros que conheci Maria Luiza Dannemann”. Esse fato, de acordo com Esposel, foi muito importante, pois estreitou laços colaborativos entre profissionais de arquivo que passaram a se reunir, debater e participar de reuniões com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia no Brasil.

“Ela estava aposentada, mas um dia foi convocada pelo serviço público para fazer uma preleção sobre a importância dos arquivos em uma reunião dos secretários estaduais de administração de todo o país, promovida pelo Ministério da Fazenda, que incluiu entre as matérias o problema dos arquivos. E ela então me chamou, disse que ia falar um pouco e depois eu falaria (...). E me saí bem, tanto que depois me chamaram para outras coisas. Isso por volta de 1968.”⁸³

As experiências adquiridas no DASP, nos cursos no exterior, no CPA, no contato com técnicos e pesquisadores estrangeiros talharam gradativamente uma visão monolítica sobre a importância técnica do trabalho arquivístico no Brasil. Se por um lado, a ação individual e coletiva dos profissionais de arquivo (tal qual a ação institucional por meio da administração pública) se encontravam determinadas pela busca de soluções para os fazeres arquivísticos, de outra forma, as ações individuais se converteram nitidamente em puro reflexo imediato dos anseios das estruturas gerais e institucionalizadas do campo: os arquivos. Os profissionais de arquivo e as ações individuais que foram desencadeadas com a criação da AAB representaram

⁸² Astréia de Moraes e Castro, entrevista concedida em 29/03/2008.

⁸³ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

naquele momento uma espécie de síntese das condições nas quais se encontravam pessoal, conhecimento técnico, instituições de arquivo etc., o que acabava por confundir a pauta institucional da política pública com o anseio corporativo dos profissionais de arquivo.

Historicamente as reflexões do campo arquivístico estavam circunscritas às instituições arquivísticas e vinculadas basicamente às necessidades de resolução dos problemas que se impunham no cotidiano dessas instituições quanto ao tratamento dos seus acervos documentais arquivísticos. Com a fundação da AAB houve, todavia, mudanças relevantes no campo da ação coletiva, pois um novo tipo de ator social com alto potencial articulador e estratégico ganhou notável centralidade e posicionou-se enquanto movimento pela sua capacidade de agregação de demandas e de coordenação da atuação de outros atores.

Para Vivas Moreno (2004:91), uma das características do desenvolvimento arquivístico, a partir da metade do século XX, é o aumento do associativismo profissional e sua importante função na condução de ações destinadas à formação técnico-científica para o exercício das atividades laborais nos arquivos. O associativismo entre os profissionais de arquivo, novo agente do campo arquivístico, foi articulador do grupamento de pessoas que atuavam no mesmo setor de atividade e constituiu significativa manifestação de emergência e afirmação da profissão de Arquivista na década de 1970 no Brasil.

“Aqui eu peguei todas aquelas minhas agendas lá naquele cantinho, você está vendo quantas são!? Ainda tem mais dez, aquelas na prateleira logo acima. Bem... vejamos... 1971, encontrei! Onde eu tenho aqui no dia 14 de abril, primeira reunião sobre arquivos. Bases para fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Fomos dezoito nessa reunião que organizou todo o processo de fundação da AAB. Consegui o apoio inestimável de Marilena, de uma colega nossa que tinha sido quase que madrinha da Marilena na organização do arquivo dela, que chamava-se Maria de Lourdes Costa e Sousa, uma senhora já de idade, muito animada, muito competente, que tinha sido aluna de um cidadão pré-Schellenberg lá nos Estados Unidos. E de mais algumas pessoas que você vai ver nos primeiros números da Revista *Arquivo & Administração* e fundamentalmente nos anais do I, II e III Congresso Brasileiro de Arquivologia.”⁸⁴

⁸⁴ José Pedro Pinto esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

Dos lugares de reflexão sobre o campo arquivístico no Brasil, a AAB, durante os anos de 1970, se caracterizou pelas ações destinadas ao reconhecimento profissional, à dignificação da identidade do campo e do arquivista e ao desenvolvimento técnico, científico e trabalhista da arquivística. Segundo Santos (2008:125), a AAB cumpriu nesse período, com relevante destaque, papel central na “institucionalização da arquivística no país”. O associativismo entre os profissionais de arquivo – arquivistas, bibliotecários, historiadores, advogados, administradores etc. – constituiu por meio da criação da AAB uma comunidade que procurou compartilhar de um mesmo projeto. A ação social coletiva que emerge naquele momento organizada em torno da AAB, evidencia determinadas crises e restrições institucionais na disposição do campo arquivístico. Podemos afirmar que uma característica da segunda metade do século XX, conforme Quadro 1, foi o aumento do número de associações de arquivistas e a função que exerceram para as políticas públicas destinadas ao campo arquivístico em seus países e regiões.

4.1 A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB

“Na falta de uma centralização ou de uma coordenação administrativa que abranja a totalidade dos arquivos do Brasil, existe no país, desde 1971, um órgão não-oficial que assume função notável neste campo. Trata-se da Associação dos Arquivistas Brasileiros.” Michel Duchein⁸⁵

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, sociedade civil de direito privado, fundada em 20 de outubro de 1971, desempenhou papel fundamental na cooperação com o Estado, para a institucionalização do curso de superior de Arquivologia e a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivo. Orientada pelos objetivos corporativos de dignificar a profissão de Arquivista e colaborar no desenvolvimento da Arquivologia, promoveu ações entre os profissionais de arquivo na condição de afirmação e valorização estratégica do campo arquivístico. A AAB surgiu, nas palavras de Esposel, a partir de um “grupo de pessoas dispostas, conscientes, experimentadas, solidárias por uma causa: os arquivos brasileiros”.

⁸⁵ Ver FONSECA, 2005:67.

Reunidos no sétimo andar da Avenida Rio Branco, 120, Galeria dos Empregados do Comércio, no dia 14 de abril de 1971, profissionais de arquivo que trabalhavam em instituições com acervos documentais de diversas naturezas deram os primeiros passos para a fundação da AAB. Naquele dia estava deflagrado o processo de emancipação dos profissionais de arquivo (arquivistas e técnicos de arquivo) identificados com as atribuições e funções arquivísticas. A busca de soluções para os arquivos brasileiros, a afirmação da atividade arquivística e a legitimação do exercício da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo ganhou um novo agente da transformação do campo: a Associação dos Arquivistas Brasileiros.

A avaliação da necessidade de institucionalização da ação entre profissionais de arquivo e o modelo de entidade que seria a unidade de enquadramento dessas ações – uma associação profissional – deveria assumir a adequada medida jurídica, flexível o suficiente para proposição e gerenciamento dessas ações, o que pressupunha uma tipologia própria para comportar objetivos e finalidades institucionais. A AAB foi fundada sob a perspectiva de cooperação dos profissionais de arquivo junto aos órgãos governamentais, entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionava com os arquivos e a Arquivologia.

O regime de direção na maioria das associações é presidencialista, podendo optar por um conselho consultivo como instância de deliberação juntamente com a Assembléia dos associados. Contudo, algumas associações encontram dificuldades na sucessão de seus quadros de direção, por isso são repetidos os casos onde apresentam um rodízio entre os membros que já estiveram ou estão na direção das associações, na sua maioria fundadores. “Helena Machado foi a terceira, o Esposel foi dois períodos, depois foi Helena, depois fui eu. Porque no núcleo, núcleo fechado, era o Esposel, Helena Machado, eu [Marilena Leite Paes], Lourdes, Regina Vieira... foi um grupo de idealistas que se reuniu na hora certa, no momento certo e com as pessoas certas” (SANTOS, 2008:126).

“Como lideranças destacaram-se na AAB não apenas seus presidentes, bem como outros profissionais ocupantes de cargos na entidade desde a sua fundação” (JARDIM, 1995:109). Quer dizer, a AAB era uma reunião de vontades, colaborativa e voluntária, o ponto médio, o ponto de encontro, e ao mesmo tempo a novidade entre os profissionais que atuavam em arquivos, sobretudo, arquivos de instituições públicas. A década de 1970 – ao contrário dos anos de 50 e 60 no qual houve durante a gestão de José Honório Rodrigues uma propulsão de ideais e ações

para o desenvolvimento do campo arquivístico – caracterizou-se como um período em que o Arquivo Nacional “vivia um processo de descaracterização, perda de prestígio e capacidade de intervenção na formulação de políticas públicas para o campo” (SANTOS, 2008:125).

Para Gohn (2004), as associações civis de direito privado apresentam elevado grau de autonomia política. A AAB pugnava contribuir nos processos de institucionalização do campo arquivístico por meio de objetivos concretos, fundamentando sua discursividade e práxis com sólidos conhecimentos da técnica e dos postulados arquivísticos. O contato de seus fundadores [da AAB] nos cursos do AN e DASP com pesquisadores e técnicos estrangeiros, desenvolveu a noção da necessidade de salvaguarda do patrimônio documental arquivístico nacional.

“Foi nos cursos avulsos do DASP, que descobri o grupo liderado por José Pedro Pinto Esposel. Eu fui muito bem recebida, eu já era Diretora da Divisão de Documentação do Estado da Guanabara... havia outras pessoas, a Marilena Leite Paes e a Maria de Lourdes Costa e Souza da Fundação Getúlio Vargas, tinha várias pessoas que já entendiam daquilo e eu me aproximei desse grupo porque eu queria aprender sobre as técnicas arquivísticas, minha formação era de bibliotecária. E fiquei muito encantada com o grupo, e a liderança do Esposel era muito boa e estavam dispostos a dar, a contribuir. Nunca ninguém perguntava diante de uma missão que recebida quanto ia ganhar, isso eu achei formidável, não há como esquecer... e então começamos a trabalhar.”⁸⁶

De abril a setembro de 1971, foram frequentes as reuniões que tinham como pauta instituinte a missão da AAB, seus objetivos e finalidade, conforme nos relatou Esposel: “Então, de abril até setembro mais ou menos tivemos estabelecendo estatuto, missão, objetivos... seria uma associação então para valorizar e dignificar o trabalho em arquivo, da importância dos arquivos e fundamentalmente do Arquivista”. Foram meses de trabalho à margem da institucionalidade, de forma voluntária, que avaliaram a extensão do campo arquivístico no Brasil o que permitiu argumentar com a organização estatal, dita racional, legal e legítima para tratar dessa pauta. A AAB foi integrando, a partir de então, à esfera pública, outra forma de racionalidade sobre o campo arquivístico, de modo planejado, questionando a racionalidade de algumas irracionalidades (o descaso com as políticas de arquivo), a legalidade de algumas injustiças (o exercício pleno da cidadania carece do acesso à informação pública), a legitimidade

⁸⁶ Helena Corrêa Machado, entrevista concedida em 19/02/2008.

de algumas formas de dominação (não apenas às estruturas do Estado cabia o papel de refletir sobre a salvaguarda dos arquivos brasileiros).

“Aos 20 dias de outubro de 1971 na Praça da República, número 26, no Salão do Arquivo Nacional, nesta cidade do Rio de Janeiro – Estado da Guanabara, na presença do dr. Raul do Rêgo Lima, diretor do Arquivo Nacional, prof. dr. José Pedro Pinto Esposel, Maria Luiza Dannemann, Regina Alves Viera, Maria de Lourdes Costa e Souza, Marilena Leite Paes, Wilma Schaefer, Sr. Fernando de Campos Salinas (...) teve início às 17 horas, a Primeira Reunião da Assembléia Geral da Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), para discutir a seguinte agenda: (...) discussão e aprovação dos estatutos; eleição para preenchimento dos cargos estatutários.” (LIVRO DE ATAS, AAB 1971:3)

A escolha da data para fundação da AAB – que passou em 1975 a se comemorar também o Dia do Arquivista –, bem como seu local para realização da Assembléia, aproximam público e privado de modo simbólico já que, não por acaso, no dia 20 de outubro de 1823 foi proposto a existência de um Arquivo Público ao Projeto da Constituinte do Império. “Portanto, a Diretoria da AAB⁸⁷, diante da importância do fato histórico relatado, escolheu o dia 20 de outubro para consagrar aos profissionais de Arquivo.” Essa decisão, com forte conotação política do núcleo fundador, é ancoragem necessária para objetivação de finalidades institucionais, uma espécie de legitimação simbólica, para que a AAB participasse junto com o Estado nos processos de institucionalização do campo arquivístico. Da relação entre AAB e o Arquivo Nacional, podemos dizer que houve uma racionalidade recíproca constituída de intencionalidades particulares tendo por vezes interesses convergentes e noutros algum tipo de embate ou até mesmo oposição.

Contribuir em favor dos arquivos brasileiros nos apresenta claramente duas orientações definidas, que de nenhum modo são excludentes entre si. Estado e associativismo profissional, cada qual ocupando seu respectivo lugar de fala, nos anos de 1970, cooperaram nas ações de desenvolvimento e nos processos de institucionalização do campo arquivístico. Segundo Jardim (1995:77), “uma das marcas iniciais da AAB, ou seja, suas relações viscerais com o Estado, evidencia-se, por exemplo, no fato de, até o final dos anos 70, a AAB ter sua sede no Arquivo Nacional”, conforme atesta uma de suas fontes entrevistadas (E-8):

⁸⁷ Ver Revista *Arquivo & Administração*, n.3, v.3, 1975.

“O Arquivo Nacional e a AAB eram quase como se fosse uma coisa só. Começa a haver um certo distanciamento no final da gestão do Dr. Raul (Lima). Acho que houve divergência (...) — eu não me lembro exatamente quais os aspectos — mas um início de atrito. (...) E a Associação, com isso, já estava com sua sede estabelecida dentro da Fundação Getúlio Vargas. Com isso, teve condições de ir rompendo com esse cordão umbilical. O Dr. Raul fazia parte da primeira diretoria, tinha verbas que destinava aos Congressos, era tudo muito embricado. (...) Embora a Associação tivesse no seu bojo, já nas décadas de setenta e oitenta, arquivos empresariais como temário de cursos, a ligação da Associação estava muito mais presente com os arquivos históricos, porque ela tinha, no seu seio diretivo, das pessoas que eram mais participativas, pessoas que vieram da administração pública, lidando com a questão patrimonial. (...) a Associação nasce sob a égide do Estado, com sede no Estado, com apoio para o seu desenvolvimento.” (JARDIM, 1995:77)

A análise da ação política, nomeadamente da ação de reivindicação pela igual capacidade do associativismo profissional perante o poder público de definir seus espaços de ação, configura a possibilidade de uma organização do campo arquivístico em momento algum da história de institucionalização do campo observada no Brasil. A intervenção no espaço da política pública pela ação associativa evidenciou uma manifestação e legitimação de uma força que emergiu para o campo arquivístico tendo como elemento central o profissional de arquivo, constituiu forma específica de discursividade e poder.

“Bom... você com essas perguntas me leva ao período realmente quixotesco, era um sonho, mas não ficou só no sonho. Nós trabalhávamos com objetivo da realidade, até que eu chamo que nós tínhamos uma alma de Dom Quixote e a mente de Sancho Pança que representa simbolicamente a realidade dos moinhos de vento do Dom Quixote. Mas foi uma época maravilhosa porque nós estávamos imbuídos no sonho de elevar a reputação, o conceito dos que trabalhavam nos arquivos que era lamentavelmente desconhecido. Não só pela massa, pela comunidade, como também e principalmente pelos governantes, pelas pessoas que tinham que saber por que pagavam, porque admitiam. A profissão já se configurava, mas sem conceito nenhum, aliás com conceito errôneo.”⁸⁸

⁸⁸ Helena Corrêa Machado, entrevista concedida em 19/02/2008.

O Estado não concentra em si todo o poder e, neste sentido, a sociedade civil pode ser encarada, e especialmente nos períodos de crise institucional, como o lugar onde se desenvolvem processos de “deslegitimação e de relegitimação das decisões” do poder estatal (Bobbio, 1982). O campo arquivístico em definição passou a ser o lugar onde se desenvolviam relações de institucionalização, mas também de desinstitucionalização de práticas e noções do senso comum. Quando se observa nos objetivos da AAB as aspirações para além das questões corporativas, há uma preconização de encontro com a institucionalidade da política pública, responsabilidade até então apenas do Estado.

“Diz o Estatuto aprovado na Assembléia de fundação da AAB, 20/11/1971, no seu artigo 2o., a AAB, criada para dignificar socialmente a profissão, tem por objetivos: (a) manter e estreitar os vínculos de amizade e sociabilidade entre seus membros; (b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos mesmos; (c) cooperar com o Governo e organizações nacionais, estrangeiras ou internacionais, públicas ou privadas, em tudo que se relacione com arquivos e documentos; (d) estabelecer e manter relações com associações análogas; (e) participar de todos os eventos que se relacionem com suas atividades; (f) organizar ciclos de estudos, conferências, certames, exposições, cursos seminários e mesas-redondas para maior difusão e aperfeiçoamento do trabalho do arquivista; (g) enaltecer os méritos de seus associados e de pessoas que tenham realizado trabalhos em seu favor e/ou da profissão; (h) promover por todos os meios a valorização do trabalho de arquivo, considerando a sua importância administrativa e cultural; (i) pugnar por uma legislação nacional sobre Arquivos, tendo em vista a sua importância administrativa e cultural.”

Na Ata de fundação da AAB⁸⁹ “foi encaminhada à Mesa a seguinte chapa de candidatos do Conselho Deliberativo e Fiscal, cujos integrantes presentes se identificaram: Dr. Raul do Rêgo Lima, Prof. José Honório Rodrigues...” Quer dizer, um ex-Diretor e o Diretor em exercício do AN, demonstraram a intencionalidade de participar da AAB (fato importante na formação da estrutura democrática do poder político da associação), o que por sua vez evidencia a proximidade de relações que passariam a existir entre AN e AAB.

“Tivemos o apoio do diretor do Arquivo Nacional na época, doutor Raul do Rêgo Lima, um homem inteligentíssimo, calmo, tranqüilo, competente e muito

⁸⁹ Ver Livro de Atas, n.1, AAB, página 5.

considerado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tinha sido jornalista de vários jornais, inclusive Jornal do Brasil. Então, no salão nobre do Arquivo Nacional, na noite de 20 de outubro de 1971, foi fundada a Associação dos Arquivistas Brasileiros, e lá mesmo, na hora, estávamos em Assembléia Geral, convidamos muita gente, foi eleita a primeira diretoria para um biênio, 71 a 73, eu fui reeleito e novamente depois, de 73 a 75. Então esses quatro, são quatro anos, vamos dizer fundamentais nessa história.”⁹⁰

A fundação da AAB evidencia que ocorreram nos processos de institucionalização do campo arquivístico um processo dialógico permanente entre Estado e sociedade civil. Nos anos de 1970, esse movimento pendular, que se desloca no espaço social, político, institucional, e porque não dizer, mundial, oscilou de projetos e reivindicações à sanção ou arquivamento. Vale salientar ainda que, mesmo nesse contexto, o associativismo entre os profissionais de arquivo soube utilizar-se da conjuntura política e demonstrou sua capacidade de construção identitária por meio de projetos de institucionalização para o campo arquivístico. Essa dinâmica é mediada, sobretudo pelo espaço social e a memória de seus atores.

Por quatro séculos, Estado e sociedade no Brasil careceram de uma consciência do valor real de seus arquivos. Conheciam sua utilidade apenas quando precisam de seus serviços, por isso não se limitava a institucionalização do campo arquivístico na década de 1970 única e exclusivamente ao exercício do trabalho arquivístico. A emergência de uma consciência crítica arquivística, organizada na forma de associativismo, propôs um plano progressivo para a institucionalização do campo arquivístico.

“Um dos fatos significativos que ocorreram, nos últimos tempos, em matéria de arquivos foi a iniciativa de arquivistas se associarem, contribuindo assim para a valorização da profissão que tem, nos quadros do serviço público, um tratamento nada lisonjeiro. O Arquivo Nacional deu todo apoio e estímulo à criação da Associação (...) A AAB, sob presidência do Prof. José Pedro Esposel, da Universidade Federal Fluminense e do nosso Curso de Arquivo, teve tão boa receptividade, por seu programa de defesa de interesses profissionais, que logo se viu encorajada a promover um congresso. Atendendo a que é nossa intenção [do Arquivo Nacional] promover uma conferência dos arquivos brasileiros, com

⁹⁰ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

participação verdadeiramente institucional, o que vai se realizar em outubro será de Arquivologia.”⁹¹

O núcleo fundador da AAB atuou como agente principal nos processos de institucionalização do campo arquivístico na década de 1970. Entretanto, organizar a ação de institucionalização custou à AAB a pavimentação gradativa para realização de seus objetivos. Já na fundação havia uma orientação nesse sentido: “além dos congressos [CBA], da revista [Arquivo & Administração] também, os cursos inúmeros que nós demos logo nesses primeiros momentos contribuiu bastante para apresentar a AAB à sociedade e aos governantes.”⁹²

Cursos

Promovido pela AAB, realizou-se na semana de 15 a 19 de março, no horário de 9 às 12,30 horas, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o **Curso de Técnicas de Arquivo**, ministrado pelo professor Dr. Frank B. Evans.

O Curso teve como objetivo oferecer a professores, dirigentes e demais profissionais da área, informações sobre administração de arquivos, aproveitando a experiência do professor americano integrante da cúpula do Arquivo Nacional dos Estados Unidos e prestes a assumir a Assessoria Técnica de Arquivos da UNESCO.

A explanação foi feita em língua inglesa, com tradução pelas professoras Lourdes Costa e Souza, técnica em arquivologia e Virginia Newton Mounce, da Pan American University, Edinburg, Texas.

Ao final de cada palestra foram feitos resumos pelo professor José Pedro Esposel, com debates pelos participantes.

Estiveram presentes ao curso, 61 representantes das mais conceituadas empresas e órgãos públicos, tais como: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Espírito Santo, Arquivo Público de São Paulo,



Aspecto dos participantes em aula, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.



O Prof. Frank B. Evans proferindo uma de suas palestras, no Rio de Janeiro, ladeado pelas Prof^{as} Virginia Mounce e Lourdes Costa e Souza.

A & A 21

Figura 1: Revista *Arquivo & Administração* v.3, n.4, 1976, p.21.

⁹¹ Discurso de Abertura do I Congresso Brasileiro de Arquivologia. *União e valorização profissional do Arquivista*. Raul do Rêgo Lima, Diretor do Arquivo Nacional. Anais do I CBA.

⁹² José Pedro Pinto esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

4.2 Planos e projetos: da ação à formação de uma comunidade do campo arquivístico.

“Havia uma idéia muito grosseira, um senso comum da noção de que arquivo era para guardar documentos, tirar o pó, e vez por outra emprestar e mais, era assim uma vidinha sonolenta de arquivo, era essa a idéia.”⁹³

Promover um grande debate público da necessidade de valorização do campo arquivístico naquilo que compreendia os objetivos da AAB. Esse foi o desafio que conduziu a organização de projetos e estratégias que visavam estruturar o pensamento concreto da ação através da construção de projetos de interesse para o campo arquivístico como meio de transformar as condições materiais e políticas que se encontrava o campo e principalmente a profissão de arquivista. É sob essa ótica que pensamos a ação associativista desempenhada pela Associação dos Arquivistas Brasileiros a partir de 1971, destinada a realizar os esforços necessários para o desenvolvimento e institucionalização do campo arquivístico. Ações que incorporaram diversos elementos da vida cotidiana (informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens), num mosaico de informações que constituíram uma pauta de mobilização de esforços da Associação. Fonseca (2005:67) observa que a AAB “exerceu indiscutível liderança nas conquistas” alcançadas entre 1971 e 1978: os congressos brasileiros de arquivologia, o primeiro periódico brasileiro especializado na área, os cursos de arquivologia em nível superior e a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.

As representações sociais, enfim, articulam conteúdos e processos. A AAB ao perseguir sua missão pavimentou durante os anos de 1970, projetos de formação de uma forte identidade e valorização da atividade arquivística, de compreensão de suas demandas frente às opções governamentais e de construção efetiva de uma nova institucionalidade pública, que considerasse seu ideário e imaginário social e suas formas de produção social. A capacidade de formulação de políticas públicas e controle social da atividade arquivística ficaram durante anos delegados exclusivamente ao Estado e, portanto, submetidos aos interesses e conflitos das estruturas de poder dominante da nação. Assim configura-se nossa direção de trabalho: os processos da ação coletiva dos profissionais de arquivo como agentes de poder integraram parcela significativa da institucionalização do campo arquivístico.

⁹³ Helena Corrêa Machado. Entrevista concedida em 19/02/2008.

Os projetos e programas colocados em curso por meio da ação dos profissionais de arquivo reunidos na AAB atuaram na produção mesma da modernidade necessária ao campo arquivístico no Brasil, sem abrir mão da idéia de função e capital social enquanto dados motivadores daquela iniciativa voluntária. Afinal, a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades técnicas e a apreensão de conceitos particulares do campo arquivístico, conferia ao arquivista seu capital social. Mas era preciso reunir pessoas, ampliar o debate, estabelecer marcos, encaminhar moções ao poder público. Era preciso constituir uma comunidade do campo arquivístico no Brasil.

“Antes de terminar o ano de 71, eu chamei a diretoria e falei assim: - Olha, quero propor a vocês a realização de um congresso de arquivologia. Eu digo sempre que amenizo um pouco a reação: *ah, mas que coisa difícil, coisa prematura, não Esposel? Que coisa maluca, como é que vamos fazer um congresso, estamos ainda começando, como é que...* Mas afinal ficaram animados, e passamos o ano todo de 1972 preparando esse congresso que afinal foi realizado em outubro, no Palácio Tiradentes, que é ali perto da Praça XV, e no hotel Serrador, a parte de arquivos médicos, foi uma segunda parte, temas gerais e tem uma de arquivos médicos...”⁹⁴

As iniciativas voltadas ao desenvolvimento e à institucionalização do campo arquivístico no Brasil, pode-se assim dizer, resultaram de processos de negociação política e argumentação técnica predominantemente. Esses elementos podem ser identificados, com maior nitidez a partir dos anos de 1950, quando OEA e UNESCO insistiam junto ao Governo brasileiro sobre a necessidade de um programa de incentivo e melhoria dos arquivos. Dentre essas iniciativas, o aprimoramento de pessoal da administração pública por meio de ações de capacitação possibilitou o contato com as correntes de pensamento que formulavam seus ensaios conjugando aspectos técnicos e científicos do campo arquivístico. Essa relação foi fundamental para a estruturação de um discurso capaz de promover a sensibilização e o convencimento de lideranças políticas e da administração pública. Como afirma Esposel (1994:39),

“Visam esses Cursos a formação de especialistas, preparando-os para o desempenho das atribuições relacionadas à moderna técnica de arquivos, administração de documentos e Arquivologia, incluindo esta última, parte de um

⁹⁴ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

estudo sobre o arquivo público e sua função em face da História e da administração do país.”

Os cursos de formação no exterior e o contato com pesquisadores e profissionais estrangeiros no CPA formaram um grupo de excelência técnica que traduziu bibliografia especializada, ministrou cursos e que era capaz de aglutinar em torno de suas ações aqueles profissionais ligados ao campo arquivístico. Muitos desses profissionais desde o primeiro momento integraram a AAB e tinham clareza de que seria necessária a criação de canais extensivos a todo território brasileiro. O CBA e a Revista serão os primeiros veículos utilizados para o encontro da comunidade arquivística e o seu canal de comunicação.

4.2.1 Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA

O CBA foi a primeira experiência nacional voltada para a constituição de uma comunidade do campo arquivístico, tendo por finalidade discutir os problemas dos arquivos, divulgar informações técnicas, promover o conagraçamento entre os interessados e estudar e tornar conhecida a situação dos arquivos médicos no Brasil⁹⁵. Idealizado e promovido pela AAB, contou com o patrocínio do Governo, por meio do Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e da Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Programas Especiais (FAPPE) – Ministério da Saúde, e da iniciativa privada, Jornal *O Globo* – Organizações Globo S.A.

A abertura do I CBA⁹⁶ foi feita pelo Prof. Esposel, a saudação aos participantes coube a Chefe do Arquivo da Fundação Getúlio Vargas, Marilena Leite Paes e participaram também o diretor do Arquivo Nacional, Raul do Rêgo Lima que presidiu a mesa (na ocasião representou o Prof. Alfredo Buzaide, então Ministro da Justiça), o Secretário de Finanças do Estado da Guanabara, Heitor Brandon Schiller (representando o General Gentil João Barbato), o Superintendente da Polícia de Segurança do Estado da Guanabara, Prof. Lincoln Júlio de Mesquita e o representante no Brasil da Organização dos Estados Americanos – OEA. Nas palavras de Mbá de Ferrante, Diretor do Arquivo Público do Paraná, o I CBA representava

⁹⁵ ANAIS, I CBA. Regimento do I Congresso Brasileiro de Arquivologia. 1972, p.34.

⁹⁶ A abertura foi no dia 15 de outubro de 1972, às 20h, no Plenário do Palácio Tiradentes, cidade do Rio de Janeiro.

“uma oportunidade rara, muito sonhada que se concretiza mercê de um grande esforço da AAB, que marca assim, com uma pedra branca, a sua primeira realização de âmbito nacional, atendendo anseios de todos aqueles, que, como nós, lutando em nossos Estados no campo esquecido e desamparado da arquivístico, pleiteamos, apenas, um ligar ao sol. O que desejamos? Dar à arquivística a posição que ela reclama no Brasil (...). Para que cerrem fileiras em torno dos ideais da associação dos Arquivistas Brasileiros, pois só unidos poderemos conclamar ao Brasil, que os arquivistas existem, e lutam como tantos outros, por um ideal dos mais nobres, dos mais sadios, dos mais patrióticos.”⁹⁷

Os Congressos criaram as condições necessárias para promover oportunamente na década de 1970 uma comunidade do campo arquivístico. “Aproximando-nos uns dos outros, aumentará, por certo, em todos nós, a consciência da importância dos arquivos para o Brasil.”⁹⁸ De acordo com Esposel, havia naquele momento uma melhor sensibilidade do poder Executivo sobre a matéria de arquivos, pois o Ministro da Justiça indicara o Arquivo Nacional para inseri-lo na ampla reforma da administração federal⁹⁹. À AAB coube a ação voltada para sensibilização das autoridades do poder público, empresários, profissionais de arquivo (arquivistas, bibliotecários, documentalistas, pesquisadores, administradores, médicos, jornalistas e estudantes) e o I CBA consagrou o encontro e a conjugação desses interesses.

“Não cause surpresa a diversidade de profissionais que se reúne em um conclave de arquivologia. Afinal a todos serve o arquivo e de todos espera uma atitude decisiva pela sua valorização”. Esse é o sentimento e a racionalidade que Esposel¹⁰⁰, no discurso de abertura do Congresso, em 15/10/1972, evoca perante profissionais de arquivo, poder público, empresários e a imprensa brasileira. Sessões plenárias, mesas-redondas e painéis de debates, abordaram temas específicos de interesse para o campo arquivístico e se complementaram com atividades de caráter cultural e uma feira de negócios. A conjugação de todos esses elementos traduziu-se numa manifestação de apoio, incentivo ao desenvolvimento do campo arquivístico com como elemento integrador da atividade econômica, social, política e cultural do País.

⁹⁷ ANAIS, I CBA, p. 23-24.

⁹⁸ ANAIS, I CBA, p.22.

⁹⁹ ANAIS, I CBA, p.30.

¹⁰⁰ ANAIS, I CBA, p.47.

A ação estratégica da AAB, na organização de um Congresso, cuja audiência atinge o número de 1.300 participantes logo na sua primeira edição, caracteriza bem uma demanda reprimida de interesses seja do poder público, do empresariado, dos profissionais de arquivo e da sociedade. Os conteúdos que foram abordados no I CBA já apontavam para os projetos e as reflexões que se realizam dentro da AAB. O sistema nacional de arquivos, o currículo mínimo, a publicação da revista, a regulamentação da profissão, a terminologia arquivística, questões práticas e técnicas do dia a dia dos arquivos. Todos esses assuntos que determinaram a pauta da década de 1970 no campo arquivístico já se faziam presentes no I CBA.

“Então nos nossos congressos a gente convidava governantes para dirigir as mesas e diplomaticamente inseríamos assim certos conceitos arquivísticos para não parecer para eles que estávamos ensinando as autoridades. A gente maneirava digamos, essa era a idéia, e sempre conseguíamos alguma coisa. Mas a massa, nossos colegas de profissão não tinham ainda, essa era a realidade. Nós mesmos [da Diretoria da AAB] lentamente absorvemos essas idéias, essas noções [da Arquivística] que naturalmente passaram a ser mais rotineiras na associação.”¹⁰¹

A presença do Senador Petrônio Portella, político afeto ao campo do patrimônio cultural e da historiografia, prestou inegável apoio para a realização do I CBA. Com uma programação ampla e diversificada, o I CBA se inicia com o discurso de Maria de Lourdes Costa e Sousa ressaltando a importância do debate que as autoridades tinham que promover sobre a necessidade de uma lei de arquivos para o Brasil, sendo exemplo o Projeto do SINAR de 1962. Um projeto que teve forte influência de organismos multilaterais (OEA e UNESCO) sobre a abordagem e a resolução de problemas afetos ao campo arquivístico, da documentação e da comunicação.

“No plano externo, é igualmente significativo que os organismos internacionais, do continente e mundial, (...), tenham decidido articular-se num programa de desenvolvimento dos arquivos latino-americanos. Está redigida, para ser submetida aos colegiados deliberantes, a Carta dos Arquivos Americanos, contendo recomendações, algumas das quais o nosso País já está cumprindo e outras para cuja execução este Congresso muito contribuirá.”¹⁰²

¹⁰¹ Helena Corrêa Machado. Entrevista Cconcedida em 19/02/2008.

¹⁰² Revista *Arquivo & Administração* v.2, n.1, p.21, 1975.

A AAB, por meio do I CBA, possibilitou que fossem tratados temas específicos de interesse do campo arquivístico no Brasil. Pela primeira vez uma associação corporativa congregou autoridades, políticos, pesquisadores e profissionais em torno da pauta arquivística. Quer dizer, além de retomar uma pauta desenvolvida dentro do Estado (SINAR), apresentou novos debates como o projeto de currículo mínimo para os primeiros cursos de graduação em Arquivologia. Essa questão é fundamental na regulamentação da profissão, já que eleva a atividade técnica ao nível superior de formação acadêmica, fixada como exigência para o devido exercício da profissão.

As programações dos CBAs [I, II e III] contavam com uma atmosfera favorável ao debate de apresentação de soluções às mais variadas questões afetas ao campo arquivístico. Moções, deliberações, encaminhamentos eram conteúdos políticos próprios aos Congressos desse período. Alguns dos encaminhamentos já apontavam como elementos definidores do escopo temático dos Congressos.

“1 – Insistir na campanha para criação do Sistema Nacional de Arquivos, visando torná-lo um subsistema do Sistema Nacional de Informações, recomendado pela UNESCO, como fator preponderante do desenvolvimento sócio-econômico dos países membros dessa organização.

(...)

9 – Que a Associação dos Arquivistas Brasileiros expresse ao Conselho Internacional dos Arquivos congratulações e votos de êxito à iniciativa de criação do Fundo Internacional de Desenvolvimento dos Arquivos dos países do Terceiro Mundo, que se realizará em Dacar de 25 a 28 de janeiro de 1975.

10 – Concitar a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) no sentido de promover, tão logo lhe seja possível, o Ano Internacional dos Arquivos.

(...).”¹⁰³

¹⁰³ ANAIS, I CBA, p.168.



Mesa de abertura do 2º Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Dr. José Borges Neto, representante do Secretário Geral do Ministério do Trabalho.

Sra. Yeda Virginia Castro, representante do Secretário de Educação e Cultura do estado do Rio Grande do Sul.

Dr. Mario Romeu De Lucca, representante do governador do Estado de S. Paulo.

Sra. Laura Garcia Moreno Russo, presidente da FEBAB.

Prof. José Pedro Pinto Esposel, presidente da Associação de Arquivistas Brasileiros.

Dr. Raul Lima, diretor do Arquivo Nacional.

Prof. Aurelio Tanodi, Diretor da Escola de Arquivistas de Córdoba e Diretor do Centro Interamericano de Formação de Arquivistas da OEA

Figura 2: Revista *Arquivo & Administração*, v.4, n.1, 1975.

Os CBAs tiveram papel interno e externo nos processos de institucionalização do campo arquivístico. Por meio dos CBAs houve o fortalecimento da AAB junto aos profissionais de arquivo, muitos passaram inclusive a integrar enquanto associados o quadro social da AAB, instituições, entidades, organismos multilaterais e empresários. Espaço que se caracterizou por aprofundar questões concernentes às finalidades da associação como também para debater a política pública de salvaguarda do patrimônio cultural, os documentos de arquivo. A idéia apresentada pela AAB para realização do Ano Internacional dos Arquivos, no II CBA foi reformulada pela UNESCO, e em 1979, foram realizadas as Semanas Internacionais de Arquivos, de 1º de outubro a 15 de dezembro nos diversos países membros do ICA¹⁰⁴.

¹⁰⁴ “O Presidente da AAB, Prof. José Pedro Pinto esposel, recebeu do Sr. Secretário Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, Sr. Charles Kacsckeméti, correspondência acusando recebimento de proposta para criação do ANO INTERNACIONAL DOS ARQUIVOS, informando também ter encaminhado cópia do proposto para a Diretora do Departamento de Documentação, Bibliotecas e Arquivos da UNESCO, Sra. Célia R. Zaher.” Revista *Arquivo & Administração* v.4, n.2, 1975.

Quadro 2: Congressos Brasileiros de Arquivologia promovidos pela AAB

(1972 – 1979)

Congresso	Temas Gerais	Ano	Local
I CBA	<p>Sistema Nacional de Arquivos; A formação e a profissão do Arquivista no Brasil; Terminologia arquivística; As modernas técnicas aplicadas nos arquivos; A importância dos arquivos para a pesquisa histórica; O valor do arquivo na administração; A significação dos arquivos para as atividades técnico-científicas;</p> <p>Temas especiais: Arquivos médicos.</p>	1972	Rio de Janeiro/RJ
II CBA	<p>Conservação e restauração de documentos; Critérios para eliminação de documentos; A importância dos arquivos na empresa; Arquivos hospitalares; Os arquivos de imprensa.</p>	1974	São Paulo/SP
III CBA	<p>Política Brasileira de Arquivos / Plano Nacional de Cultura; Recursos humanos na área de arquivo; Teoria das Três Idades de arquivo; Conservação e restauração de documentos; Automação e microfilmagem nos arquivos.</p> <p>Tema especializado: Arquivos médicos; Arquivos de plantas, mapas, desenhos e fotografias; Arquivos judiciários; Arquivos pessoais e familiares; Arquivos impressos.</p>	1976	Rio de Janeiro/RJ
IV CBA	<p>A utilização dos Arquivos na Administração; Avaliação de problemáticas relativas a usuários de fontes primárias; A utilização dos Arquivos como fonte primária da História; A utilização dos Arquivos na Ciência e Tecnologia; A utilização popular dos Arquivos; A integração dos Arquivos nos Centros de Informação.</p>	1979	Rio de Janeiro/RJ

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do I, II, III e IV CBA.

4.2.2 Revista *Arquivo & Administração*

A Revista *Arquivo & Administração* é a primeira publicação brasileira destinada exclusivamente ao campo arquivístico. Com o propósito de constituir um espaço de difusão do conhecimento técnico, foi idealizada por profissionais de documentação e informação e seus artigos destacaram-se na comunidade por apresentar não só a prática arquivística, mas também as mais distintas reflexões sobre o campo. A publicação contribuiu para ampliar o acesso ao conteúdo técnico do campo e, fundamentalmente, possibilitou a comunicação inter e intrapares.

Inspirada na Revista *Archivum*¹⁰⁵, a Revista *Arquivo & Administração* teve seu lançamento realizado durante o I CBA. Denominada Órgão de divulgação da AAB, se justificava tanto pelos objetivos da Associação quanto pela necessidade dos setores da administração pública mudar “a mentalidade pouco esclarecida e desconhecimento de informações técnicas sobre a matéria de arquivos.”¹⁰⁶

“A revista representava justamente a idéia de congregar, de integrar, ser um veículo de aproximação da AAB com profissionais e autoridades. Procurava mostrar o que o profissional de arquivo estava fazendo no seu local de trabalho. Era a aproximação, entre cada profissional que estava praticamente isolado nos arquivos. Alguma notícia positiva nacional ou trazida do exterior, era a literatura estrangeira, algum conhecimento necessário à divulgação para que nós melhorássemos o trabalho de arquivo. Esse era o escopo da revista de integração dos arquivistas.”¹⁰⁷

As revistas especializadas buscam garantir prioridades de temáticas e abordagens e constituem condição indispensável para a efetividade da comunicação de uma determinada comunidade. Entretanto, pode-se afirmar que a revista nesse período (1972-1978) estava voltada

¹⁰⁵ “Corria o ano de 1950, quando no mês de agosto, mais precisamente na semana de 21 a 26, em Paris, reunia-se o Primeiro Congresso Internacional de Arquivos, organizado pelo Conselho Internacional de Arquivos... O Conselho Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, sob a presidência de Charles Braibant, Diretor dos Arquivos da França, decidiu com muito acerto publicar uma revista internacional de arquivos... O primeiro número foi consagrado ao Congresso, com a finalidade de trazer à público os problemas dos arquivos bem como as inúmeras dificuldades dos arquivistas.” Revista *Arquivo & Administração*, v.1, n.0, p. 18, 1972.

¹⁰⁶ Revista *Arquivo & Administração*, Editorial v.0 n.1, 1972.

¹⁰⁷ Helena Corrêa Machado, entrevista concedida em 19/02/2008.

ainda para os aspectos técnicos, práticos e, principalmente, políticos do campo arquivístico, sendo a temática científica abordada de modo praticamente inexistente nesse período.

Quadro 2: Revista *Arquivo & Administração* (1972 - 1978)

Ano	Título da Revista	Número	Volume
1972	1o. Congresso Brasileiro de Arquivologia	0	1
1973	Arquivologia e Cibernética	1	1
1973	Documentos históricos se perdem no Brasil	2	1
1973	O Arquivo do Almirante	3	1
1974	Currículo Superior de Arquivo	1	2
1974	O Arquivo Histórico da Bolsa de Valores	2	2
1974	Graduação em Arquivologia	3	2
1975	Principais critérios de organização de arquivos	1	3
1975	Arquivos e automação	2	3
1975	Avaliação e seleção de documentos de arquivos: problemas e soluções	3	3
1976	Reunion Regional de expertos para el desarrollo de los Archivos Nacionales en America Latina	1	4
1976	Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia	2	4
1976	Relatório sobre as atividades do VIII Congresso Internacional de Arquivos e do Seminário Interamericano sobre cooperação regional para o desenvolvimento de Arquivos.	3	4
1977	O computador e a realidade brasileira	1	5
1977	Arquivos fotográficos	2	5
1977	Arquivos: viga mestre da informação	3	5
1978	Sistema de Disseminação Seletiva da Informação (SDI)	1	6
1978	Legislação: regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.	2	6
1978	Sistema Nacional de Arquivo	3	6

Fonte: Elaboração própria com base nos números e volumes da Revista *Arquivo & Administração* 1972-1978.

A Revista teve distribuição gratuita no período de 1972-1978 e circulava três vezes por ano (abril, agosto e dezembro). Destinada primeiramente aos arquivistas, tinha como público

alvo empresários em geral, gerentes e gestores de unidades de arquivo, autoridades administrativas, historiadores, pesquisadores, professores, estudantes e demais interessados.

“Com a Revista pouco a pouco conseguimos mostrar que arquivo é arquivo, biblioteca é biblioteca e museu é museu para um público que atuava nessas instituições, mas não distinguia o tipo de atividade que desempenhava. Em arquivos, o princípio é a procedência e foi por meio da Revista que essas idéias, esses conceitos e princípios foram aos poucos fazendo parte do trabalho desses profissionais.”¹⁰⁸

O editorial inaugural da revista dedicou-se a apresentar o periódico enquanto iniciativa da AAB, as ações em curso e as reflexões que se faziam necessárias sobre a profissão de arquivista e a situação dos arquivos no Brasil. O artigo “União e valorização profissional do Arquivista”, de autoria do então Diretor do AN, Raul Lima, expressava todo o apoio e estímulo em relação ao movimento de que resultou a AAB e a intenção do AN de contribuir na promoção do I CBA.

Quadro 3: Sumário da Revista *Arquivo & Administração* (1972)

Sumário	Autor	Página
Editorial	José Pedro Pinto esposel	2
União e valorização profissional do Arquivista	Raul do Rêgo Lima	3
Arquivo médico	Lêda de Ticiano e Walker Naylor	4
Uma homenagem – Raul Lima	AAB	6
Entrevista com o Diretor da Escola de Arquivistas de Córdoba	AAB entrevista Aurélio Tanodi	7
Estatuto da AAB	AAB	8
Archivum	José Pedro Pinto Esposel	11
No Brasil, anos depois (Congresso sobre Arquivo)	José Pedro Pinto Esposel	12
O ensino da Arquivística	Maria Luiza Stallard Dannemann	22
Para que tanto papel?	Yvete Guaraná	23
Ficha de associação – AAB	AAB	24

Fonte: Elaboração própria com base no número 0 volume 1 da Revista *Arquivo & Administração* ano 1972.

¹⁰⁸ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

“No Brasil, anos depois (Congresso sobre Arquivo)”, Esposel apresentou um cenário até então desconhecido por muitos profissionais de arquivo no Brasil. O artigo cumpriu a função de retratar logo no primeiro exemplar da Revista como eram frequentes e regulares as reuniões sobre matéria arquivística fora do Brasil. Nesses encontros – Congresso Internacional de Arquivos, Conferências da Mesa Redonda Internacional de Arquivos, Congresso Iberoamericano e Filipino de Arquivos, Bibliotecas e Propriedade Intelectual e as Reunião Interamericana de Arquivos – os problemas relacionados com o campo arquivístico eram examinados e soluções sugeridas e, a essa função, dedicava-se o CBA e a Revista *Arquivo & Administração* como órgão de comunicação da AAB.



Figura 3: Capa da Revista *Arquivo & Administração*, v.0, n.1, 1972.

A partir de 1973, o projeto editorial da Revista se consolida. As seções organizavam e dispunham conteúdos do campo arquivístico ao leitor. Notamos no levantamento dos materiais da pesquisa que o Conselho Editorial buscava uma forma de comunicação direta, utilizando linguagem simples e didática para que o contato com a revista fosse acessível a um público amplo, com vários níveis de formação e escolaridade.

Quadro 4: Estrutura editorial da Revista Arquivo & Administração (1973)

Ano	Seções / Artigos	Número	Volume
1973	Editorial	2	1
	Cartas		
	Recado da redação		
	Pesquisa documental		
	Documentos históricos		
	Arquivos de empresas		
	Testemunho		
	Congresso de Moscou		
	Livros		
	Documentando		
	Crônica		
	Anunciantes		
	Capa		

Fonte: Elaboração própria com base na Revista *Arquivo & Administração* n. 2 v. 1, 1973.

(a) Editorial: o editorial nas revistas especializadas busca estabelecer uma relação de comunicação com o leitor. Elaborado pelo Conselho Editorial da Revista com a função de ser o órgão comunicador da AAB, pautava a temática dos assuntos abordados da revista a cada edição e que era objeto de reflexão e ação da associação no período da tiragem.

“Em pauta o problema da situação do arquivista no Serviço Público. Julgávamos que já havia uma compreensão mais lúcida e objetiva sobre o que representam os arquivos para a cultura e o desenvolvimento. Entretanto num momento em

que esperávamos medidas justas e oportunas e, principalmente, coerentes nos diversos setores da administração pública, vem o Decreto 72.493, de 19 de julho de 1973, que dispõe sobre o grupo de outras atividades de nível superior – causar a maior perplexidade e desencanto para os profissionais de arquivo.”¹⁰⁹

(b) Cartas: A seção trazia informações sobre bolsas, oportunidades de trabalho, experiências vividas por profissionais de arquivo em instituições públicas e privadas. “Neste número damos início a apresentação de uma nova seção: Cartas, onde publicamos críticas, os elogios bem como as reivindicações da classe. (...) envie a sua colaboração.”¹¹⁰

(c) Recado da redação: Esta seção se apresentava como espécie de suplemento do Editorial da Revista, conjugando muitas vezes ao conteúdo da Revista as ações da AAB e a visão estratégica e política da Diretoria da associação.

“Mais um ano que finda. Nossas esperanças no amanhã. Terminamos 1973 com muitas vitórias para 1974: a assinatura do Termo de Acordo entre Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, concedendo mandato Universitário para o Curso Permanente de Arquivo e que constitui um dos assuntos deste número.”¹¹¹

(d) Reportagem: Esta seção trazia entrevistas e reportagens feitas sobre temas e personalidades públicas, técnicas e científicas que atuavam no campo arquivístico.

(e) Testemunho: relatos de profissionais de arquivo, técnicos e gestores, experiências na implementação dos arquivos centrais e setoriais, classificação, avaliação, preservação etc. as entrevistas eram feitas por membros do Conselho Editorial, numa espécie de história oral das experiências técnicas e administrativas vivenciadas nos arquivos.

¹⁰⁹ Revista *Arquivo & Administração*, Editorial, n. 2 v.1, 1973.

¹¹⁰ Revista *Arquivo & Administração*, n. 2 v.1, 1973.

¹¹¹ Revista *Arquivo & Administração*, Recado da Redação, n.1 v.2, 1973.

TESTEMUNHO: O QUE É O SISTEMA DE ARQUIVOS DA FGV

O Sistema de Arquivos da F.G.V. dirigido por Marilena Leite Pass, hoje focalizado em Testemunho, nos dá idéia de como funciona e quais as atividades básicas que abrange.

"Extraído do "Informativo",
7(6): junho 75."

— Quando foi implantado o Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas? E qual a sua estrutura?

A partir de 1961, com a organização dos arquivos correntes, deu-se início à implantação da primeira etapa do projeto visando à instituição de um Sistema de Arquivos na FGV:

- a) criação da Coordenação Geral dos Arquivos, mediante a designação de uma Coordenadora (Ato n.º 433, de 10 de julho de 1961);
- b) constituição de núcleos de arquivo, subordinados administrativamente aos órgãos a que servem, e tecnicamente

- à Coordenação Geral;
- c) designação do pessoal encarregado ou através de cursos especiais;
- d) treinamento de pessoal, em serviços ou através de cursos especiais;
- e) elaboração de normas gerais e específicas.

Pelo Ato n.º 62, de 5 de março de 1963, a Coordenação Geral dos Arquivos, até então subordinada à Superintendência Administrativa, foi transferida para o Instituto de Documentação. Em maio de 1970, foi instalada no INDOC o Arquivo Central. Finalmente, pela Portaria n.º 54, de 29 de maio de 1973, foi criado oficialmente o Sistema de Arquivos da FGV, assim constituído:

- a) Arquivo Central, que inclui um Arquivo Histórico; e
- b) arquivos setoriais.

Como se pode observar, o Sistema de Arquivos da FGV foi instituído de forma descentralizada. A Coordenação Geral dos Arquivos passou a ser feita pelo

A & A - Rio de Janeiro - v. 3 n.º 2 p. 18 agosto 1975

Figura 5: Revista *Arquivo & Administração* p.18, v.3, n.2, 1975.

(f) Documentando: Trazia ao leitor as notícias de eventos, reuniões, seminários que tratassem da matéria arquivística. Um espaço de registro e documentação da revista, com ênfase na política de arquivos.

(g) Crônica: na intenção de provocar o leitor, a seção Crônica buscava demarcar o espaço do campo arquivístico. Ao buscar situações no cotidiano para estabelecer as distinções entre a matéria arquivística (de outras disciplinas da ciência da informação) e sua importância social, procurava estabelecer uma identificação própria ao campo arquivístico.

(h) Anunciantes: Segundo Esposel, a revista se viabilizava com o patrocínio de anunciantes. “Era uma parceria entre os empresários e nós [AAB] eles tinham os equipamentos, materias, o suporte necessário e a gente entrava com o conhecimento técnico. As associações precisam ter dinheiro em caixa. Nosso trabalho de mobilização sempre foi voluntário. De onde viria os recursos para papel, materias do funcionamento do dia a dia da AAB?”¹¹²

CRÔNICA

Vinicius de Moraes

BALADA DAS ARQUIVISTAS

(O poeta, por certo, viu romanticamente uma imagem distorcida das arquivistas. Hoje, quem sabe, escreveria sobre elas como os anjos da guarda da experiência humana, da informação dinâmica, essa matéria prima do desenvolvimento sócio-econômico, político e histórico, que nenhuma Nação pode se dar ao luxo de dispensar).

Oh jovens anjos cativos
Que as asas vos machucais
Nos armários dos arquivos!
Delicadas funcionárias
Designadas por padrões
Prisioneiras honorárias
Da mais fria das prisões
É triste ver-vos, suaves
Entre monstros impassíveis
Trancadas a sete chaves:
Oh, puras e imarcescíveis!
Dizer que vós, bem-amadas
Conservai-vos impolutas
Mesmo fazendo a juntada
De processos e minutas!
Não se amargam vossas bocas
De índices e prefixos
Nem lembram os olhos das loucas
Vossos doces olhos fixos.
Curvai-nos para colossos

Hollerith, de aço hostil
Como se fôra antes moços
Numa pavana gentil.
Antes não classificáveis
Os maços pelos assuntos
Criando a luta de classes
Num mundo de anseios juntos!
Enfermeiras de ambições
Conheceis, mudas, a nu
O lixo das promoções
E das exonerações
A bem do serviço público.
Ó Florence Nightingale
De arquivos horizontais:
Com que zelo alimentais
Ésses eunucos letais
Que se abrem com chave yale!
Vossa linda juventude
Clama de vós, bem-amadas!
No entanto, viveis cercadas
De coisas padronizadas

Sem sexo e sem saúde . . .
Ah, ver-vos em primavera
Na melancólica espera
De uma eterna certidão!
Ah, saber que em vós existe
O amor, a ternura, a prece
E saber que isso fenece
Num arquivo feio e triste!
Deixai-me carpir, crianças
A vossa imensa desdita
Prendestes as esperanças
Numa gaiola maldita.
Do fundo do meu silêncio
Eu vos incito a lutar
Contra o Prefixo que vence
Os anjos acorrentados
E ir passear pelas tardes
De braço com os namorados.

Moraes, Vinicius - Obra Poética. Rio de Janeiro, Cia. José
Aguilar Editora, 1968, p. 323-324, ilust. (Biblioteca
Luso Brasileira)

26

A & A

Figura 6: Revista *Arquivo & Administração* p.26, n.3, v.3, 1976.

A revista buscava apresentar aspectos que estivessem ligados ao campo arquivístico no seu contexto mais amplo [social, cultural, político, econômico e profissional]. Serviu em alguns momentos como veículo de mobilização e reivindicação política. O volume 3, número 2, do ano de 1975, trazia na Seção Reportagem (p.19), a matéria “O Presidente Geisel e a proteção das fontes de nossa história” produzida por Hamilton de Mattos Monteiro e publicada na edição de 30 de maio de 1975 do jornal da Ordem dos Advogados do Brasil. O texto dizia respeito ao

¹¹² José Pedro Pinto esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

projeto de lei apresentado pelo Executivo, Presidente Geisel, que suspendeu a vigência do Artigo n. 1.215 do Código do Processo Civil, até que uma lei assegure a preservação de documentos processuais de valor histórico. Ora, “este dispositivo, na verdade, constituía-se num absurdo, pois, sem qualquer critério seletivo, jogavam-se ao fogo documentos de grande importância para a história nacional. A memória nacional é guardada e preservada para as gerações futuras, na medida em que se valorizam os mais variados papéis”, argumentava Hamilton Monteiro.

No mês seguinte à publicação desse número, a AAB recebeu do Ministro da Justiça o convite para indicar seu representante no grupo de trabalho incumbido de estudar matéria afeta à suspensão da vigência do Artigo 1215 do Código do Processo Civil. Foi indicada pela Diretoria da AAB, Nilza Teixeira Soares, na ocasião Diretora da Coordenação dos Arquivos da Câmara dos Deputados, “nome dos mais representativos na classe Arquivística por todos os Títulos, especialmente em avaliação de documentos para preservação ou descarte.”



Entrega do Prêmio Marques de Olinda pelo Diretor do A. N.

NOTÍCIAS

Do Ministro da Justiça

A AAB recebeu do Exmo. Sr. Ministro da Justiça a honrosa recomendação de indicar seu representante no grupo de trabalho incumbido de estudar matéria afeta à suspensão da vigência do Art. 1215 do Código de Processo Civil.

Atendendo, a AAB fez a indicação de Nilza Teixeira Soares, atual Diretora da Coordenação dos Arquivos da Câmara dos Deputados, nome dos mais representativos na classe Arquivística por todos os Títulos, especialmente em avaliação de documentos para preservação ou descarte.

Do Presidente da Câmara dos Deputados

Do Deputado Célio Borja recebemos correspondência, contendo informações sobre a posição do processo de regulamentação da profissão (processo n.º MTb 320.186/75) que ainda se acha em andamento no Ministério do Trabalho.

Representa, assim, essa correspondência um bom prognóstico, já que o caso deverá ter (esperamos que no princípio da próxima legislatura) importante tramitação naquela Casa do Congresso Nacional.

Figura 7: Foto. Revista *Arquivo & Administração* p.21, v.2, n.1, 1975.

Apenas em 1976, ampliou-se a periodicidade de tiragem da Revista de trimestral para quadrimestral e houve a introdução pelo Conselho Editorial da Revista de conteúdos voltados à reflexão e instrução científica. Inaugurava assim a seção “Resenha Bibliográfica” que trazia a cada exemplar um conjunto de publicações científicas de modo temático, no número 1, volume 4, daquele ano, o novo espaço editorial reunia pela primeira vez no periódico bibliografia especializada em “Arquivos de Material Cartográfico”.

Cabe destacar ainda na linha do desenvolvimento editorial da Revista, a seção que acolhia os relatórios de atividades e congressos, nacionais e internacionais, onde se fazia representada, fosse a AAB, o AN ou que a pauta em debate tratasse de matérias do campo arquivístico. Esses relatórios eram elaborados por membros da AAB, como no caso do “VIII Congresso Internacional de Arquivos” patrocinado pela Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) e o Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARS) e organizado pelo ICA em que estiveram presentes Nilza Teixeira, José Pedro Esposel e Astréia Castro. Na ocasião ocorreu o “Seminário interamericano sobre cooperação para o desenvolvimento de arquivos” organizado pela OEA. Relata Astréia em entrevista concedida (29/03/2008):

“No primeiro seminário fui representado a AAB porque a presidente [Helena Correia Machado] estava envolvida com o III Congresso Brasileiro de Arquivologia e eu era a representante do Núcleo da AAB em Brasília (...) no segundo seminário, eu já integrava a Associação Latino Americana, e apresentei uma moção aos colegas arquivistas latinoamericanos presentes. Comecei a ler e um senhor gritou do fundo da sala em espanhol - Por favor! Por favor, fale essa moção para nós, porque é exatamente o nosso problema, é o mesmo.”

Em 1977, o Conselho Editorial retoma a tiragem trimestral da Revista. Havia sido eleita a nova diretoria da AAB, tendo à frente como presidente Marilena Leite Paes. Pode-se dizer que o mandato de Marilena se afirmou por meio do alcance dos objetivos pugnados pela AAB em sua fundação – a implantação do Curso Superior de Arquivologia (UNIRIO), a regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivo (Lei. 6.546/78) e a criação do Sistema Nacional de Arquivos pelo Decreto-lei.

No Editorial, número 1, volume 5, de 1977, escrito por Helena Corrêa Machado, sentimento de satisfação e realização exitosa ao término do ciclo de gestão à frente da

presidência da AAB. Era o encerramento de três gestões: na primeira foram lançados os alicerces, na segunda, consolidada a estrutura e, na terceira, desenvolveram-se as sementes.

“Do grupo muita coisa há para dizer, mas nada tão importante como o sentimento predominantemente coletivo de suas ações que nunca se perdeu entre os meandros menos nobres de conquistas individuais. Com esse propósito não foi fácil manter o grau de coesão, fundamental para a árdua batalha travada para atingir as metas sonhadas. E até hoje, a AAB com vida própria, a luta continua.”

Com o título “O computador e a realidade brasileira”, número 3, volume 6, de 1978, podemos dizer que se introduz definitivamente entre os arquivistas brasileiros as questões técnicas e conceituais do paradigma tecnológico. Apesar da temática coadunar-se com os debates sobre a gestão de documentos de arquivo, pode-se afirmar que esse exemplar é o mais político dentre os editados pela AAB desde 1972.



Figura 8: Charge. Revista *Arquivo & Administração* n.3, v.6, 1978.

Na seção Estudos desse número, o artigo “a liberdade de informação e pesquisa”, de José Honório Rodrigues, disserta sobre a questão do acesso aos documentos privados e o direito à informação. Ao problematizar a lacuna constitucional em nosso ordenamento jurídico para tratar do tema no campo das garantias individuais tal como fizera a Declaração Universal dos Direitos Humanos, evidenciava a inexistência de regulamentos no Arquivo Nacional e Estaduais que amparassem a regulamentação desse direito universal.

“Quando entrei no Arquivo Nacional como diretor, em 1958, ninguém consultava documentos sem requerer diretamente ao diretor, o próprio fichário não era acessível ao consulente. Abri o Arquivo todo, sem exceção, à consulta, e permiti o livre acesso ao fichário. (...) pelo Decreto n.60.417, de 11 de março de 1967, o presidente Castello Branco, aprovou o regulamento para a salvaguarda dos assuntos sigilosos. Reforçava-se a política do sigilo, obscurantista e colonialista, na qual a razão de Estado predomina sobre o interesse da informação e da pesquisa.”¹¹³

A Revista *Arquivo & Administração* cumpriu papel fundamental em termos de documentação, informação e conhecimento. A leitura e o estudo dos exemplares [1972-1978] revelaram a capacidade de comunicação do periódico especializado com um público diversificado [profissionais de arquivo, políticos, administradores, pesquisadores etc.] de instituições e países. Estabeleceu-se pouco a pouco um novo espaço de troca de informação e aprendizado, uma ferramenta de comunicação que aproximava a AAB da comunidade, meio que dava publicidade das ações da associação ao mesmo tempo que fortalecia institucionalmente a causa dos arquivos brasileiros.

4.2.3 Núcleos Regionais da AAB: multiplicadores da ação associativista.

A criação de Núcleos da AAB possibilitou que o espaço da ação dos processos de institucionalização do campo arquivístico transladasse do Rio de Janeiro para outras localidades do território nacional, cidades e estados com especificidades humanas, históricas, sociais e culturais distintas, como foi o caso do Núcleo Regional de Brasília – a capital do país, àquela

¹¹³ Revista *Arquivo & Administração*, n. 3, v. 6, 1978, p.21.

época, com apenas 14 anos de fundação. Os Núcleos se constituíram como lugares de fala, memória e saber, representação simbólica e política da institucionalidade da AAB do Rio de Janeiro, mas que antes de tudo, era a representação do quadro social associativo e formavam a comunidade dos arquivistas regionalmente ampliando a capacidade de ação da associação.

“A abertura dos núcleos se deu em razão da necessidade de uma ação regional. A AAB mesmo nacional estava voltada para o Rio de Janeiro e antenada no que acontecia fora do país. Brasília era a capital do poder, era ali que Astréa trabalhou muitas vezes pelos nossos interesses. São Paulo a capital econômica e tínhamos feito muitos amigos por lá, inclusive políticos, principalmente depois do congresso [CBA]. Belém, apesar de até hoje não ter um curso de Arquivologia, foi uma cidade onde a AAB deu cursos, formou muita gente. E em Santa Maria, o núcleo nasce praticamente junto com a criação do Curso de Arquivologia na universidade.”¹¹⁴

Na Ata da Reunião de Posse da Diretoria eleita para o biênio 1975-1977 consta que na assembléia a Presidente da AAB fez a leitura do relatório de atividades de 1971-1975 dando ênfase especial à formação técnica dos arquivistas por meio de cursos promovidos pela AAB, a realização exitosa dos Congressos Brasileiros de Arquivologia e a abertura dos núcleos regionais tendo sido implantadas as sedes de Brasília e São Paulo e informa que Belém, Belo Horizonte e Vitória estão em negociação. Da fundação da AAB até o ano de 1978, foram implantados quatro núcleos regionais: Brasília, São Paulo, Belém e Santa Maria. Cumpriram papel fundamental na logística dos cursos e na mediação política regional. Criado em 1974, o Núcleo Regional de Brasília foi o primeiro. A criação dos núcleos regionais teve como característica principal institucionalizar um espaço de diálogo, de ação política e de formação técnica em estados e municípios e no Distrito Federal. Os núcleos regionais acabavam assumindo um caráter multiplicador, servindo de suporte e apoio à AAB.

“Era o que nós fazíamos em 1975, 1976... nós começamos a dar assessorias, os núcleos regionais, por exemplo, foram criados por essa razão, pela distância num país continental como o Brasil. Como tratar das matérias de arquivo, das questões, quer dizer, como ensinar a organizar arquivos à distância? Essa era nossa dificuldade aqui e ali, mas com as nossas visitas, com os seminários que

¹¹⁴ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

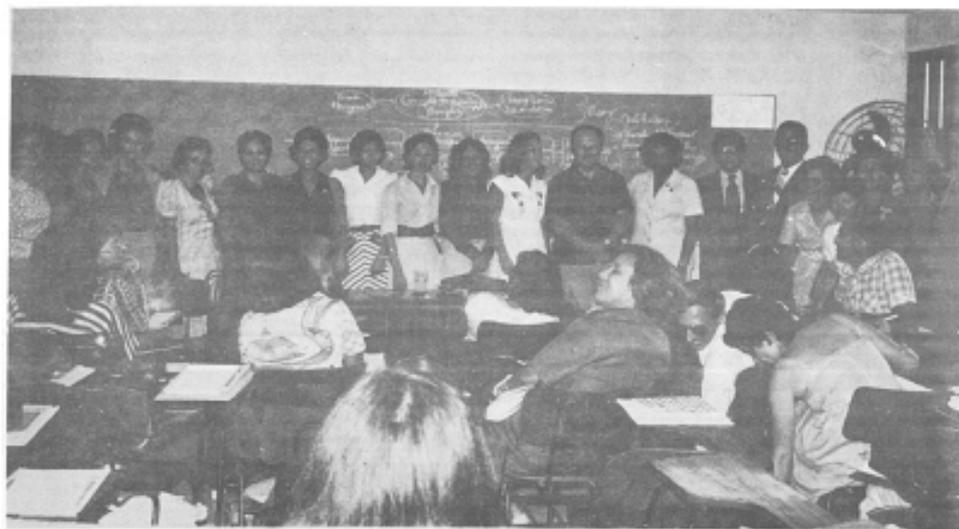
fazíamos, com os entendimentos que procuramos fazer, Marilena principalmente, Maria de Lourdes Costa e Souza, conseguimos mais ou menos alcançar essas distâncias todas, com os núcleos operando. Tinha em Brasília a Astréia que trabalhou com a gente, foi Diretora do Núcleo.”¹¹⁵

NÚCLEOS REGIONAIS	
Brasília	<p>Cursos — em 22 e 23 de março de 1976 foi realizado o Curso de Arquivologia para Executivos de Alto Nível, na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), ministrado pelo Professor Frank B. Evans, especialista do programa de arquivos da UNESCO. Participaram 75 pessoas, representando as seguintes entidades: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministérios do Interior, das Comunicações, da Previdência Social, do Exército, da Educação e Cultura, das Minas e Energia, dos Transportes e das Relações Exteriores, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas, DASP, IPASE, CEPLAC, FUNAI, Casa Thomas Jefferson (USIS) e AEUDF. As aulas foram gravadas ficando a tradução a cargo de: Elizabeth Pires de Andrade Pinto (Itamaraty — Arquivista), Joan Collet (diretora da Casa Thomas Jefferson), Linda Buggeln (Casa Thomas Jefferson), Jane Roberta Lubé (Professora de inglês) e Mário Lúcio Lacerda de Medeiros (taquígrafo do Senado Federal).</p> <p>A 21 e 22 de agosto de 1976 foi realizado o Curso Documentos & Arquivos, ministrado pelo Professor José Pedro Esposel, em horário integral, na sede da Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados (ASCADE). Os participantes foram em número de 17, representando as seguintes entidades: Presidência da República, Secretaria do Planejamento, Ministério das Comunicações, Câmara dos Deputados, Embrater, Fundação Projeto Rondon, Fundação Educacional do Distrito Federal e Jornal do Brasil.</p> <p>O Núcleo também promoveu Curso de Alto Nível, com a duração de quinze horas, nos dias 6, 7, 9, 10 e 13 de dezembro de 1976, no Arquivo da Câmara dos Deputados, Ministrado pela Diretoria do Núcleo, a doze arquivistas do Ministério das Relações Exteriores e a Andresa de Moraes e Castro, em preparação de novos professores de arquivo, em nível médio, para atender à grande demanda de aulas de arquivo, em Brasília.</p> <p>Congressos — A Diretoria do Núcleo participou dos seguintes eventos:</p> <ul style="list-style-type: none">— VIII Congresso Internacional de Arquivos (Washington, setembro/outubro de 1976), tendo apresentado trabalho (que defendeu oralmente), sobre a Ciência Pura dos Arquivos e tomado parte no Comitê de Associações Arquivísticas Internacionais, agora Seção do Conselho Internacional dos Arquivos;— Seminário Latino-americano de Arquivos (Washington, setembro/outubro de 1976), tendo apresentado trabalhos (que defendeu oralmente) sobre as providências imediatas a serem tomadas pelos governos latino-americanos no sentido da salvação do documentário arquivístico-histórico e sobre o
Relatório do Núcleo Regional de Brasília	
A & A Rio de Janeiro 5(1) : 22-23, 1977	
22	

Figura 9: Revista *Arquivo & Administração* p.22, v.5, n.1, 1977.

¹¹⁵ Helena Corrêa Machado, entrevista concedida em 30/01/2008.

A abertura dos Núcleos Regionais acabou descentralizando a ação da Diretoria da AAB no Rio de Janeiro o que criou novos espaços para a institucionalidade associativista do campo. Cursos, reuniões, as reflexões sobre o campo ingressava em novos territórios demarcando e estabelecendo mediações que passaram a configurar o espaço arquivístico pelo país a fora. Os Núcleos entre 1974 e 1978 representavam os anseios da AAB de desenvolvimento dos arquivos em âmbito nacional. A formação de pessoal nessas localidades era fundamental ao processo.



Em Brasília, o Prof. Evans confraternizando com os participantes do curso.



Florantes da assistência em Brasília.

22

A & A

Figura 10: Foto. Revista *Arquivo & Administração* p.22, v.5, n.1, 1977.

Notícias



A Associação dos Arquivistas Brasileiros ofereceu aos Profs. Vicente Sobrinho Porto e a Astrea de Moraes e Castro, pelo trabalho realizado para a aprovação do parecer que cria o CURSO SUPERIOR DE ARQUIVOS no Brasil, placas de prata alustradas ao evento. Foram entregues durante um almoço de homenagem na Churrascaria Tijucana, em 30 de Dezembro de 1974



A Associação dos Arquivistas Brasileiros ofereceu um almoço aos colegas arquivistas americanos no Rincão Gaschô de Niterói, em 19 de Agosto de 1974, por ocasião da visita do grupo ao Rio de Janeiro. (Fotos do Almoço).

Figura 11: Foto . Revista *Arquivo & Administração* p.22, v.2, n.1, 1974.

4.3 Currículo Mínimo: registro civil da Arquivologia no Brasil.

“Al igual que otras profesiones y actividades, el oficio de archivero exige a quien lo desempeña, formación y perfeccionamiento de acuerdo con el avance de su propia ciencia y según las necesidades del medio donde deba y pueda trabajar.” Aurelio Tanodi

Estudos da UNESCO, do ICA e de alguns pesquisadores do campo arquivístico – Couture, Martineau e Ducharme (1999), Rodrigues (2007), Marques (2008) – apontam como lugares de formação da Arquivística: as universidades, as escolas associadas à administração pública, as instituições nacionais de arquivo, as associações profissionais, as organizações e o meio de trabalho. E no Brasil, como se configurou o processo de institucionalização do curso superior de Arquivologia?

Para Santos (2008:114), a vinda do Diretor dos Arquivos de *La Sarthe* (Le Mans), Boulier de Branche, que colaborou no Curso Permanente de Arquivos, contribuiu para que se desenvolvessem os primeiros esboços do projeto de criação do curso para formação superior de arquivistas. O pesquisador e arquivista francês afirmava que todo o esforço da administração

pública destinado à formação de pessoal voltado às atividades de arquivo era insuficiente tendo de fato prosseguimento e resultado satisfatório e contínuo se viesse acompanhado da criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tinha “necessidade premente”.

“Até a criação dos cursos de graduação em Arquivologia, as reflexões sobre a área originavam-se basicamente nas instituições arquivísticas e estavam estreitamente vinculadas às necessidades de resolução dos problemas que se impunham no cotidiano dessas instituições quanto ao tratamento dos seus acervos arquivísticos. Nesse aspecto, o Arquivo Nacional desempenhou um papel fundamental: formou técnicos de alto nível, produziu uma bibliografia técnica importante; traduziu e divulgou autores essenciais para a Arquivologia.” (MARQUES e RODRIGUES, 2005:2)

Nos anos de 1970 com a fundação da AAB, a questão do curso superior pautou-se dentre os objetivos da associação. Marco decisivo desse processo, a transferência do CPA para a universidade representou a conquista do espaço acadêmico para a Arquivística no país. Mas para ocorrer a transferência foi necessário a alteração do programa curricular do CPA, o projeto do programa para o curso de Arquivologia deveria atender as regulamentações do CFE. Nesse sentido, as primeiras iniciativas se apresentaram na segunda sessão do I CBA, dedicada à apresentação de propostas, onde os relatores (abaixo) apresentaram comunicações destinadas à construção de um projeto curricular para o ensino superior de Arquivística.

Quadro 5: ANAIS I CBA, 2a. sessão

Comunicação	Relator	Página
A formação e a profissão de arquivista no Brasil	Astréa de Moraes e Castro	67-95
Projeto de currículo para o ensino de Arquivística	Washington Moura	97-99
A formação moral do Arquivista	Hâmida Rodrigues Helley	101-106
A formação e a profissão do arquivista no Brasil	Vivaldo Lima de Magalhães	107-138
O Arquivista	Marcos Antonio Coelho	139-152
O estudo da Arquivística na Biblioteconomia gaúcha	Suzana Moraes	153-162

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do I CBA, 1972, p.97.

O projeto encaminhado ao presidente do CFE/MEC foi entregue por Esposel, presidente da AAB na ocasião. O documento passou a uma Comissão responsável por emitir um parecer sobre o deferimento ou indeferimento da proposta. Integrava a Comissão Vicente Sobrinho Porto, professor de Direito Romano da UFF. Colegas de trabalho na universidade, os professores (Esposel e Vicente) em diversos momentos se encontraram para que fossem feitos os ajustes necessários ao deferimento da proposta por meio do Parecer 212/72 do CFE/MEC.

“Quatro anos que nós seguramos a associação, que coincidiu com o trabalho feito pela professora Astréia junto ao Conselho Federal de Educação. O professor da Fluminense, o Vicente Sobrinho Porto foi, digamos, o padrinho da proposta no Conselho Federal de Educação. E depois aqui no Rio, como trabalhávamos na UFF, eu pude auxiliá-lo e colocar as coisas mais ou menos em termos universitários, porque a Astréia não tinha ainda familiaridade com universidade, trabalhava na Câmara dos Deputados, era chefe do Arquivo Histórico. A Astréia em Brasília e nós daqui [Rio de Janeiro]. O Conselho Federal então estabeleceu o currículo mínimo, currículo completo para a Arquivologia.”¹¹⁶

O Parecer n. 212/72 deferiu a proposta do currículo mínimo, mas restava ainda aprovação do CFE. Durante o trâmite do processo n. 1845/72 no CFE, o AN em 1973 firmou convênio com a UFRJ para o funcionamento regular do CPA. A elaboração da proposta de currículo mínimo contou com a colaboração dos membros do quadro social, diretivo e consultivo da AAB.

Quadro 6: Lista dos integrantes que colaboraram no Currículo Mínimo de Arquivologia

Nome	Instituição
José Pedro Esposel	Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros
Astréia de Moraes e Castro	Chefe da Seção de Documentos Históricos do Arquivo da Câmara dos Deputados
Marcelo de Ipanema	Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Carminda Nogueira de Castro Ferreira	Doutora em Letras pela Universidade de Coimbra e Bibliotecária Documentalista pela Escola de Biblioteconomia de Documentação da Universidade Federal de São Carlos

¹¹⁶ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

Dora Maria Pereira Rego Correia	Chefe da Divisão da Monarquia Brasileira do Museu Imperial
Hámidia Rodrigues Helluy	Professora de Arquivística no SENAI, Dirigente do Departamento Técnico de Arquivamento, Comunicação e Planejamento da Organização Ruf S.A.
Heloísa Liberalli Belloto	Historiógrafa do Instituto do Estudo Brasileiro da Universidade de São Paulo
Maria Amélia Porto Miguéis	Bibliotecária, Licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis e Chefe da Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial
Maria Antônia Ribas Pinke Belfort de Matos	Diretora da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas
Maria José Rabello de Freitas	Farmacêutica e Bibliotecária, Professora de Arquivística da Escola de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal da Bahia
Maria Luiza Stallard Dannemann	Ex-chefe do Serviço de Registro do Arquivo Nacional, Ex-professora de Arquivologia dos Cursos do Arquivo Nacional e do DASP
Marilena Leite Paes	Chefe do Arquivo da Fundação Getúlio Vargas
Mercedes Megeon Gonçalves	Bibliotecária do Serviço Social da Indústria SESI Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Bacharel em Biblioteconomia e Documentação
Mirtes da Silva Ferreira	Chefe da Seção de Cursos do Arquivo Nacional
Suzana Moraes	Bibliotecária Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração própria com base na Revista *Arquivo & Administração* v.2, n.3, 1974.

No início de 1974, é firmado um convênio entre o AN e a UFF, para cooperação conjunta das duas entidades em matéria arquivística e de pesquisa histórica, com a divulgação, por ambas, dos resultados obtidos nesses campos. É importante lembrar que a aprovação do Parecer n. 249/72 da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, que reconhece a Arquivística como habilitação profissional no Ensino de 2º grau, foi decisiva para que em 1978 houvesse a regulamentação da profissão de Técnico de Arquivo. A resolução n. 23, de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, fixou o currículo mínimo e duração três anos para o curso de arquivo em nível superior. A resolução permitiu a adoção de novo currículo para o CPA aprovado pela Portaria n. 37 de 6 de setembro de 1974.

CURRÍCULO PROPOSTO .

1.º CICLO				
1.º Período				
Código	Disciplina	cr	h a	pr
DF-101	METODOLOGIA CIENTÍFICA	4	60	—
DE-401	ECONOMIA I	2	30	—
DO-201	ADMINISTRAÇÃO I	2	30	—
DC-301	CONTABILIDADE I	2	30	—
DF-102	SOCIOLOGIA I	2	30	—
DF-110	LÍNGUA PORTUGUESA	4	60	—
DF-108	ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS I	2	30	—
DF-111	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	30	—
2.º Período				
DJ-501	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	4	60	—
DF-109	ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS II	2	30	DF-108
DO-202	ADMINISTRAÇÃO II	2	30	DO-201
DO-710	INTRODUÇÃO À COMUNICAÇÃO	4	60	—
DC-313	MATEMÁTICA I	4	60	—
DC-302	CONTABILIDADE II	2	30	DC-301
DF-711	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA	4	60	—
DF-111	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	30	—
CICLO PROFISSIONAL				
3.º Período				
DD-701	ARQUIVO I	4	60	—
DD-707	HISTÓRIA ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E SOCIAL DO BRASIL I	4	60	DD-711
DD-705	DOCUMENTAÇÃO I	4	60	—
DJ-503	INSTITUIÇÕES DE DIREITO (PÚBLICO E PRIVADO)	4	60	—
DO-317	ESTATÍSTICA I	4	60	DO-313
DD-712	LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) I	4	60	—
DF-111	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	30	—
4.º Período				
DD-702	ARQUIVO II	4	60	DD-701
DD-708	HISTÓRIA ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E SOCIAL DO BRASIL II	4	60	DD-707
DD-706	DOCUMENTAÇÃO II	4	60	DD-705
DO-206	ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS I	4	60	DO-202
DD-713	LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) II	4	60	DD-712
DF-111	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	30	—
5.º Período				
DD-703	ARQUIVO III	4	60	DD-702
DD-716	PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA I	4	60	DD-711
DD-709	HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO MODERNA E CONTEMPORÂNEA	4	60	DD-711
DD-715	NOTARIADO	4	60	DJ-501
				DJ-503
DD-714	LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) III	4	60	DD-713
DO-204	TEORIA DE SISTEMA	4	60	DO-202
DF-111	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	30	—
6.º Período				
DD-704	ARQUIVO IV	4	60	DD-703
DD-717	PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA II	4	60	DD-716
DO 208	PROCESSAMENTO DE DADOS	4	60	DO-204
DD-718	REPROGRAFIA (com ênfase em Microfilmagem)	2	30	DD-705
DF-111	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	30	—
	ESTÁGIO	7	210	—

Figura 12: Currículo mínimo de Arquivologia. Revista *Arquivo e Administração*, v.2, n.3, 1974.

Em 1975, foi formada uma comissão composta por representantes do AN, do Ministério da Justiça, do MEC e da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (FEFIEG), visando a transferência do CPA para o âmbito do MEC, como unidade filiada à FEFIEG. Já no ano seguinte, mesmo a UFF mantendo convênio com o AN, a única universidade brasileira vinculada ao CPA era a UFRJ, de acordo com o mandato universitário conferido pelo AN, para a realização do CPA. Essa iniciativa da UFF em transferir o CPA do AN para a universidade já esboçava os ensaios para a criação do curso de Arquivologia no Instituto de Arte e Comunicação Social (UFF) em 1979. Anteriormente, em 1977 são criados o curso de Arquivologia no Centro de Ciências Humanas (FEFIERJ) e o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, tendo este iniciado suas atividades a partir de 1979.

O Decreto n. 79.329, de 02 de março de 1977v e o termo de convênio assinado pelo diretor do AN com a UFRJ transferiu o CPA para a FEFIERJ, hoje UNIRIO, com a denominação de Curso de Arquivologia. A Portaria n. 141, de 31 de março de 1977, integrou o CPA ao Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, com a nomeação de professores. Com essa transferência, o CPA que funcionava no AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior passa, oficialmente a funcionar no espaço universitário ainda em 1977.

Quadro 7: Quantitativo de alunos formados no CPA.

Curso	Período	Alunos	Observação
Curso Permanente de Arquivo	1960 – 1969	445	Sem vestibular
	1971 – 1975	197	Com vestibular
Curso de Técnicas de Arquivo	1970 – 1975	412	Sem processo de seleção

Fonte: Elaboração própria com base no Mensário do Arquivo Nacional, 1975.

É importante salientar que nesse período, em Brasília, Astréa de Moraes e Castro esteve à frente do projeto de implantação do curso de Arquivologia na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), que não obteve êxito¹¹⁷. Além dessa iniciativa, existiram duas outras: uma no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), a qual, segundo Castro, foi recusada e outra, na UFMG, para a implantação do Curso de Arquivologia na Escola de Biblioteconomia. No entanto, esse curso somente seria criado em 2008, na atual Escola de Ciência da Informação (ECI).

Em 1977, instalou-se na UFSM o Curso de Graduação em Arquivologia, integrando o Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas (CCJEA). Passou a denominar-se Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), em 1978, antes mesmo da formatura da primeira turma de arquivistas. A profa. Darcila de La Canal Castelan foi a coordenadora do processo de criação do curso de Arquivologia da UFSM e atuou decisivamente na criação do Núcleo da AAB-RS. Porém, a formalização do curso de Arquivologia deu-se somente em maio de 1979, por ocasião do curso de Organização e Administração de Arquivos, lecionado pelas arquivistas Marilena Leite Paes e Lourdes de Costa e Souza, tendo como primeira diretora a Profa. Darcila.

¹¹⁷ Revista Arquivo & Administração, v.2, n.2, 1977, p. 8-9.

**Curso
de
Arquivologia
UFSM
RS**

O primeiro curso superior de arquivo, criado no país por uma universidade, foi oficialmente instalado em sessão solene realizada na manhã do dia 18 de abril de 1977, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Acha-se vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas da UFSM.

O curso compreenderá 136 créditos ou 2235 horas-aula, cuja integralização far-se-á no mínimo em 6 e no máximo em 12 semestres letivos. Destina-se a formação de profissionais para atuarem em atividades técnicas e científicas de arquivo, no setor público e privado, conferindo o diploma de bacharel em Arquivologia.

Nas fotos e encartes demais informações sobre a iniciativa.



A aula de abertura do Curso de Arquivologia contou com uma assistência atenta.

A & A Rio de Janeiro 5(1) : 17-21, 1977

17

Figura 13: Foto. Revista *Arquivo & Administração* v.6, n.2, 1979.

4.4 Arquivista e Técnico de Arquivo: a regulamentação das profissões.

No sentido próprio do termo, profissão é a aplicação a algum campo de atividade do conhecimento sistemático ou classificado de princípios e técnicas. A AAB, desde a sua fundação, sustentava a necessidade de que houvesse requisitos e atribuições definidas para a formação e o exercício da profissão de arquivista. Todos os esforços empreendidos pela associação para o desenvolvimento profissional, técnico e acadêmico do campo arquivístico, seriam exitosos parcialmente se não fosse dignificada a atividade trabalhista nos arquivos por meio do credenciamento legal da atividade profissional e do estabelecimento de direitos e deveres trabalhistas equiparados às funções liberais.

Os requisitos para o exercício técnico da atividade arquivística foram estabelecidos pelo currículo mínimo que definiu os conteúdos programáticos necessários à formação do arquivista em nível superior. No mesmo sentido, o Parecer n. 249/72 da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus,

que reconhece a formação técnica como habilitação profissional no Ensino de 2º grau estabeleceu os requisitos pedagógicos para a formação em nível médio (Segundo Grau) do Técnico de Arquivo. Para regulamentação de ambas as profissões foi necessário elaborar um projeto que delimitasse o campo de ação do arquivista e do técnico de arquivo, a partir das competências necessárias ao cumprimento de suas atribuições no mundo do trabalho.

“O aperfeiçoamento técnico que os senhores já alcançaram e o aprimoramento que a moderna tecnologia lhes pode proporcionar em linhas gerais se refletirá no progresso do País, nessa incontida marcha desenvolvimentista de que são partícipes natos. A busca da regulamentação profissional – fim objetivado pelos arquivistas junto à Pasta do Trabalho – apenas retrará no âmbito nacional um reconhecimento internacionalmente já consagrado. É necessário que se procure elidir a interferência de elementos não qualificados e algumas das vezes desmuniados mesmo de consenso ético, impositivo absoluto, no desenvolver das tarefas próprias da categoria.”¹¹⁸

As palavras do representante do Ministro do Trabalho, Dr. Renato de Oliveira Rodrigues, na abertura do III CBA indicara o reconhecimento dos esforços da AAB, dos profissionais e da relevância da atividade profissional para o Governo Federal. No encerramento do discurso, assumiu o compromisso público, delegado pelo Ministro, para o acompanhamento prioritário da “proposta de regulamentação apresentada pelos Senhores e esperamos que seja breve a concretização dessa realidade, naquilo que dependa do exame técnico de nosso Ministério”.

Se por um lado, havia resolvido o problema da formação com o currículo mínimo, restava garantir a regulamentação da profissão. Desde 1975, a proposta da AAB para a regulamentação da profissão de Arquivista e de Técnico de Arquivo tramitava no Ministério do Trabalho, nas palavras de Esposel¹¹⁹ “demonstrando cabalmente a validade da medida e as vantagens que trará sua adoção, reconhecendo e assegurando ao arquivista o seu campo de trabalho”.

A análise técnica do processo de regulamentação era atribuição do Ministério do Trabalho. Entretanto, outros órgãos da administração pública debateram sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo. Foi o caso do DASP que, conforme Ata de

¹¹⁸ ANAIS, III CBA, p.17.

¹¹⁹ José Pedro Pinto Esposel, entrevista concedida em 06/11/2007.

Reunião da AAB de 30/04/1976 registra a atuação da presidente do Conselho Deliberativo da AAB, professora Maria de Lourdes da Costa e Sousa, no sentido de modificar a intenção desse órgão de alterar a proposta da entidade (AAB) e transformar a categoria de Arquivistas em Agentes Administrativos.

“Faziam de tudo para que a gente ficasse lá num lugarzinho embaixo, que para eles é o lugar dos arquivos. Mas nós lutávamos, principalmente contra a burocracia travada entre a AAB e o Ministério do Trabalho que naquela ocasião era o ministério incumbido de tratar das questões técnicas de regulamentação das profissões. O entendimento foi muito complicado, complexo porque a idéia do Ministério do Trabalho naquela época era unir, fazer um conselho único de bibliotecários e de arquivistas porque nós éramos ambos os grupos profissionais de documentação, apesar das sensíveis diferenças. O projeto foi negociado entre o Conselho dos Bibliotecários e o Ministério e quando entramos nas negociações, os bibliotecários, até de forma agressiva, [pode gravar] isso aliás pode entrar porque é notório. Eles [bibliotecários] rejeitaram essa união, então realmente isso dificultou, retardou o trâmite da nossa proposta.”¹²⁰

Segundo Faleiros (2008:33), a institucionalização de um campo se processa na dinâmica dos enfrentamentos de forças que dividem o espaço de interesses e orientam as propostas internas das instituições. Quando uma força se torna hegemônica no âmbito da institucionalidade, ela ganha espaços, mas nem sempre leva tudo o que deseja. E o espaço da negociação se abre de acordo com a correlação de forças. A reunião relatada por Helena Corrêa Machado, ocorreu em 4 de agosto de 1977, com o objetivo de debater a minuta do anteprojeto de lei que propunha a reformulação da Lei 4048/62 para que atendesse a regulamentação do exercício da profissão de Bibliotecário, Arquivista, Técnico de Biblioteconomia e Técnico de Arquivo. Se por um lado, manteve em campos opostos arquivistas e bibliotecários, de outro modo, foi importante para a afirmação identitária da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo, como também para a delimitação do campo arquivístico e de suas atribuições profissionais.

¹²⁰ Helena Corrêa Machado, entrevista concedida em 30/01/2008.



Arq. & Adm., Rio de Janeiro, 6(2):4, maio/ago. 1978

4

Figura 14. Charge. Revista *Arquivo & Administração* p. 4, v.6, n.2, 1978.

A reivindicação propriamente dita corporativista da AAB constituía-se na definição do espaço de atuação profissional, na delimitação normativa do campo de atribuições nas quais estivessem regulamentarmente investidos de suas funções Arquivista e Técnico de Arquivo. Esse é um elemento motivacional agregador da comunidade arquivística, o sentido do trabalho e o valor que assume nas relações do cotidiano. No capítulo 2 quando desenvolvemos a idéia de capital social, notamos que o aspecto corporativista se desdobra em questões elementares como a gratificação (relativo ao conteúdo, aos objetos com que se relacionará) e a orientação (aos padrões ou modos como se organizam as relações).

“De notar-se que, não estamos, obviamente, desligados das recompensas de ordem material, por sabermos que essas estarão chegando, assim que a profissão atingir seu ponto ótimo na qualidade dos serviços que presta. Prova disso são os

anúncios em que a demanda arquivística já é feita com salários iniciais compatíveis.”¹²¹



Figura 15: Charge. Revista *Arquivo & Administração* p. 9, v. 5, n.2, 1977.

A Exposição de Motivos n.10, de 10 de março de 1978, encaminhada pelo Ministro do Trabalho à Presidência da República, acatou favoravelmente as disposições que foram objeto da proposta encaminhada pela AAB ao ministério. No âmbito da Presidência, a proposta manteve seu conteúdo seguindo na forma da Mensagem n.94, de 27 de março de 1978, ao Congresso Nacional. Examinado nas Comissões da Câmara (Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Trabalho e Legislação Social) o projeto de lei foi aprovado no Plenário com emendas que consistiram na retirada da proposta de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, ficando a determinação do registro da profissão no Ministério do Trabalho.

¹²¹ Esposel, Revista *Arquivo & Administração* v.5, n.3, 1977 p.22.

“Marilena era presidente da associação, estava em constante contato com Brasília. Ela tinha interesse porque era a presidente da associação. E, em certa altura informou a todos nós o que estava acontecendo nas negociações da regulamentação. Eu eu estava me afastando, não do companheirismo, mas dos trabalhos da associação. A associação não tinha dinheiro, Marilena teve que acompanhar muito de perto, e eu sei que foi trabalhoso para ela, foi oneroso. Porque as pessoas de Brasília, porque têm uma intimidade muito grande com toda aquela, aquele ritual governista, planalista, acabaram criando um tipo de poder paralelo. Era o núcleo, mas quer dizer também que tinha legitimidade, poder.”¹²²

O Senado aprova sem alterações o texto da Câmara e o projeto então foi restituído ao Palácio do Planalto. Governava o país Ernesto Geisel, que sancionou a lei 6.546, em 4 de julho de 1978. Assessorava Arnaldo Pietro, Chefe de Gabinete da Presidência da República, Luci Geisel, ambos favoráveis ao projeto e que colaboram com o Núcleo Regional de Brasília da AAB, mantendo contato com Astréa de Moraes, Diretora do Núcleo. Esposel lembra que foi necessária, ainda na Câmara dos Deputados, atuação direta da AAB junto aos parlamentares.

“Você coloca a situação em você mesmo: você é o representante da associação em Brasília, certo? Muitos anos já de trabalho, certo? E o Arnaldo [Pietro] pede uma representante da associação, eu me apresentei e me pus a disposição dele. Quando eu vi, veio uma outra pessoa e se apresentou. Eu tinha respondido, me apresentando. Brasília é um problema, porque realmente, aqui em Brasília está o centro decisório do País, ninguém pode reclamar disso. O Rio de Janeiro já não era mais a capital na época, a capital agora é Brasília. Então as decisões são tomadas aqui e o Rio ficou muito chateado, ficava muito enciumado.”¹²³

Juntamente com a regulamentação da profissão de Arquivista e de Técnico de Arquivo houve a possibilidade de habilitação de profissionais que atuassem em arquivos há mais de cinco anos ou dez anos intercalados, mediante comprovação. O estabelecimento de requisitos para o exercício da profissão de arquivista e técnico de arquivo buscava colocar fim à improvisação técnica e profissional da atividade arquivística, ao menos no âmbito da norma. Pois, dentre as emendas supressivas ao projeto de lei, a retirada da proposta de criação do Conselho Profissional

¹²² Helena Corrêa Machado, entrevista concedida em 30/01/2008.

¹²³ Astréa de Moraes e Castro, entrevista concedida em 29/03/2008.

Federal e Estadual de Arquivologia não atribuiu na norma a fiscalização, o controle e a regulação do exercício profissional das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo.



Figura 16. Charge. Revista *Arquivo & Administração* p. 11, v.6, n.3, 1978.

A regulamentação da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo representou o encerramento de um conjunto de processos voltados à institucionalização do campo arquivístico iniciados com a fundação da AAB em 1971. A sanção da lei completou um ciclo de processos de institucionalização estruturantes para o campo arquivístico no Brasil, sendo seu ator principal a Associação dos Arquivistas Brasileiros.

a regulamentação profissional

No dia 6 de novembro, no Palácio do Planalto, com a presença do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, e demais personalidades políticas, o Presidente da República assinou o Decreto nº 82.590, que regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, a qual dispõe sobre as profissões de arquivista e de técnico de arquivo.

Após a assinatura, o Presidente Geisel foi saudado pela Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Marilena Leite Paes, que fez um histórico das atividades dos arquivistas em nosso País, falando desde a criação da AAB, em 1971, da luta pelo reconhecimento da profissão até o momento em que a atividade foi regulamentada.

O Presidente Geisel afirmou que "a matéria em si é de maior importância, pois estamos muito atrasados no que se refere à organização e manutenção de arquivos". Lamentou o Chefe do Governo que muitos documentos se perdem ou se deterioram, muitos deles de real importância para a memória nacional.

Eis na íntegra o texto do decreto:

Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978

Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º, da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978:

DECRETA

Art. 1º O exercício das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, com as atribuições estabelecidas nos artigos 2º e 3º deste Decreto, só será permitido:

I – aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;

II – aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na forma da lei;

III – aos técnicos de arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV – aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, em 5 de julho de 1978, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou 10 intercalados, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;

V – aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 horas nas disciplinas específicas.

Figura 17: Revista *Arquivo & Administração* p. 11, v.7, n.1, 1979.



A Presidente da AAB, Marilena Leite Paes, no momento em que agradecia ao Presidente da República, pela regulamentação da profissão, em decreto assinado naquele dia.

Figura 18: Foto. Revista *Arquivo e Administração* p.19, v.6, n.3, 1978.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de 1971 a 1978 identificamos ações de mobilização e organização da AAB que contribuíram para uma nova configuração da institucionalidade do campo arquivístico no Brasil. A AAB atuou fortemente nos marcos decisivos de demarcação da atividade técnica e trabalhista da arquivística, na dignificação da identidade e do trabalho do Arquivista e do Técnico de Arquivo, na formação de pessoal especializado, na regulamentação dessas profissões e na elaboração do currículo mínimo e criação do curso superior de Arquivologia.

Documentos e entrevistas nos ajudaram a compor o espaço e o alcance da ação associativista deflagrada por processos de institucionalização independentes e coesos. Ao mesmo tempo, como a formação de uma categoria de trabalhadores e de sua consciência está ligada intrinsecamente ao fazer-se há um processo de individualização muito elevado. O Congresso Brasileiro de Arquivologia e a Revista *Arquivo & Administração* foram expressões da necessidade de constituição de uma comunidade do campo arquivístico.

Mapear o desenvolvimento do campo possibilitou o encontro com sentimentos e racionalidades inscritas sob forma de memórias e documentos. Organizar uma noção dos processos de institucionalização do campo arquivístico daquele período possibilita uma navegabilidade orientada no espaço em que se desenvolveu o campo arquivístico. A memória – bússola que apresentou a noção, deu sentido individual e coletivo para ações e projetos empreendidos pela AAB – enriqueceu o entendimento dos documentos da pesquisa, iluminando o passado por meio de lembranças e reminiscências.

Caso se admita que as práticas do espaço teçam, com efeito, contradições determinantes da vida social (CERTEAU, 2008:175), as ações da AAB formam aspectos elementares das práticas constituintes e organizadoras do campo arquivístico. Cada detalhe desse lugar, em si mesmo, tem sentido imediato e inteligível para os indivíduos que naquele momento imprimiram no espaço social sua marca. O lugar de encontro com essas memórias é a ordem segundo a qual ganham nitidez as relações de coexistência, um espaço praticado constituído por um sistema de signos próprios da vivência. As práticas cotidianas organizadas e entendidas sob a forma de processos definiu pouco a pouco os espaços de institucionalidade, os novos lugares de enunciação, uma memória histórica do campo arquivístico daquele período.



Figura 19: Elaboração própria com base nos processos de institucionalização do campo arquivístico mapeados pela pesquisa e como sendo resultantes de ações da AAB entre 1971-1978.

Promovemos em nossa pesquisa um tipo de acesso, por meio das ações empreendidas pelo associativismo, que possibilitou condições novas de entendimento da institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Garantir que memórias e fontes da pesquisa estejam dispostas e disponíveis ao ambiente educacional e científico contribui para formulação de novas análises e abordagens sobre a história da institucionalização do campo arquivístico, ainda bastante incipiente em termos de pesquisas. A pesquisa e a revisão bibliográfica apontaram para um déficit de estudos e investigações científicas que se sobrepusessem à perspectiva de que o campo arquivístico restringe-se aos lugares de arquivo, aos fazeres de arquivo e às relações documentais entre arquivos, produtores de fontes primárias e secundárias e usuários. Nesse sentido, corroboramos com JARDIM (1998:2) sobre a necessidade da “emergência de novas dimensões” de pesquisa científica para o campo arquivístico.

A Memória Social, na sua dimensão específica da Memória e Espaço, conduziu a pesquisa para o delineamento do campo arquivístico a partir da memória coletiva e individual e possibilitou a identificação do nível de institucionalidade que a ação da AAB alcançou no espaço. De bom grado, diria Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupou e que esse

mesmo lugar muda segundo as relações mantidas com outros no ambiente. Dessa relação, acabamos por perceber que as memórias dos processos de institucionalização do campo são um pouco domesticadas, no sentido da permanência, da manutenção da lembrança.

Nossa pesquisa que se alicerça no campo teórico da Memória Social, procurou confirmar a idéia de que alguns dos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978) resultaram da busca pela emancipação identitária dos profissionais que atuavam nos arquivos. A institucionalização do campo foi, por assim dizer, um projeto cujo objetivo social, político e histórico permanecem em contínuo processo de construção. Os esforços empreendidos pelos profissionais de arquivo organizados associativamente pela AAB cumpriu uma pauta comprometida com a divulgação e afirmação do campo arquivístico no Brasil frente ao Estado e à sociedade.

Cultivar a memória é um ato de cidadania. Conhecer o passado, a partir de diversos pontos de vista, é um direito de todos nós. E também um dever. Por meio da memória se constitui a identidade com referências estabelecidas. O processo de construção de cada sujeito através da identificação com as memórias preservadas contextualiza o presente na expectativa de um determinado futuro. E assim seguiram três décadas, anos de 1980, 1990, 2000, chegando ao nosso presente. Foram trinta anos nos quais novas institucionalidades demarcaram seu espaço no campo arquivístico. O amadurecimento da atividade profissional com a criação de novos cursos de Arquivologia ampliou a presença do arquivista e do técnico de arquivo nas instituições e dos conceitos e práticas arquivísticas na sociedade. Com a criação do curso superior de Arquivologia consolida-se um projeto fundamental e imprescindível ao desenvolvimento do campo arquivístico: o ensino e a pesquisa.

“Podemos realmente considerar que os vínculos institucionais da Arquivística na universidade e a formação de quadro de docentes dos seus cursos de graduação são aspectos que demonstram as dimensões das suas relações com outras disciplinas [e profissões], influenciando na sua produção científica e abrindo caminho para a afirmação de sua identidade como disciplina científica.”
(MARQUES, 2008:172)



Figura 20: Elaboração própria com base nos processos de institucionalização do campo arquivístico identificados entre 1980-2010.

Novos atores, novos processos, nova pauta, e ainda algumas questões que permaneceram em aberto, como por exemplo, o Conselho Federal (e Estaduais) de Arquivistas e Técnicos de Arquivo, o curso de formação em nível intermediário e profissionalizante do Técnico de Arquivo e um Programa de Pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em Arquivística. A institucionalização do campo avança sobre novos territórios à medida que sociedade, mercado, Estados e Governos valorizam e conferem relevância às funções e atividades do campo arquivístico. É intrínseca à institucionalização a apropriação pelo campo de práticas, técnicas, saberes e fazeres arquivísticos. Entre 1971 e 1978 ganhou nitidez a sedimentação de iniciativas normativas e institucionalizantes empreendidas pela AAB. Essas alterações do espaço social e institucional provocaram mudanças significativas e estruturantes para o campo arquivístico no Brasil.

A ação da AAB, durante quase uma década, contribuiu para a institucionalização do campo arquivístico, num ciclo de desenvolvimento no qual surgiram o curso superior de Arquivologia, as profissões Arquivista e Técnico de Arquivo, uma comunidade técnica e científica com os Congressos e a Revista. O papel do associativismo junto ao Estado, tendo inclusive sido abrigada na sede do Arquivo Nacional durante os primeiros anos, evidenciam a

importância do período (1971-1978) para a institucionalização do campo, a exemplo do que ocorreu em outros países.

Nossa pesquisa procurou descrever como num período de praticamente 10 anos a AAB colaborou diretamente para a institucionalidade do campo arquivístico e também despertar o interesse para um espaço teórico e científico repleto de possibilidades investigativas a serem exploradas e compreendidas por profissionais e pesquisadores que atuam ou mantenham interesse pelo campo. O associativismo profissional se revelou como elemento político intrínseco aos processos de institucionalização do campo arquivístico no período de 1971 a 1978. E a manutenção dessa forma de organização corporativa ao longo desses anos contribuiu para o fortalecimento e desenvolvimento do campo arquivístico, demonstrando a importância do associativismo nos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

6 REFERÊNCIAS

ALONSO, Luiza Klein. (1994). "Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social". In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. "O paradigma civilizatório do Império". In: **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. RJ, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1999.

ANSARA, S. (2008). Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. *Psicologia Política*, 8(15), 31-56. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/include/getdoc.php?id.

ARATO, A.; COHEN, J. Sociedade civil e teoria social. Sociedade civil e democratização. Ed. Del Rey: Belo Horizonte, 1994.

ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. Trad. M. W. Barbosa. São Paulo, Perspectiva, 1990.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

_____. (Org.). Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

_____. (Org.) Democracia, juventude e capital social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004a.

_____. "Capital social como caminho alternativo na construção democrática". In: NAZZARI, R. K. (Org.). Temas de ciência política. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2004b.

_____. “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”. In: Revista de Sociologia Política, n. 21, nov. 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. Revista Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 27. p. 151-166, jan./jun. 2000.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. O narrador: Observações sobre a obra de Nikolai Leskow. Trad. M. Carone. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. Textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 14a. Edição.

_____. Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 2a. Edição. P. 43-77.

_____. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BODNAR, John. 1992. Remembering America. Public memory, commemoration and patriotism in the twentieth century. Princeton, Princeton University Press.

BONAL ZAZO, José Luis. La investigación universitaria sobre archivos e archivística en España a través de las tesis de doctorales. Disponível em:

<<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/cccorreia.pdf>>

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. Revista *Arquivo & Administração*, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1997.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 6a.ed.

_____. Estrutura, Habitus e Prática. In: A economia das trocas simbólicas. Trad. Sérgio Miceli. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 337-361.

_____. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). Trad. Denise Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Escritos de Educação. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002, p.65-69.

_____. (1987). Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo. Perspectiva. (1989). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil. Lisboa, Difel.

BRANCHE, Henry de. Relatório sobre o Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1975.

BRITTO, M. T. N. de. Cartografia do ensino universitário de Arquivologia nas Américas. Disponível em: http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/plenaria2/maria_teresa_matos_plenaria2.pdf

CARDOSO, Ruth C.L. (1983) "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico". in SORJ, Bernard e ALMEIDA, Maria Hemilinia T. de (orgs.) Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo. Brasiliense.

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. O arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas informacionais de uma instituição arquivística. CID/UnB: 2003 (Dissertação).

CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoes. Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.

CASTORIADIS, C. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. As Encruzilhadas do Labirinto/3: (O Mundo Fragmentado). São Paulo: Paz e Terra, 1992.

COLEMAN, J. S. Social Capital and the Creation of Human Capital. American Journal of Sociology, v.94, p.95-120, suplemento, 1988. Disponível em:

COOK, Terry (1997). What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. In Archivaria 43, pp. 17-63.

_____. "Fashionable nonsense or professional rebirth? Postmodernism and the practice of archives", Archivaria, Vol. 51 pp.14-35.

CÓRDOVA, Magno Cirqueira. Rompendo as entranhas do chão: cidade e identidade de migrantes do Ceará e do Piauí na MPB dos anos 70. Dissertação de Mestrado, 2006 (PPGHIS/UnB).

COSTA, Célia. Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado Brasileiro. IFCS/UFRJ, 1997 (Tese de Doutorado).

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico - metodológica. 16 dez. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro.

COUTINHO, Eduardo. "O Cinema Documentário e a Escuta Sensível da Alteridade". In: Projeto História, SP, Educ - Editora da PUC-SP, nº 15, abril/1997. p.56-74.

CERTEAU, Michel De. A invenção do cotidiano:1.Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008. 14 ed.

CUNHA, A. A.; RODRIGUES, G. M. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9, 2003, Brasília. Resumos... Brasília: UnB, 2003. 1 CD-ROM.

_____. A pesquisa em Arquivística nas Universidades Brasileiras: um estudo da produção científica no âmbito dos programas de Pósgraduação e de Iniciação Científica. In: ENANCIB, V., 2003, Belo Horizonte, MG: Anais... Brasília: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

DUCHEIN, Michel. The History of European archives and the developments of archival profession in Europe. The American Archivist. Chigago, 1992.

_____. Prologo. In: LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. Gestión de documentos: definición y analisis de modelos. Bergara: IRARGI, Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1993.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory in American Archivist, v. 57 Spring 1994.

_____. Diplomática: usos nuevos para una antigua ciência. Tradução de Manuel Vázquez. Córdoba: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.

DURKHEIM, Émile. A função social do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Lições de Sociologia – a Moral, o Direito e o Estado. Trad. J. B. Damasco Penna. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed.; EDUSP, 1983. Col. Biblioteca Básica de Ciências Sociais - Série 2, Vol 5.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Cortez, 2008.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patrimônio político brasileiro. Porto Alegre: Ed. Globo, 1976.

FARR, Robert M. Las Representaciones Sociales. In: MOSCOVICI, S. (org.) Psicologia Social II. Barcelona. Paidós, 1988.

FAVIER, Jean. Les Archives. Ed. Paris, 1975.

FAVREAU, Robert & VERHOVEN, F.R.J. Arquivos da França na Malásia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1970.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.): Usos & abusos da História Oral, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____. “Notas sobre a institucionalização dos cursos de história no Rio de Janeiro” in: Guimarães, Manoel Luiz Salgado (org.) Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro; Sete Letras, 2006.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. (1980). A Representação Social da Psicanálise. In FIGUEIRA (org.) Psicanálise e Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

- FONSECA, Maria Odila Kahl. A Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. São Paulo: Ed. Forense, 2004. 7ed.
- _____. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes:, 2002.
- FUKUYAMA, F. 1996. Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. São Paulo: Ed. LTC. 1978.
- GIDDENS, Anthony. O Estado Nação e a Violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: EdUSP, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- _____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.
- GONÇALVES, Carlos César Correia. e SATAR, Edna Abdul. Evolução da Documentação em Portugal e a formação dos seus profissionais. Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/jlbonala.pdf>>
- GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2005.
- GOULART, D. C. Um caminho para os movimentos sociais delineado pelas Ciências Sociais: participação ou enfrentamento?. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. Trabalhadores(as) em movimento: constituição de um novo proletariado?, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2ª. Edição.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 180-193, 1995.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: USP, 1994. Tese de Doutorado.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o Projeto de uma História Nacional." In: Estudos Históricos: Caminhos da Historiografia. Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.8-9.
- GURZA LAVALLE, CASTELLO e BICHIR. "Quando novos atores saem de cena - Continuidades e mudanças na centralidade dos Movimentos Sociais". Cultura e Política, Revista de Sociologia Política, no 5, UFSC, Santa Catarina, outubro de 2004, pp. 35-53.

- HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa. Madrid: Taurus, 1987.
- _____. Direito e democracia: entre a faticidade e a validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 2 vol.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. (1925) Les cadres sociaux de la mémoire. Paris, Editions de Minuit, 1994.
- HESPANHA, Manuel. Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUYSSSEN, Andreas. Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia. In Memories of Utopia. Nova York: Routledge, 1995.
- _____. Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory. Stanford University Press. Stanford, California, 2003.
- JACOBI, Pedro Roberto. “Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80”. In: BIB/ANPOCS, v. 23, p. 18-34, 1987.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. In Revista Ciência da Informação, vol. 25, número 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/439/397>.
- _____. “Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do Sistema Nacional de Arquivos”. Dissertação, 1994. UFRJ-IBICT.
- _____. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói, EdUFF, 1995.
- _____. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.
- _____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). Ciência da Informação, v. 27, n. 3, p. 243-252, set./dez. 1998.
- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Orgs). A formação do Arquivista no Brasil. Niterói: EdUFF, 1999.
- JEDLOWSKI, P. Memórias: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. Proposições, v. 14, n.1, p. 217-234, 2003.
- JENKINSON, H. A Manual of Archive Administration, reprint of 2nd edn, Percy Lund, Humphries & Co. Ltd. 1965.
- JODELET, Denise. La representacion Social - fenômenos, concepto y teoria. In MOSCOVICI, S. (org.) Psicologia Social II. Barcelona: Paidós, 1988.
- _____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001, p.17-44.

- LANGLOIS, Victor & SEIGNOBOS, Charles, Introduction aux études historiques, Préface de Madeleine Rébérioux, Paris, Éditions Kimé, 1992, pp. 201-202.
- LARA, Sílvia (org.). Ordenações Filipinas: Livro V. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- LAVALLE, Adrián G. “Crítica ao modelo da nova sociedade civil”. In: Revista Lua Nova, n. 47, 1999.
- _____. “Quando novos personagens saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais”. In: Revista Política & Sociedade, n. 7, 2004.
- LE GOFF, J. Historie et mémoire. Paris: Éditions Gallimard, 1988.
- LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LODOLINI, Elio. Archivistica: principi e problemi. Milano: Franco Angeli Libri, 1990.
- MACHADO, Carlos Frederico Gonçalves. A historiografia do processo de formação dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: 2004.
- MACNEIL, Heather. Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives. Vancouver (Canada): Kluwer Academy Publishers, 2000. p.22, 90-91.
- MALDONADO, Jesús Leal. Sociología del espacio: el orden espacial e las relaciones sociales. Facultad CC Políticas y Sociología, Universidad Complutense, Madrid. Política e Sociedad, 25 (1997), Madrid (pp.21-36).
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística com o disciplina no Brasil. Brasília: CID/UnB, 2007. Dissertação de Mestrado.
- MARTÍN-POZZUELO CAMPILLO, M. Paz. La construcción teórica em Archivistica: El principio de procedencia. Madrid: Universidad Carlos III, Boletín Oficial Del Estado, 1996.
- MATHIEU, Jacques, CARDIN, Martine. Jalons pour le positionnement de l’archivistique. In: *La place de l’archivistique dans la gestion de l’information: perspectives de recherche*. Montreal: Université de Montreal, 1990.
- MATTOS, Ilmar R. O Tempo Saquarema. 3ª edição. RJ, Acess, 1994. p.88.
- MATTELART, A. História da sociedade da informação. São Paulo: Loyola, 2002a.
- _____. História da utopia planetária: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Sulina, 2002b.
- _____. História das teorias da comunicação. São Paulo: Loyola, 1999.
- MELUCCI, Alberto. Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia. México. El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, México, 1999. 260 p.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

MICELI, Sergio. Introdução: A Força do Sentido. In: BOURDIEU, Pierre. A economia da trocas simbólicas. Trad. Sergio Miceli. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. VII – LXI.

MOREIRA, Alzira Teixeira Leite. Inventário do Fundo Geral do Erário Régio. Arquivo do Tribunal de Contas. Lisboa: edição do autor, 1977.

NAZZARI, Rossana Kátia & SILVA, José Otacílio da. Capital social e comportamento. In: Revista Venezolana de Ciencia Política, Número 28 / julio-diciembre 2005, pp.31-58.

NOBRE, Marcos. Lukács e os limites da reificação: um estudo sobre História e Consciência de Classe. São Paulo: Ed. 34, 2001.

NOBREGA, Sheva Maria. Sobre a teoria das representações sociais. In: Moreira, Antônia Silva; Jesuíno, Jorge Correia (Orgs.). Representações sociais: teoria da prática. 2.ed.. João Pessoa: UFPB, 2003, p.51-80.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

_____. Between Memory and History: Les Liex de Memoire. Representations, n. 26, Special Issue: Memory and Counter-Memory. Spring, 1989, p. 7-24. Disponível em: http://www.staff.amu.edu.pl/~ewa/Nora_Between_Memory_and_History.pdf

NOGUEIRA, Marco A. “Sociedade civil, entre o político estatal e o universo gerencial”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 52, jun., 2003.

NUNES, J. W. et al. (1998). Silêncios em rupturas: memórias, identidades, imagens e história oral. In Oral history: challenges for the 21st century. XTH Internacional. v.1. Oral History Conference. Rio de Janeiro, Brazil 14 a 18 june.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair M. de. Construção inacabada, a economia brasileira 1828-1860. RJ, Vício de Leitura, 2001.p.107.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19,n. 55, p.180-186, jun., 2004.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu / Sociologia. Trad. Paula Monteiro. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994, p.14-25.

PENA, Maura. Identidade, Movimentos Sociais. Política e Trabalho, n. 7. João Pessoa 1989.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estado da memória social: uma resenha crítica. In: Arquivos da Memória. Antropologia, Escala e Memória. N. 2 (Nova Série). Centro de Etnologia Portuguesa, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p.200-212.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p.3-15.

PORTES, Alejandro. "Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea". Sociologia, set. 2000 nº33 ISSN 0873-6529 pág. 133-158

PORTELLI, A. "O que faz a história oral". Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n. 19, p.219-243. set.89/fev.90. 1990.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

RICOEUR, Paul. O Único e o Singular. São Paulo-SP: Fundação Editora da UNESP, 2002.

_____. O Discurso da Acção. Lisboa-Portugal: Edições 70: 1976

POULET, Georges. O espaço proustiano. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PUIG, Emili Ferrando "Fuentes orales e investigación histórica: orientaciones metodológicas para crear fuentes orales de calidad en el contexto de un proyecto de investigación histórica." Barcelona: Ediciones del Serbal, 2006.

PUTNAM, R. 2000. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. In: SIMSON, Olga de Moraes (org.). Experimentos com histórias de vida (Itália- Brasil). São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1988.

RABIKAUSKAS, P. Diplomática general. Trad. P.M.Anguiano Villegas. Roma: [s.n.], 2000. Disponível em: <http://dobc.unipv.it/scrineum/biblioteca>.

RANCIÈRE, J. O desentendimento. São Paulo: Editora 34, 1996.

RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: Vol. 2, Número 2, 1990. p. 61-100.

REVILLA BLANCO, M. "Participación política: lo individual y lo colectivo en el juego democrático", in J. Benedicto - M.L. Morán (eds.) Temas de sociología política. Madrid: Alianza, 1996.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. O acesso à informação nos arquivos. Dissertação de doutoramento em Arquivística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1998.

RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologias documentais em arquivos. São Paulo, 2008. 258 f.

RODRIGUES, José Honório. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Memória e esquecimento ou solidão informacional do homem contemporâneo: a metáfora do filme Amnésia. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewPDFInterstitial/116/74>

RODRIGUES, G. e APARÍCIO, M. A. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. Cenário Arquivístico, Brasília, v. 1, p. 31-39, jan./jun. 2002.

_____. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. Páginas A&B, Lisboa, n.12, p. 115-130, 2003.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. Revista Estudos Históricos: Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p.85-91.

SALEJ, Silvio. O capital social está na moda: análise para sua [re]construção teórica. Dissertação de Mestrado. Universidade de Santa Catarina. Pós Graduação em Sociologia Política, 2003.

SANCHEZ, Edney Christian Thome. Revista do IHGB - um periodico na cidade letrada brasileira do seculo XIX, 2003. Disponível em: http://www.4shared.com/document/DVMXdZwV/SANCHEZ_Edney_Christian_Thome_.html

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina. São Paulo, 2008. 259 f.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão Eletrônica de Documentos: uma visão arquivística. ABARQ: Brasília-DF, 2002.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: os princípios e as técnicas de arquivo. 2. ed. São Paulo: FGV, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz .As barbas do Imperador. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.155.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2001. 2ª. Edição.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe20/anped-20-04.pdf>.

SMIT, Johanna W. A disponibilização da informação institucionalizada: condicionantes e perspectivas, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da et al. Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Sergio. As representações sociais e o campo simbólico da política: um estudo da política e da identidade na vida cotidiana. Revista Estudos de sociologia – UFPE, Recife, v.4, n.1, p.14-27, jan.-jun.,1998.

SPINK, Mary Jane. (1993). O Estudo Empírico das Representações Sociais: in, SPINK, M. Jane (org.) O Conhecimento no Cotidiano. As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social. São Paulo. Brasiliense.

_____.(1995). "Desvendando as Teorias Implícitas: Uma Metodologia de análise das Representações Sociais." In GUARESCHI, P.A. e JOVCHELOVITCH, Sandra.(orgs.).Textos em Representações Sociais. Petropolis. Vozes.

SIMMEL, George. (1983). Sociologia. Evaristo de Moraes Filho. (org.) São Paulo. Ática.

TELLES, Vera da Silva. (1987) "Movimentos Sociais-. Reflexões sobre a Experiência dos Anos 70". in SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J.(orgs.). Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na américa latina. São Paulo. Brasiliense.

THIESEN, I. Identificar, classificar, (in)formar: dispositivos institucionais na Casa de Correção da Corte. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.6 n.1. Fev/05.

_____. Informação identificatória, memória institucional e conhecimento - Isabel Jacintha da Silva, de cativa à prisioneira na Casa de Correção da Corte. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.10 n.3. Jun/09.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 3a. ed.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Vol. 1, Coleção Oficinas da História, vol. 5. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Jonh B. Ideologia e cultura moderna: teoria social critica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIEIRA, Liszt. Argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIVAS MORENO, Agustín. *El tiempo de la archivística:un estudio de sus espaciosde racionalidad histórica.* Revista Ciência da Informação, V. 33, n. 3, 2004. disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/622/555>

WANDERLEY, Manoel Adolpho. Manual de Arranjo e descrição de arquivos. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973.

WEBER, Max. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WEFFORT, Francisco. “Por que democracia?” In: STEPAN, A (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.